

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da Quarta Internacional (CORQI)

Número especial

O Processo Revolucionário na Argélia



- Relatório sobre o processo revolucionário na Argélia
- Três meses de mobilizações revolucionárias...
... nas colunas de *Minbar El Oummel* (Tribuna Operária)
- A política da direcção do Partido dos Trabalhadores da Argélia (PT) durante os acontecimentos
- Notas apresentadas ao secretariado do CORQI (Maio de 2019)



Índice

Apresentação	página 3
Relatório sobre o processo revolucionário na Argélia	página 5
Três meses de mobilização revolucionária... ... nas colunas de Minbar El Oummel (Tribuna Operária)	página 11
A política da direcção do Partido dos Trabalhadores da Argélia (PT) durante os acontecimentos	página 19
Notas preparatórias para o relatório apresentado à reunião do secretariado alargado do CORQI (24, 25 e 26 de Maio de 2019)	página 21
História	
Centenário do assassinato de Rosa Luxemburgo (2ª parte)	página 35
O movimento revolucionário dos estudantes chineses de 1989, há trinta anos	página 44
Zimbabwe	
Não às indemnizações aos fazendeiros brancos! História da luta pela terra	página 48

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI)

Director de publicação: Daniel Gluckstein

Editor: Réveil ouvrier

67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil (França)

Tiragem: 3 000 exemplaires

CPPAP : 0618 G 93127

Aviso

A Internacional é a revista teórica e de informação política do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional). Aspira a ser um espaço de debate livre no quadro do que são os princípios próprios da IVª Internacional.

Os artigos assinados publicados nesta revista reflectem a opinião dos seus autores. Não vinculam necessariamente a redacção da revista.

Para a nossa revista, que sai quatro vezes por ano em oito línguas, cada número é um ensejo para focar questões políticas e teóricas ligadas aos acontecimentos mundiais ocorridos nos meses precedentes.

Muito haveria a dizer e a escrever acerca da luta de classes à escala internacional. A burguesia imperialista americana, a burguesia mais poderosa do mundo, está metida — não, embora, sem contradições — numa marcha para a guerra em todos os continentes. São ameaças militares directas ao Irão, tentativas de desestabilização e intervenção na Venezuela. É a guerra “comercial” contra a China, que poderá amanhã adquirir aspecto mais directamente militar. Sem falar do iminente anúncio do “acordo do século” com que a administração Trump e seus aliados (o Estado sionista e os regimes árabes reaccionários) pretendem fazer desaparecer definitivamente o povo palestiniano como sujeito político.

Esta política do imperialismo provoca, em todas as latitudes, a resistência das massas operárias, que procuram servir-se das suas velhas organizações para lutar. É ao que assistimos, nomeadamente, no Brasil, onde o governo Bolsonaro, cinco meses após a sua posse, se depara com o ascenso da luta de classes, reflectida nos dois milhões de manifestantes no passado dia 15 de Maio, trabalhadores e jovens convocados pelas suas organizações. Muito haveria a dizer sobre a luta de classes no continente europeu, onde a crise de todas as instituições impostas pelo tratado de Maasticht (em 1992) a seguir ao desmoronamento da União Soviética, assim como a crise de todos os governos burgueses — de “esquerda” como de direita — passou mais um limiar com as eleições para o “Parlamento” europeu⁽¹⁾. Muito para dizer, ainda, da crise do movimento operário, que se aprofunda sem parar por causa da política dos respectivos dirigentes, que há muito se deixaram do objectivo histórico que o movimento operário nascente fixou para si há mais de cento e cinquenta anos: a tomada do poder pela classe operária e a socialização dos meios de produção. Assim, na Índia, num país em que, afinal de contas, a classe operária se tem levantado repetidamente nestes últimos anos em greves gerais que têm juntado mais de 100 milhões de proletários contra a política reaccionária do governo Modi, a derrota eleitoral dos Partidos Comunistas é incompreensível deixando de lado a política levada a cabo pelos Partidos Comunistas, que tanto tempo estiveram à cabeça de Estados como Kerala ou Bengala Ocidental: uma política de subordinação aos interesses dos capitalistas e das multinacionais. É uma ilustração da afirmação do programa da IV^a Internacional de que a crise da humanidade se

reduz à crise da direcção revolucionária do proletariado.

Podíamos, ainda, falar de todas as tentativas que se têm feito, nomeadamente em França, para fazer desaparecer toda e qualquer organização de classe — partidos como sindicatos — em nome de movimentos de um “povo” que não se sabe bem o que é, sem contornos de classe, envergue ou não um “colete amarelo”.

A opção que fizemos, pela nossa parte, para este número d’*A Internacional*, foi a de nos concentrarmos no poderoso movimento revolucionário surgido num país dominado, a Argélia, no dia 22 de Fevereiro último. Este processo revolucionário, a irrupção das massas, as aspirações à democracia e à soberania que elas manifestam, o papel específico que nele desempenha a classe operária como classe, suscitam, na verdade, como escrevem os nossos camaradas do Comité de Organização dos Socialistas Internacionalistas da Argélia (COSI), todo o problema de “*responder de maneira positiva à contradição entre a poderosa mobilização das massas e a trágica ausência de um partido operário independente, democrático e de massas*”. A luta de classes, se é nacional na sua forma, é internacional pelo seu conteúdo, aprendemos nós com Marx. A publicação dos materiais dos nossos camaradas argelinos — ler-se-ão no presente número amplos extractos do seu jornal, *Minbar El Oummel* (Tribuna Operária), bem como extractos do relatório apresentado ao secretariado alargado do CORQI — permitirá ao leitor, viva em que país viver, familiarizar-se com a situação específica da Argélia. Não resta, porém, dúvida de que, na análise dos acontecimentos, o leitor se deparará com questões familiares que a luta de classes no seu próprio país suscita igualmente. Os acontecimentos em curso na Argélia confirmam uma vez mais a teoria marxista da revolução permanente, o alcance revolucionário das palavras de ordem democráticas, não apenas nas nações oprimidas pelo imperialismo, entre as quais a Argélia se conta — recentemente emancipada do jugo colonial francês ao preço de um milhão e meio de mártires —, mas também nos próprios países imperialistas, onde o apodrecimento das instituições da burguesia ameaça cada dia mais a democracia política. A acção da classe operária no levantamento popular atrairá particularmente a atenção do leitor, pois põe todos os problemas da independência de classe, da reconquista das organizações pelos trabalhadores e da constituição da classe operária consciente como partido actuante pelos seus próprios interesses, tarefa maior identificada já em 1848 pelo *Manifesto do Partido Comunista*. Toda a situação, na Argélia como à escala internacio- >>>

● APRESENTAÇÃO

>>> nal, se concentra na necessidade de resolver a contradição entre as condições objectivas para a revolução proletária e a ausência do factor subjectivo, portanto do partido operário revolucionário capaz de ajudar as massas a vencer. Na Argélia, a crise da direcção revolucionária do proletariado integra de modo espectacular as consequências da crise da IVª Internacional. Ficou na memória o papel do pablismo, que, à independência, em 1962, se pôs à disposição de um regime burguês *compradore*, que ele pretendia “socialista”, como seu “conselheiro”, contribuindo, assim, para impedir o reagrupamento da vanguarda num terreno independente (e preparando o terreno para o golpe de Estado militar de 1965, cujas consequências as massas ainda hoje sofrem). Mais graves ainda são, todavia, as consequências da crise da IVª Internacional de 2015 para o processo revolucionário em curso, que incluem as consequências que surtiu na política da direcção do Partido dos Trabalhadores da Argélia: fazemos referência a ela nos artigos deste número.

Por todas estas razões tomará o leitor atento conhecimento das “Notas preparatórias da reunião do secretariado alargado do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI) de 24, 25 e 26 de Maio de 2019”. Estas notas, cuja linha geral foi adoptada por unanimidade pelo secretariado alargado do CORQI, abrem a perspectiva de, em 2020, reunir uma 3ª conferência

internacional do CORQI, que marque um passo em frente na luta pela reconstituição da IVª Internacional. É uma discussão que não é reservada a “iniciados”, dizendo, antes, respeito, além de aos militantes que reivindicam o programa da IVª Internacional e lutam pela sua reconstituição, a todos os militantes operários, seja qual for a sua origem política, a corrente de que se reclamem ou a sua experiência... desde que não tenham desistido de ajudar a classe operária a armar-se com os instrumentos necessários para cumprir as suas tarefas históricas: a tomada do poder e o derrube deste sistema capitalista agonizante, assente na propriedade privada dos meios de produção.

A Internacional, 30 de Maio de 2019

(1) Um facto ocorrido no dia 29 de Maio resume por si só a “natureza” deste pretenso “Parlamento” europeu. Carles Puigdemont, o antigo presidente da Generalitat da Catalunha que teve que ir para o exílio belga para escapar à repressão da monarquia franquista espanhola, foi eleito eurodeputado pelas listas do seu partido, o Partido Democrático Europeu da Catalunha. Pois acaba de ser considerado “indesejável” pelo presidente do “Parlamento” europeu, que recusou dar-lhe a acreditação! No “Parlamento”, toda a gente, da extrema-direita à “esquerda da esquerda”, é considerada frequentável... excepto aquele que teve a infelicidade de exprimir a vontade do povo catalão de se libertar da monarquia franquista!

Relatório sobre o processo revolucionário na Argélia, apresentado à reunião do secretariado alargado do CORQI a 24 de Maio de 2019

Caros camaradas,

Hoje é dia 24 de Maio. Dentro de poucas horas começa a décima-quarta jornada de marchas e manifestações. Milhões de cidadãos argelinos de todas as camadas sociais vão invadir as ruas das principais cidades argelinas, e também das cidades pequenas, e é provável que as palavras de ordem de hoje se dirijam contra a proposta de eleições presidenciais no dia 4 de Julho. No ponto de vista do regime, esta proposta é coerente. É para permanecer no quadro da Constituição actual. Só que, nos três meses que acabamos de viver, todas as soluções do sistema têm sido rechaçadas, rejeitadas pelas massas.

As manifestações de hoje desenrolam-se na véspera de uma data importante, que pode ficar a assinalar um novo revés do regime: é no dia 25 de Maio, este Sábado, que acaba o prazo para apresentação de candidaturas à eleição presidencial. A hora a que estamos falando, não há nenhuma candidatura, não foi apresentado nenhum processo de candidatura. É evidente que pode haver surpresas, estamos habituados a elas, mas o mais provável é que, em virtude da situação, de que mais adiante falarei, não haja nem um candidato até amanhã à meia-noite. Será um novo revés do regime, um novo fôlego para mobilizações de grande dimensão, para reatar com as manifestações de antes do mês do Ramadão.

Este aspecto adquire enorme importância. Porquê? Porque a situação se pode, no fundo, resumir, no essencial, às duas forças que se defrontam, lutando com os meios de que dispõem, mas com as suas fraquezas também.

O regime, com a sua espinha dorsal (que voltou a ser o centro de decisão), e, face a ele, o poderosíssimo movimento das massas, do povo inteiro, que, nas marchas, manifestações, em outras lutas, como as greves, amiúde vitoriosas, tem demonstrado a sua força, afirmando-se a classe operária na luta pela recuperação da central sindical histórica do proletariado argelino. Entretanto, porém, devido à crise do UGTA, assiste-se ao surgimento de sindicatos autónomos, unificados, que hoje constituem uma organização independente, a

Confederação Sindical Autónoma. Esta tem as suas forças, mas também as suas fraquezas. Por agora, é o poder dos números neste processo revolucionário, esse poder de que fala Trotsky, mas também outros, como Nazim Hikmet, que dizia haver um ponto em que o número passa a importar pouco, passando, sim, a determinação, a vontade repetida, a ser o factor importantíssimo, pelo qual tudo, na situação, acaba por se determinar.

Do lado do regime, estão todos aqueles que se apegam à manutenção da ordem social, aqueles que estão ligados ao sistema de uma forma ou de outra e que, na situação actual, se sentem paralisados pela força, determinação e unidade do movimento popular. Estão entre eles, evidentemente, os partidos da antiga aliança presidencial, que eram parte do regime, mas igualmente partidos que alegam estar na oposição, mas que, para todos os efeitos, se enquadram na linha do regime.

Nenhum partido ou personalidade é hoje capaz de ir ao encontro do movimento popular. Na etapa actual, todavia, esse movimento ainda não tem suficiente organização.

2015-2019. Acumula-se a carga explosiva

A irrupção de centenas de milhares de cidadãos argelinos de todos os estratos sociais, no dia 22 de Fevereiro, não foi de modo nenhum uma tempestade em céu sereno. Sem ir muito longe, mas para vos dar elementos para compreenderem a irrupção de tão inédito e poderoso movimento, eis alguns aspectos de informação.

A fase em que estamos vivendo abriu-se em 2015, quando o regime, que vinha repetindo desde 2008 que a crise económica mundial não afectaria o país, se viu obrigado a admitir o contrário. A queda significativa dos preços dos principais recursos do país, o petróleo e o gás, no mercado mundial forçou o governo a reorientar a sua política económica para medidas de austeridade. Projectos de grandes obras iniciados em 2008 estão congelados, especialmente os mais sociais — habitação e infra-estruturas de base. Além disso, o governo está tomando medidas directamente inspiradas pelo FMI e pelo Banco Mundial: suspensão do recrutamento na função pública, extensiva a todas as empresas

>>>

● RELATÓRIO

>>> públicas, congelamento de salários e todo o arsenal característico de uma política de austeridade. Todas estas medidas começaram a alimentar o descontentamento geral da população e, é claro, dos trabalhadores. Houve um projecto de reforma das aposentações, um novo Código do Trabalho que sacrifica os contratos sem termo certo, alargando os contratos a prazo certo e desenvolvendo, portanto, a precariedade do trabalho. Este conjunto de medidas não podia deixar os trabalhadores sem resposta.

Entre 2015 a 2018, houve, assim, movimentos muito expressivos. Foi estatisticamente apurado que, entre 2017 e 2018, ocorreram cerca de 8000 motins por causa da habitação: barragens em estradas e ocupação de câmaras municipais, contestando as listas de atribuição de habitações sociais. Apurou-se, também, que o movimento de greves ia em crescendo.

Estes movimentos abrangiam também camadas marginais, um sintoma da situação que estava em gestação.

Puseram-se em movimento os reformados do exército, que organizaram, semana após semana, acções de protesto, marchas, barragens em estradas e grandes artérias e, na última semana de 2018, uma marcha sobre Argel em que tiveram que se bater contra a guarda para tentar entrar na capital.

Foi especialmente nas zonas industriais que as greves se desenvolveram, reatando os trabalhadores com as suas fortíssimas tradições de luta. As greves expandiam-se quantitativamente, mas também qualitativamente.

Uma década de luta culmina, assim, na constituição da Confederação Sindical Autónoma. Um potente indicador da disposição dos trabalhadores para lutar — para lutar, mesmo, com um novo eixo.

Também se desenrolaram lutas no Leste do país. Pela experiência que iam fazendo para conseguir obter as suas reivindicações, os trabalhadores viram-se na necessidade de lutar pela recuperação das suas secções da UGTA. Vou dar só um exemplo: o governo decidiu privatizar totalmente uma empresa, dando-a a um dos oligarcas mais importantes, o presidente da associação patronal. O movimento dos trabalhadores da empresa — manifestações, marchas, ocupação da empresa, comité de greve — começou por obrigar a presidência da República, no contexto geral de ascenso das lutas, a anular a decisão.

Desta decisão tiraram os trabalhadores novo fôlego. Denunciaram imediatamente os sindicalistas oficiais por terem apoiado a decisão do governo e dirigiram-se em massa à representação sindical na região, a sede da união local, para ocupá-la, expulsar os burocratas e realizar novas eleições. Cem novos delegados foram eleitos, hoje se vendo como este processo foi um trampolim tremendo para o processo revolucionário.

Assim: crise económica, com o seu plano de austeridade, ascenso das lutas, trabalhadores que

reagem cada vez mais.

Nesta situação, há outro aspecto de extrema importância. Como Lenine disse, temos que nos interessar pelo que se passa na corte do czar. Durante o Verão de 2018, rebentou uma crise absolutamente espetacular à volta da data das eleições presidenciais, marcadas para o mês de Abril. Eixo da crise: o que havia o regime de fazer para conseguir assegurar a continuidade, tendo em consideração o movimento das massas, levando em consideração também que era preciso aplicar os planos do FMI e do Banco Mundial a seguir à eleição presidencial, nomeadamente: varrer todas as conquistas, o apoio do Estado aos produtos de primeira necessidade, atacar as pensões, atacar ainda mais o Código do Trabalho, intensificar a privatização. Um plano de guerra. O regime não sabia muito bem o que havia de fazer e entrou em crise, dramática e publicamente. Este aspecto espectacular e público foi outro elemento que alimentou a situação tal como a ela hoje assistimos.

De surdos, os sinais de protesto passaram a públicos, em cartas abertas aos responsáveis do Estado.

O que acabou por tudo engrenar foi um facto banal, o apresamento de um barco com impressionantes quantidades de cocaína. Era a primeira vez que a Alfândega intervinha, avisada pelos colegas brasileiros e espanhóis. A investigação de um caso “banal” começou a pôr a nu que fazia anos que estávamos a braços com um estado ultrapredador, corrupto, um Estado completamente infestado pelos oligarcas de todo o jaez e origem.

Isto veio a público e, daí para a frente, assistiu-se, no quadro do objectivo das eleições presidenciais de Abril, a uma ofensiva do primeiro círculo de influência à volta do Bonaparte, com o objectivo de eliminar a todo o custo quem quer que se opusesse ao plano urdido para garantir a continuidade do sistema. A espinha dorsal levou uma pancada com toda a força. Foram saneados e até presos oficiais superiores nomeados em 2017-2018. Decapitou-se a polícia, a guarda e a hierarquia militar.

Ninguém podia levantar cabeça.

Em vésperas do dia 22 de Fevereiro, o regime encontra-se sem solução alternativa e tem de reconduzir a candidatura de Abdelaziz Bouteflika a um eventual quinto mandato — com o acordo de Washington e Paris. Uma posição de grande fragilidade, face à espectacularidade de tudo o que se dera durante o Verão de 2018: crise económica e obrigação de elaborar planos de guerra anti-operários, mas considerando também o movimento de massas que, até certo ponto, determinara o dito compromisso de recandidatar o Bonaparte e de pô-lo, por conseguinte, a disputar a eleição de 2019.

Só que as divisões do Verão deixaram rasto, especialmente no exército. Os oficiais superiores contestatários apresentaram um candidato. Por trás dessa candidatura estava grande parte da espinha

dorsal, mas não só.

Foi esta combinação de três elementos, que tentei descrever, mais outros, que até podem parecer triviais, mas que, na realidade, foram muito importantes para o estado de espírito das massas, como as saídas do próprio Bonaparte e o seu relato nos meios de comunicação. Chegava-se à conclusão de que tínhamos um Bonaparte que não ia governar. Este sentimento, que começou pelos observadores, tornou-se massivo. Ninguém governava o país, e havia uma gente que se arrogava o poder do Bonaparte para mandar. De cada vez que era tomada uma decisão impopular, todos os dedos apontavam para os que faziam parte do séquito do Bonaparte e tomavam decisões por ele.

A sensação de que não haveria quinto mandato foi intermediada por um sector muito especial na Argélia, os estádios. Os estádios sempre desempenharam um papel político.

Como sintoma do estado de espírito de todo o povo, os estádios elaboraram cantigas de protesto de uma finura extrema. Houve umas duas ou três cantigas, e cada uma delas ia ao fundo do problema. Uma das cantigas ia desafiando todos os mandatos de Bouteflika, indicando, para cada um, o carácter que tivera, até chegar ao quinto mandato. Do passo a ele alusivo saiu a palavra de ordem: “*Não vai haver quinto mandato de Bouteflika*”.

Outra cantiga definia com precisão extrema aquilo a que hoje se chama “a mafia”, socorrendo-se de uma telenovela que retratava uma mafia. Os adeptos de um clube muito importante de Argel lançaram uma cantiga, *La casa del Mouradia*, isto é, a sede da presidência da República. Tanto a música como a telenovela descrevem uma mafia predadora e corrupta.

Este movimento dos adeptos transbordou dos estádios para os bairros e cidades, de modo que, na véspera do 22 de Fevereiro, como indica o artigo “Crise Aberta” d’*A Internacional*, era fácil perceber, de tudo o que eu disse acerca da tripla crise e de tudo o que ia acontecendo concretamente nas cidades e nos bairros, que íamos a caminho de um movimento poderoso e sem precedentes.

Na semana que precedeu o 22 de Fevereiro, toda a população da pequena cidade de Kherrata — nome que remete para os massacres perpetrados pelo exército colonial em 8 de Maio de 1945 — saiu à rua para protestar.

Os adeptos de futebol ocuparam o metropolitano de Argel no dia 16.

Quando chegou o dia 22 de Fevereiro, e centenas de milhares de cidadãos, de Norte a Sul e de Este a Oeste, saíram para a rua, já nada havia de surpreendente.

22 de Fevereiro. Abertura da crise revolucionária

Na Argélia, há um provérbio popular que diz: “*É andando que se aprende a andar*.” Em 22 de Fevereiro, abriu-se uma crise revolucionária. O regime ficou desestabilizado — e, com ele, todos os partidos. O movimento de massas estava em marcha. A força do número e da unidade não podia deixar de dar azo a

que ele se aprofundasse.

É andando que se aprende a andar. No dia 1 de Março já se ouvia: “*Fora o sistema!*”. Como um dos nossos camaradas traduziu a frase, por “Fora o sistema”, o que as massas queriam dizer era aquilo que diz uma estrofe da *Internacional*: “*Do passado façamos tábua rasa.*”

8 de Março. “A Palavra ao Povo!”

Estas três palavras de ordem (*Não ao quinto mandato! Fora o sistema! A palavra ao povo!*) são importantes porque se irão diferenciando ao longo de três meses. Neste movimento, veio para cima da mesa tudo o que precisava de resolução: a questão das mulheres no dia 8 de Março. Uma manifestação poderosa, com famílias e milhões de mulheres. Quando dizemos, a respeito de Bejaia, que a cidade inteira saiu à rua, é porque é verdade, só que não foi só nessa cidade, onde existem tradições específicas, operárias e mesmo revolucionárias. O mesmo sucedeu em cidades que não têm necessariamente as mesmas tradições.

Neste movimento, e apoiado neste movimento, o movimento estudantil, atomizado durante vinte anos, ressuscitou e recuperou as tradições que haviam sido postas entre parênteses por algum tempo: assembleias gerais, comités de greve, que dão pelo nome de comités autónomos, coordenações. E palavras de ordem nacionais assestadas no poder e nas suas representações. Inserindo-se reivindicações específicas: rejeição do sistema LMD, a questão do sindicato.

No movimento dos trabalhadores, à boleia de tudo o que se fazia desde 2015 e acentuara em Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro, muita gente se juntou àqueles que lutavam, isolados, pela reapropriação da UGTA, dando origem a um movimento expressivo, tanto mais que eram símbolos o que dava entrada na luta: a zona de Rouiba, a união local (UL) da UGTA de Rouiba. Isto, no terreno prático, com uma combinação de greves.

10 de Março. A entrada em luta dos trabalhadores

Em 10 de Março, dois dias depois das marchas de 8 de Março, a greve geral estende-se a todo o território. Em Rouiba, a zona industrial, a UL da UGTA desempenhou um papel importantíssimo na irrupção dos trabalhadores na própria Rouiba, mas também em outras áreas industriais, como El Hadja, no Oeste, em todos os campos petrolíferos e de gás do centro do país e até em zonas pouco industrializadas.

Este surto dos trabalhadores dá-se no terreno da luta, onde se combina o ajustar contas em matéria de condições sociais e de trabalho com a questão da UGTA, passando pelo apoio ao movimento estudantil. Vimos imagens de trabalhadores de Rouiba da SNVI (ainda hoje em greve) a deixarem o município e a enquadrarem a manifestação dos estudantes, poderosa manifestação que se dirige a Argel, para o centro, para se juntar aos estudantes da faculdade central e de Bouzaréa.

A 10 de Março, o processo revolucionário sofre uma >>>

● RELATÓRIO

>>> viragem. Até aí eram os cidadãos, incorporando todos os estratos sociais, quem se manifestava com palavras de ordem nacionais. No dia 10 de Março, foi o proletariado que saiu para a rua. Se bem que fosse ainda um proletariado “em si”, já estava pouco a pouco a passar a ser um “proletariado para si”, com a questão da UGTA no centro.

No dia 11 de Março, deu-se o primeiro recuo do governo, quando Bouteflika propôs, com muita manha, continuar o seu mandato, mas atendendo, ao que se dizia, uma série de reivindicações e mudando alguma coisa. O movimento alimentou-se destas decisões, aparentes recuos, que deram origem a divergências significativas entre partidos e organizações na respectiva interpretação, inclusive entre aqueles que se reclamam da revolução proletária. Era, no entanto, um indicador da inflexão de uma orientação que já não podia passar à força e tinha que levar em conta o movimento das massas.

A situação continuou a alimentar-se das manifestações, cada vez mais poderosas. Avaliam-se em 16 a 20 milhões os argelinos que saíam para a rua nas cidades e municípios todas as Sextas-feiras, mas também ao longo da semana. O movimento estudantil vai para a rua às terças-feiras, as greves desenvolvem-se, o movimento pela habitação continua. O regime está desestabilizado e a espinha dorsal do regime reivindica o seu lugar numa primeira intervenção do chefe de Estado-Maior, que dita uma nova orientação em 2 pontos:

1. Apoio o movimento popular.

2. Daremos satisfação aos manifestantes, aplicando a soberania popular (o artigo 7º da Constituição). Como Marx diz, ele atira para fora logo no artigo 8º. Este artigo define, com efeito, como se há-de exercer a soberania popular, pela via dos representantes eleitos existentes, os da Assembleia Nacional ilegítima e os das instituições que permanecem intactas. Uma vez mais, do que se trata é de imprimir uma nova política que leve em conta a força do movimento de massas.

Esse movimento aprofundou-se nos dias 10 e 17 de Abril. Dá-se uma nova viragem. Esta, ainda mais fortemente marcada pela força dos trabalhadores dentro do movimento. No dia 10 de Abril, há uma greve geral organizada pela Confederação Sindical Autónoma, que afecta toda a função pública, as empresas públicas e, especialmente, os trabalhadores das diferentes prefeituras. Greve poderosa, muito bem sucedida. Devo dizer que esta greve não foi feita por reivindicações, mas por reivindicações políticas: “*Fora o Sistema! A palavra ao povo!*”.

Em 17 de Abril, fortalecido por todo o combate levado a cabo para recuperar a UGTA desde 10 de Março, o Comité de Reapropriação da UGTA pelos Trabalhadores e para os Trabalhadores organizou um comício nacional. O comício, cujo objetivo era recuperar na prática a sede da UGTA, teve participação massiva e nacional, ao ponto de o esperarem cordões de polícia armada dos pé à cabeça. Naquele dia, a coordenação contou espingardas. Dispunha de uma grande maioria: tinham convocado maioritariamente o comício dois terços do parlamento da UGTA, a comissão executiva nacional,

quase todos os sindicatos locais no país e alguns sindicatos departamentais (as UL são eleitas, as UD, mais ou menos co-optadas). Com a greve geral e com a Confederação Sindical Autónoma firmada como organização escutada e à qual os trabalhadores podiam responder, com o comité de reapropriação da UGTA tornado maioritário, formalmente e pelo poder do combate, assistia-se a uma nova viragem na luta de classes no ponto de vista subjectivo.

O movimento popular iniciado no dia 22 de Fevereiro era forte pelo número; mas começava a organizar-se. Pouco a pouco, foi identificando os seus representantes e aqueles a quem estes haviam de responder: a UGTA, a Confederação Sindical Autónoma. Ora, isto representa um ponto de viragem no movimento revolucionário. As massas começaram por gritar “*Não haverá 5º mandato!*”, daí passaram a “*Fora o Sistema!*”, “*Vamos correr com vocês todos!*” e “*A palavra ao povo!*”. Estavam a munir-se de instrumentos para levar à prática as suas aspirações.

Do mesmo passo, neste contexto geral, a ideia da auto-organização fez caminho a partir da experiência prática das massas. Há experiências extraordinárias nos bairros. Nascem do nada comissões populares. Como sempre, esses nada são as necessidades que as próprias massas definem a partir daquilo de que carecem, por exemplo como se organizar para as manifestações.

Nas marchas, houve, por exemplo, batalhas com a polícia. Isso deu origem ao que é conhecido por movimento dos “braçadeiras vermelhas” a enquadrar as manifestações em algumas cidades e metidos nas comissões populares. O ritmo é o ritmo deles. Tirando alguns casos, não se ouve “Assembleia Constituinte”.

No movimento estudantil, é o reatamento, hoje, das tradições dos comités autónomos, dos comités de greve, da organização de marchas, por um pólo conhecido por “pólo estudantil”, visando coordenar todas as AGs duma região inteira. Hoje põe-se a questão da coordenação ao nível nacional. Houve faculdades que, pela sua localização geográfica, mas também pela sua história, como a faculdade central, a faculdade de letras na alta de Argel, e também porque os revolucionários desempenharam o seu papel no passado, iniciando essas tradições, ocuparam o seu lugar quase automaticamente. As posições tomadas pelas AGs acompanham e ajudam à organização do movimento estudantil e, na próxima etapa, é para a coordenação nacional que se caminhará.

Provavelmente todos estes movimentos são insuficientes, e é isso que constitui a força do regime, que, apesar da força do movimento, ainda consegue manobrar: por exemplo, esperar até amanhã para cancelar eventualmente a eleição presidencial e pôr peritos constitucionais a atacar a Assembleia Constituinte, pôr em liça antigos e novos responsáveis dos partidos políticos, etc., para arranjar uma situação em que, se bem que as eleições de 4 de Julho sejam provavelmente canceladas, ainda se possa, apesar disso, fazer uma eleição presidencial.

Este movimento opõe-se, e o poder sabe-o, ao de

“a palavra ao povo”. A luta consciente pela Assembleia Constituinte Soberana não é travada por potentes forças organizadas. Curiosamente, já que a força do movimento põe o problema de dar a palavra ao povo, oficialmente, nos editoriais, e até no jornal do governo, balizam-se as soluções para a crise em três opções: a do chefe do Estado-Maior, evidentemente, a dos partidos políticos que, embora mais ou menos ligados a essa orientação, não o podem dizer — e o editorial acrescenta: há outra opção, a que é exigida por gente irreflectida, que se chama Assembleia Constituinte soberana.

Eles vêm-se obrigados a falar nesta Assembleia Constituinte soberana. Dizem, por exemplo: eleições presidenciais, mas, depois, haverá um processo constituinte. Remeto-vos para o exemplo do Peru e de outros países que mostram no que isso dá.

Gostaria de dizer algumas coisas mais específicas ao nível político. Num processo revolucionário tal como o que estamos a viver, parece-me que as coisas ficam muito mais simples. A validade do *Programa de Transição*, por exemplo. Ele é confirmada a tal ponto, que a parte sobre o sectarismo, o oportunismo, a unidade mundial da luta de classes, o papel da democracia e da Assembleia Constituinte estão em cima da mesa. O programa tem validade em 2019, não só para uma série de coisas, mas por decair exactamente aquilo que temos vivido desde o dia 22 de Fevereiro e, para dizer a verdade, já muito antes.

No que diz respeito à situação a que estamos a assistir, observa-se que os partidos políticos do regime são o que são, mas são forçados a mudar, tal como o regime está mudando de personalidades para manter o essencial. De forma extremamente caricatural, a FLN está replicando, na APN, o que fez no mês de Outubro, mudando de presidente da APN porque é preciso mudar as personagens que simbolizavam o regime anterior. Só que puseram à cabeça da FLN, facto significativo da vontade que têm para o futuro, uma oligarquia ligada à LG, que tem uma empresa chamada Starlight. Um da burguesia compradora, portanto. Os vários partidos da aliança presidencial estão a passar por aquilo a que eles chamam “movimento de regeneração”. Substituir os dirigentes. Todos os partidos ditos de oposição alinham com o regime, não podem fazer o que querem, reúnem-se, consultam-se uns aos outros, para acabarem por aderir à proposta do regime, modulando-a.

Os processos revolucionários não são todos iguais, nem são iguais a Fevereiro-Outubro de 1917, mas os problemas que se põem são os mesmos: resolver a formidável contradição entre o movimento das massas e o regime pela existência de um partido revolucionário que abra a via de uma solução positiva.

Entretanto, o Comité de Organização dos Socialistas Internacionalistas (COSI) enquadrado de imediato a sua acção em posições de princípio, logo na sua primeira resolução e no seu primeiro artigo, dizendo qual era exactamente o seu propósito no processo revolucionário: construir o partido operário revolucionário para resolver positivamente, no ponto em que nos encontramos, a questão da saída política

para os trabalhadores, para o proletariado. Neste contexto, o partido é o programa, batemo-nos pela Assembleia Constituinte como palavra de ordem que perfaz a luta pelo programa democrático e dá resposta concreta à questão “a palavra ao povo”.

Batemo-nos pela hegemonia do proletariado neste movimento, lutando pela independência da UGTA, pela unidade com a CSA, pela construção de um movimento estudantil, pela coordenação das acções contra a repressão, pelo sindicato estudantil. As comissões populares, que passou a haver realmente, nas aldeias e nos bairros, coordenando-se entre si, cidades inteiras organizadas à volta dos braçadeiras vermelhas.

Este programa é o programa com que entramos no debate, com que acompanhamos as massas, mas diferenciando-nos também de todas as organizações que reivindicam a revolução proletária.

Algumas palavras a esse respeito. Se quiséssemos resumir um século de luta de classes na Argélia, podíamos dizer, subjectivamente, que há como que uma tragédia, causada pela intervenção do estalinismo desde o final da década de vinte, cerceando o movimento que procurava construir a Estrela Norte-Africana como organização que combinava programa democrático pela independência e programa social, mas também nos anos cinquenta e sessenta, em que a corrente pablista impediu o agrupamento dos revolucionários, amancebando-se com o regime de Ben Bella. Hoje, é a mesma coisa. O MDS, saído de uma cisão no partido estalinista, defende a economia de mercado e ataca a Assembleia Constituinte no seu conselho nacional.

Há, por fim, o PT. E é um drama. Eu acho que a questão do PT pode ser hoje uma questão internacional. Sem querer ir muito longe, que pensar de alguns aspectos da sua actual actuação: no processo revolucionário, onde tudo se torna mais simples, onde deixa de ser possível disfarçar porque se é obrigado a responder constantemente à situação, qual tem sido a política do PT? Para mim, é uma orientação ambivalente. Há duas orientações, que às vezes se combinam: uma é a orientação que a secretária geral imprime. Concretamente, no dia 21 de Fevereiro, véspera do 22, a secretária-geral intervém na televisão: os primeiros dez minutos de seu discurso são contra o movimento de massas, com fraseologia do tipo: “Claro que toda a gente tem o direito de se manifestar, mas cuidado com as provocações”. O mesmo discurso do regime. Ela não apela ao movimento do 22. O PT não convoca para ele. No dia 24, intervindo em directo na televisão, ela propõe ao regime que, se quiser ser sincero, adie as eleições presidenciais dois meses, para a calma voltar.

Como as massas não estão pelos ajustes, ela volta a intervir na véspera da marcha de 1 de Março, se bem que para lançar um apelo aos militantes do PT, a dizer: antes de mais nada, venham como cidadãos porque é preciso unidade nacional, não como militantes partidários; aliás, nós não convocamos.

Depois da segunda marcha, sai um comunicado >>>

● RELATÓRIO

>>> em que ela não diz uma palavra acerca da Constituinte, isto já desde Dezembro, apelando antes a um governo de técnicos e gente competente para administrar o processo eleitoral, portanto um governo burguês que tente salvar o regime.

Digo ambivalência porque, entretanto, os militantes vão intervindo segundo as grandes orientações: Assembleia Constituinte, liberdades democráticas — o que dá, evidentemente, em contradições extraordinárias. O PT é uma grande esperança. Podia reunir toda a vanguarda. A grande esperança que o PT é está a tornar-se alvo da rejeição da vanguarda, que o identifica cada vez mais como uma peça do quebra-cabeças do sistema.

Que debate há, então, na Argélia, neste momento? Primeiro, a questão da Assembleia Constituinte e da constituição do partido revolucionário. As duas estão ligadas.

Nos escritos sobre Espanha, Trotsky diz algo muito importante: é provável que as combativas massas espanholas tenham que passar pela experiência parlamentarista em vez de irem para a ditadura do proletariado, porque as massas não foram armadas com o programa democrático, particular-

mente o da República. Não têm a experiência de 1905-1917, dos soviets. Porque não há partido revolucionário. A questão da Assembleia Constituinte, para nós, é o nosso programa: não significa mudar um presidente por outro, mas mudar radicalmente a sociedade, levar as massas a fazerem a sua experiência e mobilizá-las para caminhar para a ditadura do proletariado.

No que estamos vendo na Argélia, estão lá todos os ingredientes, excepto o partido revolucionário, que permitem dizer que é um autêntico processo revolucionário em que se assiste a um povo inteiro a querer acertar as contas com aquela história toda. Sobre este ponto, eu queria dizer que aquilo que é absolutamente extraordinário, dito inconscientemente e, às vezes, conscientemente, e se tornou no leitmotiv, é: “Nós não queremos ajustar as contas de 2019, queremos ajustar as contas de desde há 57 anos.” É a segunda independência. Em 1962, fomos expropriados. É outro elemento muito importante pelo qual se está a assegurar a continuidade histórica, de tal maneira que o que, de facto, falta é a principal ferramenta do ajuste de contas geral: o partido operário revolucionário. ●

Argélia

Três meses de mobilização revolucionária... ... nas colunas de *Minbar El Oummel* (Tribuna Operária)

Nos dias 8 e 9 de Março de 2019, duas semanas após o surto revolucionário das massas, constitui-se o Comité de Organização dos Socialistas Internacionalistas da Argélia (COSI). É convicção destes militantes que a construção do partido revolucionário passa pela publicação regular de um órgão de imprensa: um jornal como “organizador colectivo”. Assim, desde 9 de Março e até ao momento do fecho deste número d’*A Internacional*, já se publicaram dezoito números de *Minbar El Oummel* (Tribuna Operária). Ostentando, à guisa de sobretítulo, a célebre divisa que Marx apôs ao manifesto da Primeira Internacional, “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores” e em sub-título “pela democracia e pelo socialismo”, *Minbar El Oummel* é à um órgão de expressão do COSI e tribuna livre da luta de classes, abrindo as suas colunas a militantes que, não partilhando necessariamente o seu ponto de vista, se empenham, no entanto, como os militantes do COSI, na luta pela Assembleia Constituinte soberana, pela constituição de comités, pela reapropriação pelos trabalhadores da central sindical histórica — a União Geral dos Trabalhadores Argelinos, UGTA — e, por conseguinte, pelo partido operário independente e de massas indispensável para levar a efeito estas tarefas. Apresentamos alguns extractos de *Minbar El Oummel* aos leitores d’*A Internacional*.

“Não às eleições presidenciais! Assembleia Constituinte soberana!”

O primeiro número de *Minbar El Oummel* sai no Sábado, 9 de Março de 2019, publicando a declaração constitutiva do Comité de Organização dos Socialistas Internacionalistas

“Avante!

Não às eleições presidenciais!

A palavra ao povo! Assembleia Constituinte soberana!

Pela independência da UGTA! Satisfação das reivindicações dos trabalhadores! Não aos planos anti-operários do FMI!

Por um partido operário independente, democrático e de massas!

Somos militantes operários e sindicalistas, jovens, estudantes resolutamente empenhados na luta de classes. Ao fim de longas discussões na Quinta-feira, 7, Sexta-feira, 8 e Sábado, 9 de Março, decidimos constituir-nos em “Comité Organização dos Socialistas Internacionalistas” (COSI). Esta decisão, tomada no coração do processo revolucionário aberto no dia 22 de Fevereiro pelas gigantescas marchas de todo o povo em todo o território nacional, visa dar um princípio de resposta positiva à contradição entre a poderosa mobilização das massas e a trágica ausência de um partido operário independente, democrático e de massas, sem o qual a burguesia compradore e as suas instituições ainda são capazes de “assimilar” as formas mais avançadas das nossa lutas. É esta fraqueza que constitui de momento a força deles.

O movimento imenso de milhões e milhões de mulheres, homens que há quinze dias levanta a Argélia inteira pode resumir-se numa frase: o povo inteiro e, em primeiro lugar, os trabalhadores, os jovens, os desempregados tanto das grandes aglomerações como dos municípios rurais aspiram à soberania total e absoluta. Levantando-se contra o quinto mandato, estão-se a levantar contra um sistema que há décadas e décadas, na prática desde a confiscação da independência nacional no Verão de 1962, se tem oposto a que a plena soberania da nação esteja nas mãos do povo inteiro. Aspiram não só a deixarem de sofrer a imposição de eleições pré-fabricadas com candidatos-fantasma ou seleccionados segundo as necessidades do regime, mas a poderem decidir eles próprios a forma política e o conteúdo social e nacional que a soberania do povo há-de revestir.

Em todas as latitudes e em situações, esta aspiração tem achado sempre resposta na convocação e eleição de uma Assembleia Constituinte soberana, dotada, portanto, de plenos poderes de decisão. Uma assembleia constituinte sem nenhuma restrição, sem condição prévia de nenhuma espécie, sem nenhum controlo que não seja o dos seus mandatários. O povo trabalhador, a nação têm que poder dispor dos meios para decidirem. Decidir gravar na pedra a total liberdade de expressão, reunião e >>>

● ANÁLISE

>>> *organização, de manifestação e de greve, a igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios. Estas aspirações profundas viram-se, política e democraticamente contra o regime, que vira costas à democracia e à soberania, e contra o imperialismo, que fez de todas as componentes do regime e da burguesia compradore seus agentes, nem sempre dóceis, mas em última análise seus agentes.*

Esta aspiração imensa tem igualmente um poderoso conteúdo social, que se reflecte hoje nas greves que alastram e no processo que se abriu de reconquista da União Geral dos Trabalhadores Argelinos (UGTA), a central histórica dos trabalhadores há muito arregimentada pelo regime. Nessas greves manifesta-se a aspiração a que as riquezas da nação sejam postas exclusivamente ao serviço do povo trabalhador. Soberania implica também soberania económica e social. E responder às imensas expectativas dos mais de 30% de desempregados jovens, dos milhares de licenciados que ano após ano tomam o caminho do exílio, sem perspectiva no nosso país, é a aspiração à justiça social, ao trabalho, a ter serviços públicos, à habitação. A esta aspiração à soberania do povo, à soberania política e democrática, é urgente responder plenamente. Toda a resposta truncada surgirá como diversão e só poderá atizar ainda mais a cólera do povo, dos trabalhadores e da juventude. Toda a solução que não seja a Assembleia Constituinte soberana surgirá, sejam quais forem as intenções dos seus autores, como tentativa de preservar o regime rejeitado pelas massas.

Ouvem-se de todo o lado receios de que a actual situação dê num período de instabilidade que reacenda os negros, atrozes anos do período anterior. Receios legítimos quando articulados pela “sociedade de baixo”, mas meras diversões e tentativas para desfazer a força e unidade da mobilização popular quando destilados pela “sociedade de cima” e respectivos representantes. É preciso dizer as coisas claramente: o que ameaça a estabilidade é a recusa de ouvir a vontade e a voz do povo, dos trabalhadores e da juventude. Não é mantendo um regime antidemocrático, é, pelo contrário, abrindo plena e inteiramente, com confiança, a todas as formas necessárias de soberania popular que será possível restaurar e manter a estabilidade. E essa a parada, ao convocar uma Assembleia Constituinte soberana, sem restrições nem limites.

O movimento é um só, não há separação artificial entre luta pela democracia e luta dos trabalhadores pelas suas próprias reivindicações, pela qual os trabalhadores procuram hoje, a partir das suas condições de vida e de trabalho, reapropriar-se da sua central sindical histórica, a UGTA, que não pode desempenhar o seu papel de defender os interesses dos trabalhadores enquanto permanecer ligada a instituições rejeitadas. A UGTA tem que voltar a ser propriedade dos trabalhadores argelinos, dos seus sindicatos de base. Tem que ser propriedade dos delegados designados pelos próprios trabalhadores. O processo já arrancou. Que continue e se amplie. Os trabalhadores têm que exigir a ruptura total da UGTA com o regime; entretanto, apresentarão as suas reivindicações e discutirão a maneira de as fazer vingar. A acção decidida pode e deve ser controlada pelos próprios trabalhadores. Os comités de acção ou de greve podem e devem alargar-se a todos os trabalha-

dores. A reconquista da UGTA dará aos trabalhadores o utensílio e meios para darem vencimento aos seus interesses específicos de produtores da riqueza. Ela será, como o foi a UGTT para os trabalhadores tunisinos na revolução tunisina, a espinha dorsal, a organizadora, a unificadora e a generalizadora da acção decisiva dos trabalhadores neste processo de crise aberto que se vai aprofundando.

A confederação sindical CSA e todos os sindicatos autónomos devem deixar-se de hesitações. Na empresa, na escola, no liceu e na universidade, ao nível do município, da wilaya e nacional, têm que procurar, por toda a parte, a unidade com as diferentes estruturas da UGTA. A persistência do regime em recusar-se a reconhecer a aspiração do povo argelino à mudança, à vontade que, de novo, mostra de passar pela força, oporem-nos a força do número e a unidade dos trabalhadores com as suas organizações sindicais libertas do seu jugo. A greve geral de todos os trabalhadores e dos cidadãos impor-se-ia como resposta concreta. A unidade é necessária agora, há que realizá-la sem demora, mais necessária ainda será amanhã.

A unidade e independência das organizações sindicais mobilizarão ainda mais os trabalhadores, captarão e arrastarão os jovens dos bairros, os desempregados, todas as camadas pauperizadas das cidades e dos campos, pondo na ordem do dia a organização dos cidadãos nos bairros, o sindicato nacional, independente e democrático dos estudantes e o dos professores do superior. No mesmo movimento, pode e deve surgir a auto-organização das massas para agir “todos juntos” e controlar as nossas lutas.

Sendo militantes, não temos interesses diferentes dos dos trabalhadores, dos jovens e de largas camadas da população.

Onde estamos, lutamos pela soberania popular, pela soberania nacional contra o imperialismo, pela satisfação de todas as reivindicações, pela defesa do que já conquistámos, pela independência dos sindicatos, quando os há, a caminho da criação de uma central sindical única, unitária, independente e democrática (as massas trabalhadoras já não suportam as divisões) e da criação de sindicatos onde os não haja, nomeadamente na universidade, onde é forte a aspiração a ter um “sindicato estudantil unitário, independente e democrático” e uma “confederação unitária de toda a educação nacional”. Lutamos pela greve geral como meio de o povo impor a sua vontade e as suas aspirações.

Os militantes que somos do Comité de Organização dos Socialistas Internacionalistas (COSI) lutam pela unidade, em primeiro lugar, com as organizações que se reclamam do movimento operário e do anti-imperialismo. Dizemo-lo clara e limpidamente: estamos prontos para todas as acções pontuais que ajudem as massas, mas também para discutir a formação de uma “frente das organizações operárias, partidos e sindicatos, e das organizações que reivindicam o anti-imperialismo”, baseada numa plataforma de acção construída no eixo da soberania popular e da soberania nacional contra o imperialismo, segundo o princípio de “marchar separados, mas bater juntos”.

Não temos interesses diferentes dos trabalhadores do nosso país como tão-pouco temos interesses diferentes dos dos trabalhadores dos outros países do

... mundo. Sofremos e lutamos contra as mesmas políticas inspiradas pelas instituições financeiras de Bretton Woods. Sofremos e lutamos contra as guerras perpetradas pelo imperialismo mundial, ontem no Iraque, na Síria, na Líbia, hoje do lado de lá da fronteira meridional do nosso país. A política de ingerência das grandes potências nos assuntos internos de Estados soberanos passou a ser uma constante. Já não precisam de luvas para atacar a legitimidade soberana do presidente eleito da Venezuela. E que dizer do que a sacrossanta aliança imperialista com Israel tem feito sofrer ao povo palestino há mais de setenta anos?

Toda a nossa experiência não nos deixa a mínima dúvida de que a batalha para construir um partido revolucionário no nosso país se deve conjugar e ligar com a que se trava em todo o mundo para construir a Internacional Operária, assente no programa adoptado há pouco mais de oitenta anos, programa cuja validade tem sido verificada por todos os grandes acontecimentos da luta de classes desde então ocorridos e validado enquanto método para a acção emancipadora da classe operária.

Como qualquer organização, mesmo uma organização revolucionária armada de um programa, a IVª Internacional tem sofrido pressões de todos os que professam a ordem actual, assente na propriedade privada dos meios de produção, e, sobretudo, intervem para mantê-la. Correntes revisionistas e liquidacionistas têm-se incrustado na sua cúpula na mira de desfazê-la. No início dos anos cinquenta, a Internacional foi destruída enquanto organização democraticamente centralizada. Reconstruída, tem, nos últimos quatro anos, passado por uma nova crise, cuja fonte é a mesma da dos anos cinquenta: o abandono da construção e a adaptação à sociedade burguesa.

Nós dizemos que é hoje chegado o momento de reunir as forças que poderão atacar a reconstrução de uma genuína representação política operária independente para todos os trabalhadores e jovens. Dentre as formações existentes, muitos militantes e correntes têm perfeitamente lugar nesta reconstrução: os militantes do PST, da UTS, da VOS, os militantes do ex-PAGS⁽¹⁾ e, evidentemente, os militantes do Partido dos Trabalhadores, partido que tem mantido um grande eco de simpatia junto de um amplo sector da classe operária em virtude das lutas passadas. Só que o processo revolucionário em curso expôs em toda a sua nudez a orientação que a sua secretária geral lhe vem há muitos anos imprimindo: adaptação às necessidades do regime e, na melhor das hipóteses, a uma fracção do mesmo, a coberto das necessidades de segurança e estabilidade da sociedade. As suas posições recentes (adiamento das eleições, solução médica à crise...) já são assimiladas por uma larga vanguarda como sub-empregada das necessidades do regime ou, na melhor das hipóteses, de uma fracção do mesmo, para salvar o essencial: a continuidade do sistema. Os conselhos soprados aos decisores em momentos cruciais do choque entre as massas e o regime são uma recusa clara de romper com o actual regime, uma recusa de assumir plenamente as tarefas da luta pela Assembleia Constituinte. É uma situação que não nos traz nenhuma satisfação. É reflexo da crise que aflige o movimento operário na Argélia como à escala internacional. É reflexo da necessidade de recomposição

de forças segundo o eixo da independência operária e da reconstrução do movimento operário. Pela nossa parte, e com as posições que são as nossas, estamos prontos para nela participar; lado a lado e de braço dado com todos os militantes de todas as correntes saídas do movimento operário e partidárias da soberania popular e nacional que estejam dispostos a aderir, em plena liberdade de discussão.

Argel, 9 de Março de 2019

“Fora o sistema!”

O número 2 de Minbar El Oummel (12 de Março de 2019) publica uma declaração do COSI em reacção ao anúncio de adiamento das eleições presidenciais e à renúncia do presidente Bouteflika a um quinto mandato.

“Este anúncio de 11 de Março foi precipitado pelos acontecimentos das 72 horas que o precederam: as manifestações de milhões de argelinos e argelinas nas ruas de todas as cidades do país neste dia 8 de Março, misturando cada vez mais reivindicações sociais e democráticas das mulheres, dos jovens, dos trabalhadores com a reivindicação a todos comum: “Não ao quinto mandato! Fora o sistema!”(...)

O que o povo quer não é que as personagens que estão à cabeça das instituições cedam o lugar a outras personagens, o que o povo quer são outras instituições (...). “Fora o sistema! Fora o regime!”, cedendo o lugar a um novo regime, a um novo sistema.

Ora, se o povo se há-de dotar de novas instituições, é ao povo que cabe decidir quais. Para isso, não há outra maneira a não ser a convocação de uma Assembleia Constituinte soberana por via da qual os representantes do povo, designados, mandatados e controlados por ele, decidam como hão-de ser as novas instituições da nova Argélia. (...)

O Comité de Organização dos Socialistas Internacionais (COSI) está ciente do que esta proposta implica. Ela representa tanto a reivindicação democrática como a reivindicação nacional. Em causa está preservar a soberania do povo e do país, preservá-la, mormente, dos apetites das grandes multinacionais americanas, francesas e outras que querem meter a mão na riqueza do país; está em causa restituir à nação o que é da nação, permitir que as suas riquezas vão para quem as produz, não para quem com elas lucra, e parar com as privatizações; está em causa permitir a renacionalização do que tem sido cedido, em grande parte, ao sector privado, e a consagração da riqueza disponível e daquela que possa emergir dos recursos naturais do país às urgências sociais, à habitação, à educação, ao emprego; está em causa preservar a paz e resistir às pressões externas de quem nunca desistiu de arrastar a Argélia para o caos e a desagregação provocados pelas guerras de intervenção imperialistas e neocoloniais: uma Assembleia Constituinte soberana terá a força e a legitimidade para determinar as leis que garantam tudo isto.(...)

Argel, 12 de Março, 8h30”

10 de Março: a classe operária irrompe

O número 3 de Minbar El Oummel, publicado em >>>

(1) O Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) e a União dos Trabalhadores Socialistas (UTS), têm origem no Secretariado Unificado (pablista). A Via Operária e Socialista (VOS) está ligada à organização francesa *Lutte ouvrière*. O ex-Partido da Vanguarda Socialista (PAGS), hoje cindido em diversos grupos, é o antigo partido ligado à burocracia da ex-URSS (nota d'A Internacional).

● ANÁLISE

»»» 17 de Março de 2019, foca, no editorial, as consequências do anúncio do 11 de Março, concluindo: *“Face a um regime surdo e mudo, mas organizado, temos que impor a nossa própria organização. Para correr com o sistema e para sermos nós, o povo, a decidirmos o nosso futuro, são precisos comités populares em todo o lado.”*

Publica igualmente numerosas informações sobre um facto de maior, surgido a 10 de Março: a irrupção – no quadro do processo que se iniciara a 22 de Fevereiro – da classe operária argelina no seu próprio terreno. *Minbar El Oummel* (N°3) escreve:

“Domingo, 10 de Março: logo de manhã, os estudantes param em muitíssimos liceus e centros universitários. O acontecimento marcante do dia é, porém, o surgimento da classe operária argelina, que puxa as suas organizações para o terreno das greves e da generalização da greve.”

Nos grandes centros industriais, os trabalhadores reúnem-se aos milhares com as suas secções sindicais e, a pouco e pouco, vão aderindo à greve. As 11h da manhã, os trabalhadores da imensa zona industrial de Rouiba decidem marchar sobre Argel, enquadrando os estudantes liceais que se lhes juntam. Pela primeira vez, o poder manda a guarda para a rua, por ser um corpo mais “seguro” que a polícia, a barrar o caminho aos trabalhadores que se querem dirigir para Argel.

Os trabalhadores de muitas empresas, como a Sonelgaz, exprimem, nas suas palavras de ordem, a vontade de reconquistar a UGTA; gritam “A Sonelgaz não quer Sidi Said!”.

Em Argel, os eléctricos e o metropolitano param. Os autocarros privados de transporte de passageiros entre as localidades a leste e a oeste da Argel e o centro de Argel estão maioritariamente parados. Nas outras wilayas (departamentos), os transportes privados urbanos, suburbanos e inter-wilayas fazem igualmente greve. O porto de Bejaia está em greve. No ensino secundário, a greve do pessoal liberta dezenas de milhares de alunos das escolas e liceus, que saem em manifestação. Em muitas cidades, a greve afecta igualmente o comércio, que fecha em grande parte.

A meio do dia, as secções sindicais da UGTA da zona de Hassi R'Mel — um dos centros de extracção de gás — apelam à greve. A inquietação apodera-se de todas as forças apegadas à manutenção do regime, que tentam contrapor à greve as declarações de um “perito petrolífero internacional”, de que as redes sociais dão amplo eco (...). Apesar dos avisos do “senhor perito”, os trabalhadores entram no movimento em massa.

Cientes da relação de forças à hora combinada, os trabalhadores não irão tentar radicalizar o seu movimento e regressam ao final do dia.”

“A luta pela independência da UGTA”

Minbar El Oummel dedica um primeiro artigo (muitos outros sairão nos números seguintes) a um aspecto fundamental da irrupção da classe operária: *“A luta pela independência da UGTA”.*

“Pela segunda vez em quinze dias, reunia-se uma concentração nacional de responsáveis sindicais ante a sede da central histórica dos trabalhadores. A fachada da casa da UGTA mudara entre as duas concentrações. (...) O tiro de partida fora dado pela

união local da UGTA da importantíssima zona industrial de Rouiba. No outro extremo, oriental, do país, os trabalhadores de El Hadjar reforçaram o processo iniciado no final do ano de 2018, altura em que impuseram novas eleições depois de ocuparem a sede da união local. Todas as uniões locais das wilayas de Tizi-Ouzou e de Bejaia acentuaram o movimento, reclamando a saída de Sidi Said, o secretário-geral da UGTA. A profundidade do movimento é hoje tal, que os responsáveis nacionais da central não conseguiram organizar uma resposta à concentração deste Sábado, 16 de Março.”

No dia 24 de Março de 2019, o número 4 de *Minbar El Oummel* publica várias posições tomadas por sindicatos de empresa e uniões locais, mostrando como a classe operária tenta ocupar o lugar que é o seu como motor da mobilização popular.

“O que o povo quer não é substituir as personagens que mandam nas instituições”

O número 5 de *Minbar El Oummel* (27 de Março de 2019) é uma declaração do COSI, reagindo à tomada da cúpula do Estado pelo chefe de Estado-Maior, o general Gaid Salah, em detrimento do “clã Bouteflika”.

“Gaid Salah justifica a sua incursão política com a vontade do exército de responder às expectativas do povo. Mas não é nada disso! Na realidade, o exército intervém por conta do regime por ter compreendido que a obstinação em manter Abdelaziz Bouteflika no poder, prolongando o seu mandato, estava agravando a crise política, e podia empurrá-la a um ponto em que já não se conseguisse controlá-la. O regime não podia insistir naquela linha sem renunciar ao seu objectivo, que é continuar. O que o povo quer e continua a querer não é que as personagens que mandam nas instituições cedam o lugar a outras personagens, o que o povo quer são outras instituições! “Fora o sistema! Fora o regime!”, dando lugar a outro regime, a outro sistema. O Comité de Organização dos Socialistas Internacionais (COSI) partilha com tantos dos nossos concidadãos, jovens, mulheres, trabalhadores, a convicção de que compete ao povo erigir-se em povo constituinte pela sua Assembleia Constituinte soberana. (...)

Argel, 26 de Março”

“Muitos sectores em greve”

Ainda na mesma linha, o número 6 de *Minbar El Oummel* (31 de Março), chama igualmente a atenção para a onda de greves que continua:

“Muitos sectores estão em greve: citando apenas alguns, os operários dos portos de Orão e Bejaia, assim como os da Sonacom e da Télécom Algérie a nível nacional, da empresa Rénovation navale, do sector petrolífero em Hassi Messaoud, mas também em algumas fábricas, como a AICost e a COGEB e bem assim os trabalhadores do sector público da Agência Nacional de Saneamento, da Agência de Promoção e Gestão Imobiliária, da Caixa Nacional de Seguros Sociais, da Caixa de Aposentações e, ainda, da ANSEJ: todos responderam presente a este segundo apelo à greve desde que o movimento principiou.”

Movimento de greve que vai alimentar, na própria UGTA, o movimento de reapropriação do sindicato

pelos trabalhadores. *Minbar El Oummel* entrevista militantes que organizam este movimento.

Um deles declara:

“A burocracia que tem achincalhado os trabalhadores tem de se ir embora. A central passou a ser um sítio para negociar com o patronato. Aparece por lá um oligarca para resolver problemas com Sidi Said (o secretário-geral da UGTA – NdR), mas este, os trabalhadores e os sindicalistas, não os recebe. (...) A nossa luta, como vocês têm visto, é para termos “uma UGTA livre e democrática”, fazendo um congresso extraordinário da central. Não é para substituir Sidi Said por outro burocrata. Temos de voltar à UGTA histórica. Defender as reivindicações dos trabalhadores e o país. (...) Para nós, Sidi Said está no regime. A tripartida, é ele. Os oligarcas, é ele. Sem ele, não havia reforma das aposentações nem privatização.”

O jornal publica igualmente uma reportagem entre os estudantes manifestantes, bem como o relatório de uma reunião de jovens trabalhadores precários realizada em Bab-el-Oued (um bairro de Argel) que acabou por decidir constituir-se como “*coordenação provisória contra o trabalho precário*”.

Resolutamente internacionalista, *Minbar El Oummel* publica igualmente um artigo consagrado à luta dos professores contratados em Marrocos, bem como na Palestina: “*As marchas do retorno: um ano*”.

Gaid Salah “garante a continuidade do regime”

O número 7 (3 de Abril) reage à demissão de Bouteflika.

“É a primeira vitória do povo inteiro desde que saiu para as ruas das cidades e municípios do país, no dia 22 de Fevereiro, para se opor a um “quinto mandato” do presidente em exercício. Primeira vitória apenas, pois nem todas as reivindicações das massas manifestadas nestas últimas seis semanas ficam satisfeitas por o presidente cessante sair definitivamente: “Fora o sistema!” e “A palavra ao povo!” (...)

Abdelaziz Bouteflika abandona a presidência da República porque o movimento de massas a isso o obrigou, mas abrindo caminho a uma saída de crise que preserva o regime e assegura a sua continuidade. Bouteflika sai, mas o sistema fica: a Assembleia Nacional, o Conselho da Nação, o Conselho Constitucional, o governo recém-empossado... (...)

Gaid Salah, chefe do exército, que se apresenta como estando ao lado do povo depois de ter sido o principal sustém do presidente cessante, tem os seus próprios objectivos: assegurar a continuidade do regime, voltando a instalar no seu centro a hierarquia militar, e trazer para a ribalta os seus próprios oligarcas em vez dos que singraram à sombra da presidência de Bouteflika.

Todos os planos para sair da crise, venham eles das diversas fracções e clãs do regime, venham eles da pretensa oposição, viram costas à aspiração profunda dos milhões de manifestantes, que é a de que a Argélia seja construída pelo povo soberano para o povo soberano.”

A declaração do COSI conclui-se assim:

“Fazê-lo compete à Assembleia Constituinte soberana, representativa do povo no seu conjunto.

Pela nossa parte, consideramos que tal Assembleia Constituinte soberana permitiria que os representantes do povo decidissem não apenas a forma das novas instituições, mas também o seu conteúdo, já que o povo quer o direito de decidir:

Que os jovens tenham direito a um diploma digno desse nome, um trabalho digno desse nome, um salário digno desse nome,

Que todas as riquezas da nação, especialmente os hidrocarbonetos, pertençam ao povo trabalhador,

Que todas as privatizações sejam anuladas,

Que todos os serviços públicos sejam restaurados.

É esta a maneira de abrir caminho à nova Argélia pela qual todos nos pusemos em movimento desde o dia 22 de Fevereiro..

Argel, 3 de Abril”

O número 8 (7 de Abril de 2019) de *Minbar El Oummel* refere a reacção das massas populares a esta manobra: “*Na Sexta-feira passada, os manifestantes rejeitaram sem ambiguidade a última proposta do general Gaid Salah. Mostraram que não se deixam enganar pela desistência, para inglês ver, do quinto mandato de Bouteflika!*”, insistindo na perspectiva da Assembleia Constituinte.

Evoca igualmente os processos em curso nos países vizinhos: “*Penas de todos os militantes do Hirak (do Rife marroquino – NdR) confirmadas pelo tribunal da relação*”, em Marrocos, e “*No Sudão, milhares de manifestantes reclamam que o presidente Omar al-Bachir se vá embora*”.

“Uma vez mais, o regime confisca a soberania popular a seu benefício”

O número 9 (9 de Abril) sai no dia seguinte à juramentação do pretense “presidente interino”:

“Uma vez mais, o regime confisca a soberania popular a seu benefício. É inaceitável! Não podemos aceitar! Não aceitaremos! Os estudantes e professores têm mostrado o caminho a seguir. Organizaram-se em comités de mobilização. Esta Terça-feira, estavam em greve geral. Reouberam o direito de se manifestarem, apesar dos impressionantes dispositivos policiais. A repressão, que há que denunciar com toda a força, não dobrou a sua determinação. Na adversidade, ocuparam todos os centros das cidades do país durante várias horas. As outras camadas da população lutam igualmente: marchas, manifestações, concentrações, greves, luta pela independência das organizações sindicais, mormente da central sindical histórica dos trabalhadores, a UGTA.”

Concluindo com a perspectiva da Assembleia Constituinte soberana, que determinará a forma e o conteúdo social das instituições da nova Argélia a que os trabalhadores e as massas aspiram.

“Abrir a discussão sobre a perspectiva de um autêntico partido operário”

No dia 14 de Abril, o editorial do número 10 de *Minbar El Oummel* põe à discussão e reflexão dos trabalhadores, militantes e jovens uma questão fundamental na luta pela Assembleia Constituinte:

“Para o COSI, a única força capaz de ajudar as mais largas massas oprimidas a realizarem todas as nossas aspirações democráticas e sociais é >>>

● ANÁLISE

» a classe operária. Por isso apelamos nós, pela parte que nos cabe, a que trabalhadores, militantes e jovens abram a discussão sobre a perspectiva de construção de um autêntico partido operário independente, democrático e de massas, de que os trabalhadores precisam para agir. É para travar e alargar esta discussão na classe operária que apelamos a aderirem ao COSI.”

Publica vários testemunhos coligidos nas marchas, indicando que o regime começa a reprimir manifestantes e militantes. Além dos testemunhos de manifestantes brutalmente reprimidos pelas forças policiais, menciona a prisão, no dia 13 de Abril, dos principais animadores do “movimento pela reconquista da UGTA”, bem como a repressão contra os militantes do RAJ (Rassemblement Action Jeunesse).

“Viva a luta pela federação das nações livres e soberanas do Magrebe!”

Minbar El Oummel foca igualmente a mobilização popular no Sudão “Oponhamos a Assembleia Constituinte soberana a todas as manobras do regime militar para se manter”, publica um artigo sobre a greve dos metalúrgicos da Arcelor Mittal na África do Sul e a carta da redacção da *Tribune des travailleurs* de Marrocos: “Viva a revolução argelina! Viva a luta pela federação das nações livres e soberanas do Magrebe libertas da opressão e da exploração!”

Os militantes marroquinos da *Tribune des travailleurs*, que irão difundir maciçamente este apelo na manifestação que, em Rabat, no dia 21 de Abril, reunirá milhares de manifestantes a exigir a libertação dos militantes do Hirak, escrevem na sua carta:

“Reatando com as melhores tradições da Estrela Norte-Africana, que logo que se fundou, em 1926, inscreveu na sua bandeira a luta pela unidade dos povos do Magrebe libertos da opressão imperialista e da exploração, fazemos questão de saudar o combate heróico do povo e dos trabalhadores argelinos, assinalando do mesmo passo que o bom sucesso do vosso combate é o bom sucesso do combate do povo e dos trabalhadores marroquinos e magrebinos pela democracia e pela soberania nacional. O vosso combate, tal como a resistência do povo trabalhador marroquino, abre a via a uma verdadeira unidade das nações magrebinas livres e soberanas. É, sem dúvida, aquilo que se vê vir ao de cima em várias formas, inclusive nos estádios de futebol, quando os adeptos marroquinos manifestam espontaneamente o seu apoio aos seus irmãos e irmãs da Argélia, nos cânticos marroquinos adoptados pelos jovens manifestantes argelinos, expressão da fraternidade espontânea entre os nossos dois povos irmãos.”

“A solução pacífica menos dispendiosa é a convocação da Assembleia Constituinte soberana”

No dia 23 de Abril sai o número 11 de *Minbar El Oummel*. O editorial evoca um drama que se abateu sobre os habitantes da casbá (alcáçova) de Argel:

“Na Segunda-feira, 22 de Abril, às 6 horas, na casbá, um prédio rui por cima dos seus moradores. A Protecção civil trabalhará todo o dia, relevando cinco mortos e vários feridos. O wali de Argel e, mais tarde, o presidente da câmara serão expulsos pela

população encolerizada. Alguma razão havia...”

Há um ano, fora dada ao prédio pelos peritos a classificação “vermelho 4”, o que quer dizer que os seus moradores tinham que ser realojados com extrema urgência. Nada disso aconteceu. Mais exactamente, a fachada fora pintada de branco no Verão de 2018, pois o prédio situa-se nas proximidades da mesquita Ketchaua e não podia destoar, quando esta fosse inaugurada por Abdelaziz Bouteflika. As autoridades não optaram pela segurança das pessoas daqui.

O estado do prédio está longe de ser caso único, “Toda a casbá está neste estado!”, sustentam os peritos chamados a testemunhar. “O que é feito das quantias astronómicas que se tinham arranjado para reabilitar a casbá? Onde param? Quem acabou por lucrar com elas?”

A população da casbá não se enganou quando correu com os representantes directos do regime. Responsabilizou-os por esta política que dá no caos e na morte, ao privilegiar “os lucros dos predadores e oligarcas” em detrimento da simples segurança dos cidadãos: “Hão-de pagá-las! Não lhes perdoaremos!”, grita uma mãe de família em visível estado de choque, enquanto um jovem morador do bairro repete sem parar “são sempre zawlá (os deserdados) que morrem em buracos!”.

Na Segunda-feira à noite, o regime anuncia a demissão do wali. Sempre a mesma técnica: sacrificar um peão perante tão grande emoção e tal cólera, para manter o essencial. O poder anunciava igualmente o “realojamento imediato dos moradores”. Foi preciso que morresse gente para tornar possível o impossível.

“Rua! Rua!”, gritou a população ao wali e ao presidente da câmara. O mesmo grito que há semanas tem proferido o povo inteiro contra o poder, ensinado que está pelas múltiplas experiências que tem feito de que a perpetuação deste regime equivale à continuação da mesma política em formas diferentes, levando ao caos.

A força do movimento torna todas as propostas do regime impraticáveis. Nenhum partido político, no poder ou na oposição, pode esquivá-lo. (...)

Não obstante, Gaid Salah tem actuado como guardião do templo em todas as suas intervenções anteriores, e de novo nesta Terça-feira: é assegurar a continuidade do regime, desbastando tudo o que não seja estritamente necessário, sem nunca responder às aspirações do povo. (...)

Para o Comité de Organização dos Socialistas Internacionalistas (COSI), a solução pacífica menos dispendiosa, que condiz com a aspiração do povo e pela qual nos batemos desde o primeiro dia, é a de convocar e eleger a Assembleia Constituinte soberana. Uma “assembleia” que, para nós, há-de tornar a justiça independente, gravar na pedra o livre exercício de todos os direitos democráticos e operários, a igualdade de direitos entre mulheres e homens, a soberania nacional sobre toda a riqueza nacional.”

Ao aproximar-se o 1º de Maio, o número 12, que sai no dia 28 de Abril, lança a palavra de ordem: “Pela democracia e pela satisfação de todas as reivindicações democráticas e operárias, que a coordenação “livre” da UGTA e a CSA lancem um apelo à greve geral para acabar com o regime!”

Lugar às mulheres trabalhadoras!

Abrem-se as colunas do jornal ao debate sobre a luta das mulheres trabalhadoras, dando a palavra a uma militante socialista internacionalista de Argel para fazer um balanço das lutas das mulheres na Argélia nos últimos mais de vinte anos no movimento em curso. Entre outras coisas explica ela que:

“A satisfação das duas principais reivindicações (revogação do Código da Família e igualdade de direitos entre mulheres e homens) não depende apenas da mobilização das mulheres. É igualmente necessária a mobilização do movimento sindical. Estou a falar do que deva ser a estratégia dos revolucionários. O nosso esforço deve incidir nas camadas femininas inferiores, pois elas são oprimidas pela lei enquanto mulheres e exploradas enquanto trabalhadoras. O seu destino está indissolivelmente ligado às lutas dos trabalhadores e das suas organizações sindicais e, a prazo, às lutas dos trabalhadores organizados pela sua emancipação. Atribuímos, consequentemente, grande importância à comissão de mulheres trabalhadoras da UGTA e às suas secções locais. Nestes quadros, as mulheres salientam as suas próprias reivindicações, de modo a fazer delas reivindicações do movimento sindical no seu conjunto. No mundo do trabalho, os direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores são achincalhados de modo idêntico. Há o velho cliché de que os empregadores preferem recrutar mulheres por estas reclamarem menos os seus direitos. Nos últimos anos, porém, esta visão caiu por terra, com as mulheres a reivindicarem tanto como os homens quando se lhes sonegam os seus direitos. É evidente que se queira visar em primeiro lugar as mulheres trabalhadoras, mas também os milhares de mulheres empregadas no sector informal. Emprego declarado e emprego decente são duas reivindicações primordiais. (...) Quanto a associações (femininas — NdR) estáveis, nada se opõe à sua criação. Há que inseri-las na luta mais geral dos trabalhadores. Os seus objectivos devem ser definidos claramente: “revogação do código da família” ou “igualdade de direitos entre mulheres e homens”. Há, na verdade, que combater a ilusão de que “a emancipação das mulheres” será só obra das próprias mulheres. Perpassam também por esta luta os interesses de classe.”

Pela primeira vez há vinte anos, os trabalhadores na rua no 1º de Maio

É difundida, no 1º de Maio, uma declaração do COSI, que dá forma ao número 13 de *Minbar El Oummel*: *“Frente única operária, que os sindicalistas livres da UGTA e da CSA apelem à greve geral para acabar com o regime! Assembleia Constituinte soberana por todos os direitos democráticos e operários! Por um congresso extraordinário da UGTA independente e democrática! Satisfação de todas as reivindicações dos trabalhadores!”*

O número 14 de *Minbar El Oummel* focará o significado histórico deste 1º de Maio de 2019:

“Logo de manhã cedo, um impressionante dispositivo policial, que incluía veículos pesados, cortava em dois a grande avenida entre a praça do 1º de Maio e o começo do bairro popular de Belcourt, no centro do qual está localizada a sede da UGTA. Outros veículos foram postados à entrada

da “Casa dos Trabalhadores”, para isolá-la dos sindicalistas. Dispositivos “políticos”, em suma. O objectivo do primeiro era separar fisicamente a concentração dos sindicalistas livres da UGTA frente à sede da central sindical da organizada, algumas dezenas de metros mais adiante, na praça do 1º de Maio, pela Confederação Sindical Autónoma (CSA). Se fosse precisa uma prova de que, para o regime, a “unidade sindical” é o inimigo, ei-la! O segundo dispositivo policial destinava-se, como na concentração de 17 de Abril, a impedir a recuperação da sede pelos sindicalistas livres, entretanto maioritários. Pela primeira vez desde a decisão de proibir manifestações na capital tomada há vinte anos por Bouteflika/Benflis, os trabalhadores comemoraram o 1º de Maio na rua. Devolveram-lhe o seu verdadeiro significado de jornada de luta, que o regime e os sucessivos dirigentes da UGTA haviam transformado em “jornada de festa do trabalho”.”

Publica igualmente muitos relatos de greves operárias, várias vitoriosas e culminantes na constituição ou “recuperação” de secções sindicais pelos trabalhadores. O jornal prossegue o debate sobre a Assembleia Constituinte e as actividades de auto-organização das mulheres trabalhadoras e dos estudantes. Um artigo foca a luta pela soberania da Venezuela contra as agressões de Trump.

“Que a repressão acabe de imediato”

O número 15 de *Minbar El Oummel*, que sai no dia 9 de Maio às 15 horas, publica uma declaração do COSI, que afirma, nomeadamente:

“A rejeição do regime é cada vez mais profunda. Não se lhe pode responder com medidas de repressão contra partidos e seus responsáveis. Compete ao povo, e só ao povo, aos seus delegados eleitos e mandatados em Assembleia Constituinte soberana, decidir entre as várias alternativas políticas que se lhe apresentem. É uma questão do foro das liberdades democráticas, não das medidas repressivas. (...) O Comité de Organização dos Socialistas Internacionalistas da Argélia (COSI) considera que as medidas adoptadas contra estes militantes, nomeadamente a secretaria-geral do PT, devem parar imediatamente. O caminho para a democracia não pode passar pela restrição das liberdades.”

Na manhã seguinte, um segundo número especial (o número 16) declara: *“O assédio e a intimidação, numa palavra, a repressão, são inaceitáveis! Não os aceitamos! Para os enfrentar e lhes pôr termo, só há uma via, a da unidade dos militantes e organizações que se reclamam da democracia e dos direitos operários.”*

“A nossa posição: unidade para acabar com o sistema”

Questão que de novo ocupa o editorial do número 17 (12 de Maio):

“A nossa posição: unidade para acabar com o sistema.

Louisa Hanoune, a secretaria-geral do Partido dos Trabalhadores (PT), foi detida temporariamente numa prisão civil de Blida por decisão do tribunal militar. Não se invocou nenhuma razão a justificar a ordem de prisão da dirigente política, que fora convocada pelo tribunal como testemunha ouvida pelo magistrado militar encarregado do caso Said Bouteflika, irmão do ex-presidente, e de dois >>>

● ANÁLISE

>>> antigos responsáveis dos serviços de segurança, Toufik e Tartag, presos e acusados de “conspiração contra a autoridade do Estado e a autoridade militar”.

Logo que informado da citação da secretária-geral do PT, antes de sua prisão, o Comité de Organização dos Socialistas Internacionalistas (COSI) deu, logo na quinta-feira, 9 de Maio, às 15 horas, o seu apoio incondicional à dirigente política e ao seu partido contra o assédio de que eram vítimas, ao mesmo título que aos militantes do Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), constantemente citados, sem motivo, pelo comissariado de Aokas, e a outros militantes partidários dos direitos humanos. Renovámos essa nossa solidariedade na sexta-feira, 10 de Maio, através de outra declaração, em que o COSI reclamava a libertação de Louisa Hanoune. (...)

A posição do COSI não é conjuntural. É uma atitude e um método baseados nos princípios em que, tal como a corrente com que nos solidarizamos, se construiu o movimento operário, isto é, o apoio incondicional aos militantes sujeitos à repressão do Estado burguês. (...) Fazendo-o, nem por isso o COSI subscreve as orientações políticas do Partido dos Trabalhadores, de que em muitos aspectos discordamos. Temo-lo esclarecido desde que o COSI se fundou, em 8 e 9 de Março, e continuaremos a fazê-lo. Também não escondemos as divergências que temos com a direcção do PT no domínio da luta contra a repressão, mormente quanto à necessidade de ampliar a campanha a todos os militantes do movimento operário e democrático vítimas da repressão, como Hadj Ghermoul, militante pelos direitos humanos preso desde Janeiro por ter sido o primeiro a recusar “o quinto mandato”. A luta contra a repressão não se divide.”

“Tudo continua possível!”

O número 18, saído a 20 de Maio, praticamente três meses certos depois da irrupção das massas em 22 de Fevereiro, sente a necessidade de fazer, em editorial, um “balanço intermédio”.

“Para acabar com o sistema

Duas determinações têm estado face a face desde o dia 22 de Fevereiro: a da regime e a do povo trabalhador.

Em baixo, a mobilização popular permanece intacta apesar do período difícil do Ramadão. Esta Sexta-feira, milhões de cidadãos voltaram a sair à rua nas cidades argelinas, reafirmando a sua determinação, claramente articulada, em pôr “Fora o sistema!” e “tomar a palavra” para decidir o seu futuro. Foi claro e não deixou dúvidas. A imprensa do dia seguinte referia, sobretudo, que o novo patrão do sistema, Gaid Salah, tinha “apanhado”, de Tamanrasset a Argel e de Annaba a Orão. (...)

O povo inteiro faz seu o adágio popular de que “É andando que se aprende a andar”. Depois de ter feito vingar a força do número, iniciou agora o seu processo de organização, para impor a sua vontade com muitas facetas: o movimento estudantil estrutura-se através de comités por faculdade que se centralizam regionalmente; 400 dos 1.700 presidentes de câmaras comprometeram-se colectivamente a recusarem-se a organizar seja que eleição for; nascem comités populares nos bairros e aldeias, inicialmente para se organizarem para as manifestações, hoje, entretanto, para organizar de-

bates sobre as soluções para o futuro; e, para acabar, mas acima de tudo, a luta pela recuperação da UGTA, a central sindical histórica dos trabalhadores, passou a um estágio superior; o da organização de um congresso extraordinário, paralelamente à afirmação da Confederação dos Sindicatos Autónomos (CSA).

Estas são algumas das manifestações, mas há outras: o desenvolvimento das greves operárias e suas conclusões vitoriosas; a criação de secções sindicais UGTA, CSA, CNES (sindicato dos professores do superior); o “círculo dos juizes” constituído no princípio do movimento, participando nas eleições para o sindicato nacional e ganhando-as.

A força do movimento reduz a margem de manobra do regime e, sobretudo, paralisa os partidos ditos de oposição, sem falar dos partidos da ex-aliança presidencial.

Fazem-se ressoar os clarins e tambores do sistema para tentar convencer as massas a serem mais razoáveis. (...)

Não há iniciativa do poder para tentar conter o movimento que não se vire no seu contrário e reforce as convicções deste. A hierarquia militar manda prender Said Bouteflika, irmão e principal conselheiro do ex-presidente, Tartag e Toufik, ex-responsáveis dos serviços de segurança, e os principais oligarcas; ex-primeiros-ministros e ex-ministros são igualmente citados pelos tribunais. O Estado-Maior julgava poder, deste modo, satisfazer uma reivindicação dos manifestantes que clamavam sem descanso: “Vocês saquearam o país, bando de ladrões!”. O povo encontrou aí nova matéria para se manifestar e, sobretudo, para exigir “a abertura de todos os processos de corrupção” e “processos públicos”.

Gaid Salah, o chefe de Estado-Maior, vai, assim, ter de rever a matéria dada. Tinha-se agarrado com unhas e dentes ao objectivo de fazer as eleições presidenciais, sem pronunciar a data de 4 de Julho próximo (fê-lo Bensalah). Ao escrevermos estas linhas, estamos a poucos dias da data-limite para apresentação dos processos ao Conselho Constitucional, e não há nenhum candidato à candidatura. Os responsáveis políticos potenciais com quem o sistema contava não conseguiram atravessar o Rubicão. Teriam sido definitivamente condenados pelas massas.

Nesta situação, os editorialistas do regime exclamam: “É o beco sem saída!”. Mas que “beco sem saída”? Decerto o do sistema e dos seus aliados que trabalham pela continuidade do regime.

Os manifestantes que, ainda esta Sexta-feira, gritavam “Não às eleições presidenciais de 4 de Julho!” vão averbar nova vitória, a anulação da eleição, depois da demissão de Abdelaziz Bouteflika.

Para o povo inteiro, nunca a via para satisfazer a sua aspiração a decidir do seu futuro esteve tão aberta.

Sim, tudo é ainda possível!

Pela nossa parte, enquanto Comité de Organização dos Socialistas Internacionalistas, a solução mais simples, condizente com todas as reivindicações democráticas e sociais do povo trabalhador, é a convocação e eleição da Assembleia Constituinte soberana.

Ela determinará, através dos seus representantes livremente eleitos, a forma que hão-de tomar as instituições da nova república e o seu conteúdo

democrático e social, gravando na pedra que é o povo a única fonte do poder e da soberania nacional, o pleno exercício de todos os direitos democráticos e operários, a protecção da riqueza nacional, que esta pertença ao povo trabalhador, que se anulem todas as privatizações, se restaurem todos os serviços públicos, que se anule o segredo diplomático, bancário e de gestão, que os jovens tenham direito a um diploma, um trabalho e um salário dignos desse nome.

Como consegui-lo? é o que perguntam cidadãos e militantes em cada vez maior número.

Para nós, militantes do COSI, a luta pela Assembleia Constituinte soberana é indissociável das lutas para:

O “Comité de reapropriação da UGTA pelos trabalhadores” e a CSA apelarem à greve geral para acabar com o sistema. Greve geral a preparar em assembleias gerais de trabalhadores, de estudantes, de professores e criando “comités populares” nos bairros, municípios e aldeias,

Continuar e intensificar a reapropriação da central sindical histórica dos trabalhadores, preparando e realizando o seu congresso extraordinário,

Generalizar e centralizar comités estudantis autónomos,

Generalizar e coordenar comités populares nos bairros, municípios e aldeias.

Ao FFS⁽²⁾, contanto que desista da vontade de dialogar com a ANP, ao PST, ao PT, à UTS, à Esquerda Operária, à VOS e às organizações sindicais, dizemos: não será altura de criar uma “frente única” para lutarmos juntos por uma Assembleia

Constituinte soberana para acabar com o sistema e satisfazer todas as aspirações do povo trabalhador?

A nossa orientação é clara. Sejam quais forem as circunstâncias, procuramos a unidade com todas as forças que se enquadrem razoavelmente nestas perspectivas, segundo a velha regra de “marchar separados, mas bater juntos”.

Toda a situação objectiva está madura para uma mudança radical, mas é-se obrigado a dar constância da falta que aos trabalhadores faz um instrumento para fazer cair a situação no sentido dos seus interesses e dos das camadas pauperizadas: o partido dos trabalhadores, independente, democrático e de massas. Nunca tal partido existiu na Argélia pós-independência. A Estrela Norte-Africana criada no início dos anos vinte pela Internacional Comunista, prefigurava esse partido. No entanto, a traição pelo estalinismo dessa luta pela independência nacional atirou os militantes operários para os braços do nacionalismo, fosse ele radical.

O COSI abre esta perspectiva: a luta pela construção do partido dos trabalhadores que constitua a classe operária em classe “para si”, que lhe permita, portanto, pôr-se à cabeça das lutas do povo trabalhador pela democracia e, logo, pelo socialismo.

O COSI é abertamente socialista internacionalista, o que quer dizer que encara o seu combate pela construção de um partido revolucionário e a luta de classes aqui como segmentos da construção de uma Internacional Operária e da luta de classes mundial.

Argel, 19 de Maio”

(2) Frente das Forças Socialistas, a velha organização fundada por Ait Ahmed e filiada na Internacional Socialista.

(3) Exército Nacional Popular.

A Política da Direcção do Partido dos Trabalhadores da Argélia (PT) durante os Acontecimentos

A detenção e prisão da Secretária-Geral do Partido dos Trabalhadores da Argélia (PT), Louisa Hanoune, em 9 de Maio de 2019, provocou legítima indignação na Argélia e à escala internacional. Pela nossa parte, denunciámos de imediato a repressão contra a secretária-geral do PT e exigimos a sua libertação imediata, assim como a de todos os presos políticos, independentemente da opinião que se tenha sobre as respectivas posições políticas.

A fracção do regime militar que detém hoje as rédeas do poder mandou prendê-la no contexto do ajuste de contas com o clã Bouteflika (foram igualmente presos Saïd Bouteflika, irmão do actual presidente, e dois ex-responsáveis dos serviços de segurança, Toufik e Tartag, acusados de “conspiração contra a autoridade do Estado e a autoridade militar”.

Os adeptos da secretária-geral do PT sustentam ter ela sido presa como representante do movimento de milhões de argelinos que, desde o dia 22 de Fevereiro, têm vindo para a rua aos gritos de “fora o regime!”. “As acusações levantadas contra Louisa Hanoune são dirigidas contra todo o povo argeli-

no”, escreve, assim, o nº 553 das *Informations ouvrières* (de 16 de Maio de 2019).

Nós contentamo-nos em dar constância de alguns factos e documentos que todos podem comprovar.

Em finais de Dezembro de 2018, desenrola-se o congresso do Partido dos Trabalhadores. Lucien Gauthier (dirigente que intervém em nome do pretenso “Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos”) profere um discurso em que sustenta que “a eleição do presidente Bouteflika em 1999 (...) respondera a essa expectativa do povo argelino à paz e à segurança” (discurso publicado no nº 111 de *Fraternité!*, o jornal do PT, em Janeiro de 2019). Embora estivessem as causa as eleições de 1999, estamos, vinte anos depois, numa situação em que o anúncio de Bouteflika se candidatar a um quinto mandato provoca uma rejeição maciça, que irromperá à luz do dia nas manifestações de 22 de Fevereiro.

Em 18 de Fevereiro de 2019, o jornal *El Watan* publica uma longa entrevista com a secretária-geral do PT em que esta dá nota da “desintegração das instituições, consequência da agonia do sistema”, >>>

● ANÁLISE

» se opõe ao “quinto mandato” solicitado pela comitiva de Bouteflika, denuncia “o conluio entre dinheiro e política, que põe em risco a própria existência do Estado” e fustiga a “minoría de oligarcas e predadores que tem saqueado somas colossais”, salientando “a raiva que ressoa”. Declara que: “quem realmente queira convencer os argelinos de que está a favor de reformas políticas profundas tem duas opções: ou convocar eleições autênticas para uma Assembleia Constituinte (...), ou tomar o caminho de eleições antecipadas realmente transparentes para uma nova Assembleia Nacional que seja representativa e tenha legitimidade para reformar a Constituição, ou até elaborar uma nova”. Ou Assembleia Constituinte ou eleições antecipadas... no quadro, portanto, do mesmo sistema que, alguns dias depois, milhões apelariam a pôr “fora”.

A secretária-geral do PT explica ainda: “O presidente candidata-se, comprometendo-se a fazer coisas uma vez eleito. Eu acho que ele não precisa de esperar por depois. Pode fazer muita coisa já... Onde há vontade, tudo se pode fazer.”

A 23 de Fevereiro, um dia depois das manifestações de 22 de Fevereiro, um comunicado do PT descreve o “dia histórico”, “a profunda aspiração à mudança, ao fim de um sistema que há anos os tem sufocado”. Caracteriza as instituições como “em total deliquescência (...), ilegítimas”. Concluindo: “Sobre os adeptos da “continuidade” recairá toda a responsabilidade por qualquer atitude provocadora que vá de encontro ao profundo desejo de mudança que se exprimiu em todo o país no dia 22 de Fevereiro de 2019.”

A 26 de Fevereiro, um novo comunicado “aplaude as mobilizações pacíficas dos estudantes que hoje se desenrolaram”, concluindo: “As autoridades deste país não podem ignorar e travar um tão profundo desejo de mudança da imensa maioria da sociedade”.

No dia 28 de Fevereiro, véspera da segunda Sexta-feira de manifestações de massas (em 1 de Março), lê-se numa declaração de Louisa Hanoune aos militantes e simpatizantes do partido que “Amanhã, ninguém tem filiação partidária (...). É evidente que amanhã sairemos todos à rua não enquanto militantes do Partido dos Trabalhadores, mas enquanto cidadãos, pois a unidade nacional tem-se consolidado”, pedindo aos manifestantes para não usarem “palavras de ordem partidárias, não sendo o PT quem convoca.”

No dia 4 de Março, em conferência de imprensa na sede do PT, a Secretária-Geral declara desta feita: “A Assembleia Constituinte está na ordem do dia, ela permite ampliar o debate. Isso mesmo tem sido pedido por intelectuais e académicos. Nós apoiamos esse apelo. Não queremos puxar o cobertor para o nosso lado.”

Que Assembleia Constituinte? Para a secretária-geral, ela “terá que elaborar uma nova Lei Fundamental, definir a natureza do regime político (parlamentar, presidencial etc.), fixar as bases da soberania e produzir leis.”

Acrescenta: “Na Assembleia Constituinte, não há exclusões. Todas as camadas e sensibilidades da população devem ter nela assento. Os homens de negócios que a oligarquia quebrou terão o seu lugar”.

No dia 9 de Março, um dia depois das manifestações de massas de 8 de Março, a secretária-geral diz: “Irão aqueles que decidem em nome do presidente responder positivamente ao povo, parando este processo que traz em si todos os perigos?”.

Em 12 de Março, em comunicado subsequente ao regresso de Bouteflika, vindo de uma hospitalização na Suíça, o PT “nota o retorno do Presidente da República”. Declara: “A retirada da candidatura presidencial e o adiamento das eleições presidenciais podem vir a ser um factor de preservação da soberania nacional (...), desde que não seja tudo uma manobra para manter o sistema”.

O comunicado conclui, dizendo: “Se o presidente quiser realmente dar provas de sinceridade, então que devolva a palavra ao povo agora mesmo, que nomeie um governo técnico que actue em total transparência, composto por mulheres e homens probos e patriotas capazes de escutar a maioria, para administrar os assuntos correntes até a maioria tomar decisões sobre a natureza do regime a instaurar e, portanto, o calendário eleitoral”.

Em 16 de Março, em conferência de imprensa, Louisa Hanoune apela às “altas autoridades do país” para responderem ao movimento popular da seguinte maneira: “Saída do Presidente da República ao fim do quarto mandato, demissão do governo, dissolução das duas câmaras do Parlamento e constituição de um governo tecnocrático interino composto por pessoas competentes e íntegras.” (Huffpost, 16 de Março).

Em 27 de Março, o PT “apela à convocação da Assembleia Constituinte nacional soberana”, não podendo “participar numa operação de remendos e, consequentemente, de salvamento do sistema”.

Ainda **em 27 de Março**, a secretária-geral do PT reúne-se secretamente (o que só será revelado no dia 16 de Maio pelo seu advogado, Rachid Khane) com Saïd Bouteflika e o general Toufik, ex-director dos serviços de informações, dois pilares do regime. O advogado Rachid Khane esclarecerá que a sua cliente terá participado por “ter pensado que a reunião era oficial” e promovida, portanto, com o acordo da presidência.

No dia 1 de Abril, na véspera da demissão de Bouteflika (2 de Abril), o PT anuncia ter “decidido que o seu grupo parlamentar se demitirá, pois de maneira nenhuma participará na tentativa de salvamento das instituições ilegítimas e de um regime edificado sobre a negação da soberania do povo”.

No dia 28 de Abril, em resposta a rumores de que alguns parlamentares do PT não se teriam demitido e teriam participado na tomada de posse do “presidente interino” Bensalah, o PT reconhece que apenas quatro dos seus onze deputados se demitiram, um deles a secretária-geral. ●

Notas preparatórias para o relatório apresentado à reunião do secretariado alargado do CORQI em 24, 25 e 26 de Maio de 2019

Apresentação

A reunião do CORQI de 24, 25 e 26 de Maio faz-se quatro anos depois de se ter aberto a crise de 2015. Crise que se abriu, convém recordar, com a cisão da secção francesa, cientemente perpetrada por métodos contrários aos princípios mais elementares da democracia operária e seguida da extensão desta política destrutiva a toda a Internacional.

Desde então, fizeram-se duas conferências do CORQI: uma em Turim (Itália), em Fevereiro de 2016, e outra em Saulx-les-Chartreux (França), em 2017. O Comité Internacional constituído pela segunda conferência do CORQI reuniu-se no Outono de 2018.

Vale a pena recordar, por fim, a realização da conferência operária mundial aberta em Mumbai, Índia, no outono de 2016, que se concluiu com a criação do Comité Operário Internacional pela Internacional Operária.

O propósito das presentes notas é abrir a discussão sobre os caminhos e meios para reconstituir a IV^a Internacional, à luz, nomeadamente, dos desenvolvimentos revolucionários na Argélia. Isto, porque a sublevação das massas argelinas é um reflexo concentrado dos problemas da revolução mundial: as consequências da crise de decomposição do sistema capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção, nas condições do imperialismo decadente; mas, também, as consequências da crise de decomposição do movimento operário, que se acelerou consideravelmente desde que a URSS se desfez.

1 — O levantamento revolucionário na Argélia confirma a actualidade do programa fundador da IV^a Internacional: *“A orientação das massas é determinada, por um lado, pelas condições objectivas do capitalismo em putrefacção; por outro lado, pela política de traição das velhas organizações operárias. Destes dois factores, o factor decisivo é, bem entendido, o primeiro: as leis da história são mais fortes do que os aparelhos burocráticos. Por maior que seja a variedade de métodos dos social-traidores (...), eles nunca conseguirão*

quebrar a vontade revolucionária do proletariado. Os seus esforços desesperados para parar a roda da história demonstrarão cada vez mais às massas que a crise de direcção do proletariado, que se tornou na crise da civilização humana, só pode ser resolvida pela IV^a Internacional” (Programa de Transição).

2 — É a segunda vez, no espaço de alguns anos, que um povo se subleva aos gritos de “Fora!” no Norte do continente africano. Ressurge aqui, de facto, a questão fundamental suscitada pela revolução tunisina de 2011: até onde chegar na realização daquilo que se encerrava na palavra de ordem “Fora Ben Ali!”? Era apenas uma questão de mudar de presidente, de conceder algumas liberdades democráticas, de ampliar o campo da democracia, mantendo embora o processo dentro de limites, com o corolário de não haver autêntica Assembleia Constituinte soberana nem pôr em questão a hegemonia das multinacionais e do imperialismo sobre a economia tunisina? É sabido que foi isso que sucedeu, redundando num refluxo do processo revolucionário (o que não quer dizer que ele tenha desaparecido, essa é outra questão). Note-se, de passagem, que esta questão originou, na altura, um debate na direcção da IV^a Internacional; de um lado estavam os que imprimiam uma orientação de submissão completa à direcção da central sindical, ao ponto de, quando esta desistiu de intervir na campanha para a eleição constituinte, a Internacional se contentar em ir atrás dessa posição; do outro, um sector da IV^a Internacional que articulou (na altura, sem êxito) a necessidade de intervir activamente e de pôr o problema da responsabilidade da UGTT, mesmo em termos das candidaturas operárias independentes por uma Constituinte realmente soberana. Surgiu nessa altura um debate, um desacordo que, em parte, já encerrava os elementos mais gerais que iriam dar à crise de 2015.

3 — Há-de hoje o processo tunisino reproduzir-se na Argélia, encerrando-se nos limites daquilo que o imperialismo queira ter a bondade de conceder? Ou >>>

● NOTAS PREPARATÓRIAS

>>> o caso é que o processo revolucionário argelino vá até ao fim, alcançando, portanto, a plena e integral realização da exigência de democracia? Não basta “Fora Bouteflika!”, que já aconteceu, nem “Fora Gaid Salah!”, que neste momento se grita na Argélia, mas sim, mais geralmente, “Fora o sistema!”, a palavra de ordem amplamente repetida por milhões de argelinas e argelinos. Esta reivindicação só poderá ser satisfeita se o povo, a nação, dispuserem, nas suas mãos, de todos os meios para decidir. O que se concentra, por conseguinte, na palavra de ordem de Assembleia Constituinte soberana. É uma reivindicação, em si mesma, democrática. Só que convém perceber que a classe dos explorados e oprimidos é a única que tem tudo a ganhar em que ela se cumpra ou, mais exactamente, que é a única classe que nada tem a recear da eleição de uma Constituinte soberana, ao contrário dos possidentes, que, não sem razão, têm medo que uma tal Constituinte vá longe demais. A classe dos explorados e oprimidos não tem a temer que uma Assembleia Constituinte ponha em questão os limites do regime da propriedade privada dos meios de produção. Quem, em contrapartida, teme essa saída democrática da crise são aqueles que estão ligados, por portas e travessas, ao imperialismo, ao regime da propriedade privada dos meios de produção e que procuram, uns, evitar, outros, impedir frontalmente a solução da Assembleia Constituinte soberana. Ao escrevermos estas linhas, ninguém sabe o que irá acontecer. Uma coisa é, porém, certa: estamos concluindo este artigo quando o processo revolucionário iniciado na Argélia está entrando no seu quarto mês. Na Sexta-feira, 17 de Maio, apesar de obstáculos de diversas ordens, milhões saíram uma vez mais para as ruas de todas as cidades da Argélia, milhões gritaram “Fora o sistema!”. E, como escrevem no seu editorial os nossos camaradas de *Minbal el Oummel* (nº 18), “*Tudo é ainda possível!*”.

A profundidade do processo revolucionário argelino, a maneira em que as massas ligam as suas reivindicações democráticas às suas reivindicações sociais, assim como o processo de recuperação da central sindical, estão torcendo o pescoço à tese de quem faz juras por um “bota-abaixo” vazio de conteúdo social, que não visa nem o derrube da ordem social existente nem sequer a satisfação da reivindicação democrática fundamental, a de ser o povo a decidir do seu futuro. Para a IVª Internacional, os sucessos revolucionários na Argélia vêm uma vez mais confirmar as teses da revolução permanente, que consideram que a putrefacção do capitalismo não deixa outra alternativa, mesmo para satisfazer apenas as reivindicações mais elementares, que não seja pôr em xeque o regime da propriedade privada dos meios de produção. Neste sentido, estes desenvolvimentos colocam todos os problemas da teoria, estratégia e táctica revolucionárias. Eles confrontam-nos com a necessidade de considerarmos o ponto a que chegámos na luta pela reconstituição da IVª Internacional, de modo a definir as novas tarefas que resultam destes novos desenvolvimentos da situação. Para tanto, cumpre reapropriar-nos inteiramente do método e da orientação de Lenine acerca da questão da democracia.

Polemizando contra um sector da social-democracia russa que era, não obstante, partidário da *Iskra*, Lenine critica as respectivas formulações por serem muito vagas quanto à defesa do “*princípio da democracia*”. Conviria, escreve Lenine, “*indicar mais exactamente a nossa perseverança e a nossa resolução (...) na concepção que temos do “princípio da democracia”, esboçando, por exemplo, de alguma modo, a ideia e o conteúdo de uma “constituição democrática”⁽¹⁾ ou declarando que exigimos “por princípio” uma “República democrática*”. Lenine generaliza: “*O carácter de classe do nosso programa político reflecte-se exactamente na plenitude e coerência da sua orientação democrática*”. Na verdade, para Lenine, ontem, como para a IVª Internacional, hoje, só quem não tiver medo de pôr em causa o sistema capitalista assente na exploração da força de trabalho será capaz de ajudar a realizar até ao fim as tarefas democráticas na época do imperialismo. Por isso, o carácter autenticamente operário da orientação do partido revolucionário da IVª Internacional afere-se pela sua capacidade de levar até às últimas consequências a luta pela defesa, conquista e reconquista da democracia política, da soberania da nação, da independência nacional, palavras de ordem, em todas as suas formas, democráticas. É tanto mais assim, evidentemente, nos países dominados pelo imperialismo. Porém, mesmo nos países imperialistas, a questão da defesa e da reconquista da cada vez mais ameaçada democracia política suscita estas mesmas questões. E não serão exactamente estas as questões que se estão suscitando na Argélia desde 22 de Fevereiro, com o surto das massas que voltam a agarrar com as mãos o fio da soberania confiscada em 1962? Convém lembrar que, em 1962, a guerra revolucionária levada a cabo pelo povo argelino infligiu uma derrota ao imperialismo francês, que teve de desistir de dominar directamente a Argélia. Todas as estruturas estatais assentes na presença de um milhão de “pés negros” caíram por terra. A constituição de um Estado burguês argelino respeitador da ordem imperialista mundial só foi, então, possível contra a democracia política, pois o exercício desta redundaria em minarem-se os próprios fundamentos do capitalismo. Foi assim que acabou por se instalar o sistema que as massas argelinas hoje enjeitam.

4 — O processo revolucionário que se abriu na Argélia funciona como revelador da profundidade do fosso que passou a separar o trotskismo do centro liquidacionista. Escreviam os camaradas do COSI, no dia 9 de Março, na sua declaração constitutiva, reivindicando os seus laços com a luta pela reconstituição da IVª Internacional: “*O imenso movimento de milhões e milhões de mulheres, homens e jovens que tem sublevado a Argélia inteira nos últimos quinze dias pode-se resumir numa frase: todo o povo, e em primeiro lugar os trabalhadores, os jovens, os desempregados das grandes cidades e das comunas rurais, aspiram à soberania total e absoluta. Ao insurgirem-se contra o quinto mandato, estão a insurgir-se contra um sistema que, décadas a fio — na realidade desde que a independência nacional foi confiscada, no verão de 1962 — se tem*

⁽¹⁾ *Carta à União do Norte do POSDR*, Abril de 1902, Obras Completas, tomo 6 (edição francesa).

oposto a que a plena soberania da nação resida no povo inteiro. Eles aspiram não só a não mais estarem sujeitos a eleições pré-fabricadas com candidatos fantasmas ou seleccionados consoante as necessidades do regime, mas, mais do que isso, ao direito de decidirem por si mesmos as formas políticas e o conteúdo social, o conteúdo nacional que a soberania do povo sobre si mesmo haja de revestir” (Declaração Constitutiva do COSI, n° 1 de *Minbar el Oummel*, Sábado, 9 de Março de 2019). Três dias mais tarde, os representantes do centro liquidacionista dirigiam-se a Bouteflika, pedindo-lhe que demonstrasse a sua “sinceridade”: “*A saída da reunião diária que faz desde 22 de Fevereiro, o SPRB nota o regresso do presidente da República e as decisões por ele tomadas (...). Se o presidente quer realmente demonstrar a sua sinceridade ao restituir, agora, a palavra ao povo, que nomeie um governo técnico que actue de maneira transparente, composto por mulheres e homens probos e patriotas, capazes de darem ouvidos à maioria, para gerir os assuntos correntes até a maioria se pronunciar sobre a natureza do regime a criar e, por consequência, o calendário eleitoral*” (Secretariado Permanente do Comité Executivo — Argel, 12 de Março de 2019).

5 — A crise de direcção revolucionária do proletariado integra a própria crise da IVª Internacional, as suas sucessivas crises e, especificamente, a crise causada pelo grupo liquidacionista em 2015. Para a IVª Internacional ser capaz de contribuir para a resolução da crise de direcção do proletariado, é preciso, primeiro, como primeira etapa, que ela seja capaz de determinar os caminhos e meios para a sua reconstituição, indissociáveis dos caminhos e meios para, em cada país, construir núcleos e secções da IVª Internacional que lutem pela reconstituição desta, construindo partidos operários revolucionários num terreno classista.

6 — A insurreição das massas argelinas enquadra-se, como mais acima realçámos, no conjunto do desenvolvimento da luta de classes mundial. Essa verdade objectiva é-o igualmente no plano da luta pela construção da IVª Internacional e das suas secções. Convém lembrar que a conferência de redeclaração da IVª Internacional de 1993 quase coincidiu no tempo com a constituição do Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos, que se propunha lutar pela Internacional Operária, propondo o eixo da defesa e da reconstrução-reorganização do movimento operário internacional com um novo eixo. No quarto de século volvido sobre esta conferência assistiu-se ao aprofundamento, em todos os domínios e com uma magnitude então inimaginável, dos processos de desmantelamento das organizações operárias, alimentados, de fora, pela ofensiva dos governos e da classe capitalista e, de dentro, por forças poderosas que se puseram em movimento, trabalhando para decompor as organizações de que fazem parte.

7 — O levantamento revolucionário na Argélia

começou logo por se centrar na palavra de ordem “Fora com o sistema!”, reivindicação democrática que, para ser plenamente satisfeita, exige como resposta a Assembleia Constituinte soberana. Cometeria um erro grave quem reduzisse esta perspectiva a uma palavra de ordem democrático-burguesa assentada na mudança de uma forma institucional de dominação da burguesia para outra. Para o revolucionário proletário organizado pelo programa da IVª Internacional, a palavra de ordem de Assembleia Constituinte levanta tanto a questão da forma da democracia quanto a do seu conteúdo social. Ensinamos a história que, na fase de desenvolvimento e crescimento do capitalismo, a burguesia foi capaz de ir muito longe no desenvolvimento de vários elementos da democracia política, embora respeitando sempre um limite intransponível. Esse limite chama-se propriedade privada. Porém, aquilo que era verdade na época da burguesia ascendente (mormente na Europa dos séculos XVII, XVIII e XIX), capaz quer de assegurar o desenvolvimento das forças produtivas quer de (dentro daqueles limites) permitir o desenvolvimento de formas avançadas de democracia, deixou completamente de ser na época do imperialismo decadente. Na época do imperialismo, a mínima reivindicação democrática colide com a tendência para o declínio das forças produtivas e com os meios a que a burguesia recorre para enfrentá-lo, nomeadamente a destruição maciça das forças produtivas existentes, a começar pela principal: a força de trabalho do proletário. Por isso, o laço entre reivindicação democrática e o seu conteúdo social é uma questão essencial. Sem ele, a reivindicação democrática vê-se pura e simplesmente esvaziada de conteúdo. Os camaradas da Argélia reflectiram-no da seguinte maneira: “*E ao povo que cabe decidir do seu futuro, é ao povo que cabe erigir-se em povo constituinte através da sua Assembleia Constituinte soberana.*”

Pela nossa parte, como Comité de Organização dos Socialistas Internacionalistas (COSI), acreditamos que tal assembleia constituinte soberana permitiria que os representantes do povo decidissem não só da forma das novas instituições, mas também do seu conteúdo, pois o povo quer poder decidir:

- *Que os jovens têm direito a um diploma digno desse nome, um emprego digno desse nome e um salário digno desse nome,*
- *Que todas as riquezas da nação, especialmente os hidrocarbonetos, pertencem aos trabalhadores,*
- *Que todas as privatizações sejam anuladas,*
- *Restaurar todos os serviços públicos,*
- *Satisfazer as reivindicações dos trabalhadores, que multiplicam greves pelos seus salários e condições de trabalho e pelo direito de terem secções sindicais que os defendam.*

Assim se abrirá o caminho para esta nova Argélia pela qual todos entrámos em acção no dia 22 de Fevereiro.”

(Declaração do COSI, n° 9 de *Minbar el Oummel*, 9 de Abril de 2019).

>>>

● NOTAS PREPARATÓRIAS

>>> Mais além do seu carácter transitório — combinando, convém repetir, a luta por outra forma de governo com a luta por outra organização social, que assente na apropriação coletiva dos meios de produção —, a palavra de ordem de Assembleia Constituinte levanta outra questão: a de como impô-la. A questão, portanto, da necessidade de órgãos constituídos pela classe dos explorados para impor a sua própria ordem do dia. No caso específico do processo revolucionário em curso na Argélia, isto toma a forma já do movimento para formar comités, já do movimento para recuperar a UGTA contra a direcção integrada no regime.

8 — Por miúdos: o programa da IVª Internacional convida as suas secções e militantes a evitarem o “fetichismo sindical”. Aquilo a que inabalavelmente nos apegamos é à necessidade de os trabalhadores formarem os seus próprios órgãos de luta, o que passa pelas organizações de luta que eles historicamente foram constituindo na sua luta de classe (sindicatos e partidos), mas também por aquelas que eles têm sido levados a constituir nos desenvolvimentos actuais da luta de classes: comités de greve, conselhos de delegados, comissões, etc. Os militantes da IVª Internacional não opõem as formas de organização do proletariado umas às outras. Entendemos que a capacidade da classe operária para se armar com órgãos de luta por si controlados se sustenta na sua capacidade de defender as organizações existentes. Embora, em todos os países, as organizações tradicionais se vejam grandemente paralisadas e, por vezes, reduzidas à impotência em virtude da política de direcções subordinadas à ordem burguesa, e embora as direcções das organizações sindicais tradicionais estejam, com frequência, mais presas a uma lógica de acompanhamento e preservação das instituições do Estado burguês do que a uma lógica de confronto e luta de classes, elas não deixam, no entanto, de ser o resultado orgânico da luta de classe secular dos explorados. Em todos os continentes, sejam quais forem as circunstâncias, é para elas, para as suas organizações tradicionais, que os trabalhadores tendem a voltar-se quando se põem em movimento. Ainda mais assim é em períodos de crise revolucionária: é das velhas centrais sindicais, às vezes meio integradas, é das velhas organizações de classe que os trabalhadores se tentam apoderar, pois são elas o instrumento que têm ao alcance, de cuja existência têm consciência e de que, apesar da política dos aparelhos, lhes pertencem. São, nomeadamente, essas as lições que a IVª Internacional e a sua secção francesa foram obrigadas a tirar do erro cometido em França, pela secção francesa, em 1944-1945, ao acreditar esta que o movimento da classe ia passar ao lado das organizações tradicionais. Mais, é uma lição mais geral que se pode verificar a cada crise revolucionária. Foi o que se viu na revolução tunisina, quando o movimento da classe procurava reapoderar-se da UGTT, é o que hoje se vê na Argélia. É por isso que a IVª Internacional não faz a mínima concessão às forças que, subordinadas, de facto, a interesses sociais contraditórios, participam

conscientemente no esmigalhamento das organizações operárias. De maneira alguma confunde a IVª Internacional organizações de classe e respectivas direcções. As organizações de classe hão-de defender-se, porém, por conta da luta independente do proletariado. Sustentando, por conseguinte, a luta de classe, as greves, as manifestações, fazendo de base de sustentação do movimento autónomo da classe trabalhadora, que passa pelo movimento para constituir as suas organizações próprias e específicas: comités de greve, delegados de assembleias gerais, comissões de delegados. É uma e a mesma luta, para ajudar a classe operária a organizar-se no seu terreno classista. Ora, a IVª Internacional e as suas secções só podem travar esse combate se encararem correctamente a questão da construção do partido: o partido da IVª Internacional e as formas transitórias que conduzam a ele.

9 — O elo entre a luta pela Constituinte e a construção do partido foi assim delineado pelas camaradas do COSI logo na sua declaração constitutiva de 9 de Março: *“Dizemos que é hoje chegado o momento de reunir as forças que se empenharão na reconstrução de uma autêntica representação política operária independente de todos os trabalhadores e jovens.”* Passando em revista as várias correntes políticas do movimento operário que têm, no todo ou em parte, vocação a participar nesta reconstrução de uma autêntica representação política operária independente, a declaração do COSI refere especialmente *“os militantes do Partido dos Trabalhadores, partido que tem mantido grande eco de simpatia num amplo sector da classe operária em virtude dos seus combates passados. O actual processo revolucionário revelou, porém, em toda a sua nudez, a orientação que a sua secretária-geral lhe tem há muitos anos imprimido: adaptação às necessidades do regime ou, pelo menos, de uma fracção deste a pretexto das necessidades da sociedade em matéria de segurança e estabilidade. As suas posições recentes (adiamento de eleições, solução “médica” para a crise...) passaram a ser vistas por uma ampla vanguarda como uma sub-empregada das necessidades do regime ou, pelo menos, de uma fracção dele, destinada a salvar o essencial: a continuidade do sistema. Os seus conselhos aos decisores, destilados em momentos cruciais do choque entre as massas e o regime, equivalem a uma recusa clara em romper com o regime actual, uma recusa de assumir plenamente as tarefas da luta pela Assembleia Constituinte. Não há motivo para nos congratularmos. É um reflexo da crise que afecta o movimento operário, tanto na Argélia como à escala internacional. É um indicador da necessidade de recompor forças segundo o eixo da independência operária e de reconstrução do movimento operário. Pela nossa parte, estamos prontos a participar, com as nossas posições, num quadro de discussão livre, lado a lado e de braço dado com todos os militantes de todas as correntes provenientes do movimento operário partidárias da soberania popular e nacional que estejam dispostos a enveredar por essa via.”* (Declaração Constitutiva do COSI, nº 1 de Minbar el Oummel, Sábado, 9 de Março de 2019).

Posição reafirmada um mês depois: “*Para o COSI, a única força social capaz de ajudar as amplas massas oprimidas a realizarem todas as nossas aspirações democráticas e sociais é a classe operária. Por isso apelamos, pela nossa parte, aos trabalhadores, militantes e jovens para que abram a discussão na perspectiva da construção de um partido genuinamente operário, independente, democrático e de massas, de que os trabalhadores precisam para poderem agir. É para travar e ampliar esta discussão na classe operária que apelamos a aderir às fileiras do COSI.*” (Editorial do n.º 10 de *Minbar el Oummel*, 14 de Abril de 2019).

10 — A atitude do partido revolucionário para com as palavras de ordem democráticas em geral e a palavra de ordem de Assembleia Constituinte em particular foi muitas vezes objecto de discussão no nosso movimento. Em 1930, depois de uma primeira fase de sublevação revolucionária na China e do seu esmagamento, Trotsky escreve um artigo intitulado: “*A palavra de ordem de Assembleia Nacional na China*”. Por que razão importa a palavra de ordem de Assembleia Constituinte, para além da terminologia⁽²⁾? “*Esperar que o Partido Comunista Chinês possa içar-se ao poder partindo das actuais condições de reinado infrene das cliques militares burguesas, de opressão e desmembramento da classe operária e de extraordinário refluxo do movimento camponês é acreditar em milagres.*” realça Trotsky, acrescentando: “*O poder das massas oprimidas reside no número. Ao despertarem, elas tentarão traduzir politicamente, pelo sufrágio universal, o poderio das suas fileiras*”. Para ele, é inevitável que, num primeiro momento, as aspirações das massas (com o peso das ilusões) passem por tentar aproveitar o sufrágio universal. Trotsky formula o problema em termos de partido. Um partido que pretenda dar uma resposta à questão do poder não pode virar costas ao sufrágio universal. Não obstante os militantes revolucionários saberem, como escreve Trotsky, “*que o sufrágio universal é um instrumento de dominação burguesa e que essa dominação só pode ser liquidada pela ditadura do proletariado*”. Ainda assim, “*os milhões das massas laboriosas só podem ser trazidos à ditadura do proletariado com base na sua própria experiência política, e a Assembleia Nacional (constituente — NDR) representaria um passo positivo nessa via.*”

Por outras palavras, a aspiração das massas à mudança, com o peso das ilusões, exige uma perspectiva sobre a questão do poder, formulada de maneira que elas a possam agarrar. Ditadura do proletariado, na China, em 1930, não significava grande coisa, e “*governo operário e camponês*” tão-pouco⁽³⁾. Já Assembleia Nacional (constituente), para satisfazer as reivindicações mais urgentes, era coisa que se podia entender. Trotsky concretiza: “*Lançamos esta palavra de ordem em conjugação com quatro outras palavras de ordem da revolução democrática: a transferência das terras para os camponeses pobres, a jornada de trabalho de oito horas, a independência da China e o direito à autodeterminação das nacionalidades incluídas no território chinês.*”

Esta lista mistura reivindicações democráticas e sociais, investindo, assim, a palavra de ordem de Assembleia Constituinte de um conteúdo que ultrapassa a simples exigência de soberania e democracia. Não obstante, acrescenta Trotsky, os acontecimentos podem seguir outro caminho: não se pode excluir que o proletariado chegue ao poder na China com soviets antes mesmo de se reunir uma Assembleia Constituinte, como, aliás, aconteceu na Rússia. Porém, acrescenta, essa hipótese é “*pouco provável, pois ela supõe a existência de um partido revolucionário do proletariado poderoso e centralizado. A desgraça é que, na China, não há partido comunista forte e centralizado, ele ainda está por formar.*”

Trotsky não concebe discutir a hipótese de a classe trabalhadora e o campesinato pobre acederem ao poder — seja através de soviets seja através da Assembleia Constituinte — separadamente da discussão sobre a construção do partido.

11 — Outra discussão sobre o lugar das palavras de ordem democráticas em geral e da Assembleia Constituinte em particular deu-se no final dos anos setenta, no movimento trotskista, a propósito da situação no Peru. Em 1978, a ditadura do general Bermúdez enfrenta um levantamento revolucionário de massas iniciado em 1977 com a greve geral, obrigando à convocação de eleições para uma Assembleia, que o regime apresenta como Assembleia Constituinte. É uma falsa Constituinte: espartilhada pela ditadura, não tem poderes constituintes, e milhões de peruanos estão excluídos do rol eleitoral, etc. Apesar disso, em comparação com a situação anterior, essas eleições aparecem às massas, pelo menos parcialmente, como começo de uma abertura democrática.

Nesse contexto se constitui a FOCEP (Frente Operária, Camponesa, Estudante e Popular), uma coligação que compreende o POMR (à época, organização do CORQI), a organização de Hugo Blanco (Secretariado Unificado); correntes maoístas, ex-maoístas; e nacionalistas pequeno-burguesas. Com um programa globalmente anti-imperialista, são eleitos 10 deputados da FOCEP. Como hão-de eles agir?

O POMR está sujeito a fortes pressões, nomeadamente da parte do SU, cujo jornal francês, seguido pelo muito institucional *Le Monde*, escreve em cabeçalho que há “10 deputados trotskistas, vitória dos trotskistas”. Em 25 de Junho de 1978, o Comité Central da secção francesa (a OCI, portanto a TCI de há 41 anos, é a nossa continuidade) envia uma carta ao executivo do POMR.

Nela se lê: “*Nenhuma concessão, por menor que seja, às ilusões eleitorais e parlamentares: tal deve ser o princípio básico da nossa política, mesmo depois (e poderíamos dizer “especialmente depois”) do êxito da FOCEP. Qualquer concessão às ilusões vai directamente de encontro às necessidades de desenvolvimento do movimento da classe.*”

Para os trotskistas, a eleição de deputados só tem sentido como alavanca para o desenvolvimento do movimento da classe. A carta lembra que a assembleia

⁽²⁾ Os militantes chineses falavam de “Assembleia Nacional”, Trotsky preferia o termo “Assembleia Constituinte”, que “*mais claramente realça a ruptura com o passado*”; todavia, “*sendo difícil formular esta palavra de ordem em chinês*”, pode-se então, “*adoptar a palavra de ordem de Assembleia Nacional*”, uma vez que, como acrescenta Trotsky, o “*conteúdo da palavra de ordem irá depender primeiro do sentido que a agitação revolucionária lhe conferir e, em segundo lugar, dos acontecimentos*”.

⁽³⁾ O texto de Trotsky de 1930 enquadra a palavra de ordem de Assembleia Constituinte nas condições que se seguiram a uma derrota de maior da classe operária chinesa, mas nem por isso a palavra de ordem é uma palavra de ordem defensiva (Trotsky não a opõe de resto à palavra de ordem dos soviets).

● NOTAS PREPARATÓRIAS

>>> eleita “é uma assembleia outorgada, organicamente dependente do governo militar”, realçando que “o andamento da luta de classes confirma a imensa importância para a luta de classes da palavra de ordem de assembleia constituinte soberana como palavra de ordem centralizadora das reivindicações democráticas.”

A palavra de ordem de Assembleia Constituinte “deve ser... utilizada como palavra de ordem transitória, suscitando, no desenvolvimento da luta de classes, o objectivo da ditadura do proletariado como única solução para os problemas colocados pela libertação da nação oprimida. A luta pelas reivindicações nacionais e democráticas num país oprimido, que tem a sua expressão mais elevada na Constituinte soberana, encerra em si, como conteúdo anti-imperialista, a luta pela ditadura do proletariado.” A carta convida o POMR a basear-se “nesta posição de princípio: em todas as terrenos da luta de classes, incluindo o terreno podre da constituinte de Bermúdez, o POMR luta pela constituinte soberana, pela mobilização das massas pelas reivindicações nacionais, democráticas e sociais, podendo resumir-se assim as suas grandes linhas: a) ruptura completa de todos os laços de subordinação ao imperialismo, b) a terra aos camponeses, c) satisfação das reivindicações do proletariado, dos intelectuais, dos camponeses, das massas empobrecidas das cidades e do campo e (d) restabelecimento irrestrito de todas as liberdades operárias e democráticas.”

A Constituinte não é, portanto, uma palavra de ordem abstracta, muito menos uma palavra de ordem parlamentar, institucional ou “super-estrutural”. É uma alavanca para ajudar a classe a actuar pela satisfação das suas reivindicações democráticas (de soberania da nação oprimida) e sociais e, portanto, por um governo que as faça suas: “O problema do governo (...) deve ser formulado da seguinte forma: substituir o governo militar por um governo responsável perante a constituinte soberana, comprometido com a execução do programa mencionado acima. O POMR, que luta pelo governo operário e camponês, apoiará um governo responsável perante a constituinte soberana que se comprometa com a execução de tal programa”.

A carta prossegue, exortando o POMR a formar comités anti-imperialistas unitários nas localidades, bairros e empresas para ajudar a mobilizar na base, comités esses espelho da frente única anti-imperialista, e a encabeçar a luta para constituir essa frente, através de assembleias populares locais em todo o lado.

Debruça-se igualmente sobre um erro que considera ter o POMR cometido. Pouco antes das eleições (a carta é de duas ou três semanas depois), enquanto se desencadeava uma repressão feroz da ditadura de Bermúdez contra as massas, fizera-se a proposta de o POMR denunciar essa repressão e abrir a perspectiva de boicote das eleições por todas as organizações da FOCEP. Não ter apresentado às demais organizações da FOCEP tal proposta de boicote “teve a consequência de não centralizar a atenção das massas trabalhadoras e da sua van-

guarda no significado profundo das medidas repressivas, que privavam o processo eleitoral de legitimidade, (e) não se preparar a si próprio para os choques.” Não tendo isso sido feito, a carta da OCI esboça o que poderia ser a declaração de um deputado na primeira sessão da assembleia outorgada:

“Chamaram-nos para entrarmos em sessão aqui, e a primeira pergunta a que temos que responder no ponto de vista da democracia e da libertação da nossa nação oprimida pelo imperialismo é esta: que representa esta assembleia? No ponto de vista da democracia, observo que 3 milhões de peruanos foram excluídos do voto com o pretexto de serem analfabetos. Mas quem é responsável pelo analfabetismo (...)? A resposta é clara: o analfabetismo e o seu corolário, a miséria que transforma 3 milhões de peruanos em párias, são consequência directa da opressão imperialista e da exploração capitalista e dos latifundiários, etc. (...) defendidos pelo governo militar que convocou estas eleições.

Uma vez apuradas as enormes responsabilidades (...) do imperialismo e das classes dominantes, nego, no ponto de vista da democracia, ao governo militar o direito de excluir três milhões de peruanos da eleição. Declaro alto e bom som do alto desta tribuna: os três milhões de peruanos que foram excluídos de votar têm capacidade para exercer a democracia, pois sabem perfeitamente quem é responsável pela sua situação de párias, o imperialismo, as classes dominantes, o governo militar. Excluir esses três milhões de peruanos da democracia é infligir um golpe à soberania popular.

Ainda assim, nós, representantes do POMR, fomos eleitos nas listas da FOCEP. Nós, representantes do POMR, fomos eleitos, denunciando embora a Assembleia Constituinte outorgada pelo governo militar. Fizemos campanha pela Constituinte, o povo elegeu-nos, somos a emanação da soberania popular: o governo militar limitou por decreto os poderes da Constituinte. Aceitar este decreto é violar a soberania popular. Isso, não o podemos aceitar. Assim sendo, como primeiro acto, neste momento em que abrimos os nossos debates, proponho ao voto desta assembleia: os decretos do governo militar que limitam os poderes da Assembleia são contrários à soberania popular. A Assembleia declara a nulidade de todo e qualquer decreto ou disposição adoptados anteriormente pelo governo militar e contrários ao exercício da soberania do povo, decretando assumir todos os poderes, constituinte, legislativo e executivo. Para o POMR, este projeto de resolução tem como significado a necessidade de, para sair da crise económica, política e social que assola o país, instaurar uma Assembleia Constituinte (...).”

O que então era uma estrutura para discursos proposta pelo comité central da OCI à direcção do POMR conheceu tradução concreta nas semanas que se seguiram. Quando a Assembleia outorgada se reuniu, os deputados da FOCEP apresentaram a “moção vermelha”, que, em substância, reproduzia aquela declaração. Não chegou a haver uma votação,

pois o presidente encerrou a sessão enquanto o exército dispersava os manifestantes concentrados à volta do Parlamento, que haviam acolhido a moção vermelha com aplausos. Ficava, mesmo assim, indicada a maneira de tornar os eleitos numa alavanca para ajudar à mobilização revolucionária das massas numa situação semelhante.

12 — A tradição de nossa corrente é a de Lenine, plasmada na citação feita mais acima sobre o laço entre luta pela democracia e carácter proletário do partido; é a dos bolcheviques a lutarem, após Fevereiro de 1917, pela convocação da Assembleia Constituinte, uma das palavras de ordem que estiveram na base de ganharem a maioria nos soviets; é a do texto de Trotsky sobre a China em 1930 e da “moção vermelha” de 1978 no Peru. A palavra de ordem de Assembleia Constituinte tem-se imposto com mais frequência nos países dominados pelo imperialismo, no contexto das tarefas democráticas e sociais, mas nem por isso é uma palavra de ordem restrita a esses países. O apodrecimento do imperialismo — a reacção em toda a linha — põe-na na ordem do dia nos países imperialistas. A experiência peruana foi, para todas as organizações na altura empenhadas na luta pela reconstrução da IVª Internacional, um elemento de educação e assimilação da teoria da revolução permanente. Estiveram nesse caso os camaradas argelinos, cujo boletim, *L'Étincelle*, dedicou, em 1978, um longo artigo ao movimento revolucionário e à Assembleia Constituinte no Peru, percorrendo todas as suas vicissitudes, especialmente a “moção vermelha”.

Que contraste com a situação actual na Argélia! 11 deputados do PT tiveram assento na Assembleia Popular Nacional (APN) “eleita” em 2017 — cuja composição, como é público e notório, foi decidida pelo poder, manipulando o processo eleitoral. Deixemos de parte o que eles fizeram ou deixaram de fazer desde o início do seu mandato. Concebe-se que, não havendo movimento revolucionário de massas, as possibilidades de acção num tal foro sejam limitadíssimas. Mas o que têm eles feito desde 22 de Fevereiro, desde que milhões e milhões de pessoas passaram a sair para a rua todas as semanas aos gritos de “*fora com o sistema!*”?

Foi preciso esperar até 28 de Março, cinco longas semanas, para o PT anunciar que os seus membros se demitiam da APN. Ou melhor: quatro demitiram-se, recusando-se sete a fazê-lo.

Onde está a “moção vermelha” posta pelos deputados do PT à votação da APN no dia 22 de Fevereiro e seguintes, a declarar perante e contra esta assembleia fantoche: “*A legitimidade está do lado da maioria que está na rua, esta assembleia é ilegítima, nós propomos uma moção pela qual esta assembleia reconheça que não representa nada e convoque uma Assembleia Constituinte para permitir que o povo decida ele próprio o futuro do país?*”

Tal declaração não verá a luz do dia nem no dia 22, nem no dia 23, 24 ou 25, nem na semana seguinte, nem em semana nenhuma. Serão precisas cinco semanas para quatro deputados do PT se contentarem em demitir-se, sem sequer tentarem fazer

estalar no recinto da assembleia fantoche a exigência da soberania da nação, sem sequer se fazerem porta-vozes da exigência de soberania da nação. Os deputados do PT deixaram esta assembleia, rejeitada pela imensa maioria da nação argelina, às escondidas.

A IVª Internacional é a posição de Trotsky em 1930, a de Lambert e da OCI em 1978, em caso algum a do PT da Argélia em 2019! Não é de avalizar delicadamente a assembleia e o sistema, quando as massas saem à rua a gritar, aos milhões: fora com o sistema! Esta política contrária aos princípios da IVª Internacional é coerente com o discurso de Lucien Gauthier do final de Dezembro de 2018 ante o congresso do PT da Argélia, a depor louros na frente de Bouteflika por este ter “*salvo a paz*”. Assim, no mês de Janeiro de 2019, quando se multiplicavam já os apelos à greve por todo o ensino, ocorriam as primeiras manifestações e, nos estádios, se gritavam palavras de ordem e brandiam cartazes contra o quinto mandato; nesse mesmo momento, saía a edição de Janeiro da *Fraternité*, jornal do Partido dos Trabalhadores da Argélia, reproduzindo aquela declaração de fidelidade feita no congresso do PT, em finais de Dezembro de 2018, por um dos principais dirigentes internacionais do centro liquidacionista — aquele tributo a Bouteflika, que toda a nação estava já rejeitando, mas beneficiava, ainda assim, do apoio público dos dirigentes da clique liquidacionista. Cite-se o discurso de Gauthier: “*Esta resistência de toda a população à barbárie combinou-se com a eleição, em 1999, do presidente Bouteflika, que respondera a essa expectativa de paz e segurança do povo argelino*”. E isto não parou no mês de Janeiro. Lembre-se a declaração de 11 de Março, em que a secretário geral do PT incitava Bouteflika a “*demonstrar a sua sinceridade*”, empossando um “*governo técnico de mulheres e homens probos e patriotas*” (comunicado do PT de 12 de Março de 2019, citado no ponto 4).

Mais tarde, como se sabe, Louisa Hanoune foi interpelada e presa, e o CORQI e suas organizações e militantes participam incondicionalmente na campanha pela sua libertação: sejam quais forem as discordâncias que tenhamos com ela, o que ela fez, fê-lo em cumprimento do seu mandato de responsável do Partido dos Trabalhadores, de uma acção política que não merece outra sanção que não seja a discussão livre entre os trabalhadores e jovens na Argélia e, em caso algum, medidas repressivas de fracções do poder a ajustarem contas umas com as outras. Apesar disso, a orientação seguida há anos pelo PT é um elemento constituinte da situação actual. Para nós, militantes que lutamos pela reconstituição da IVª Internacional, poderemos recuperar as posições que são tradicionalmente as do nosso movimento reveste-se de extrema importância.

Na verdade, a não ser que se ache que a ordem estabelecida é imutável e que não é possível mudar coisa alguma, todo o processo revolucionário na Argélia levanta hoje a questão do poder e, portanto, em íntima ligação com ela, a questão do partido. Se a crise da humanidade é — e é! — a crise da direcção revolucionária do proletariado, então a solução para essa >>>

● NOTAS PREPARATÓRIAS

>>> crise tem hoje, na Argélia, que superar o obstáculo que a derrocada política do PT representa.

13 — O CORQI constituiu-se, chamando a si uma tarefa de magnitude histórica: reconstituir a IV^a Internacional como organização internacional centralizada, formada por secções com actividade na luta de classes dos seus países em nome da perspectiva formulada no seu programa fundador: “a IV^a Internacional opõe-se irreduzivelmente a todos os agrupamentos políticos ligados à burguesia. A sua tarefa consiste em derrubar a dominação do capital. O seu fim é o socialismo. O seu método é o da revolução proletária”, nela integrando as experiências adquiridas na luta pela reconstrução da IV^a Internacional e da acção da IV^a Internacional reproclamada em 1993. Uma primeira parte desta tarefa ficou cumprida com as duas conferências sucessivas do CORQI, em que deduzimos o significado teórico e política da ofensiva da clique revisionista liquidacionista responsável pela crise de 2015 (vejam-se os textos publicados nos nºs 6, 9, 10 e 11 d’A Internacional). Ao constituirmos o CORQI, assentámos os fundamentos teóricos e políticos e constituímos o quadro organizado necessários para lutar pela reconstrução da IV^a Internacional. Mas esse é apenas um dos aspectos das tarefas a cumprir. Delas inseparável é a viragem necessária para concretamente definir, em cada um dos nossos países, as formas que, com a mediação da transição, há-de assumir a orientação estratégica da construção do partido revolucionário, secção da IV^a Internacional.

14 — Esta viragem impõe-nos assimilar o significado da guinada do centro liquidacionista, que adere ao que não se pode deixar de chamar de vanguarda das forças determinadas em decompor as formas organizadas do movimento operário. Há seis meses, com efeito, no contexto do surto do chamado movimento dos coletes amarelos em França, que a CCI decidiu participar na ofensiva geral contra o movimento operário organizado, não se restringindo à França, mas estendendo-a à escala do continente. Esta guinada cabe num dado contexto, que é o da ofensiva geral do imperialismo. Em 1993, quando da conferência de reproclamação da IV^a Internacional, dávamos relevo a este processo, tirando, na altura, a seguinte conclusão: a reproclamação da IV^a Internacional não podia representar um acto formal; sabendo que o foco da ofensiva do imperialismo era comprometer a existência de organizações operárias independentes, a reproclamação da IV^a Internacional tinha de ter no seu âmago a luta pela defesa das organizações operárias, ponto de partida da luta pela reconstrução do movimento operário com um novo eixo.

15 — Hoje o processo encontra-se infinitamente mais avançado. O imperialismo, ontem impotente para infligir uma derrota decisiva à classe operária apesar da ajuda dos aparelhos contra-revolucionários, dispunha-se, como já em 1993 salientávamos, a pôr em xeque o quadro dos Estados e nações (quadro em que a classe operária constituiu e arrancou todas as suas conquistas), para isso

se socorrendo da União Europeia e de outros conjuntos ditos “globalizados” e dos “tratados de comércio livre”. Mas mesmo isso não foi suficiente. Hoje, importa comprometer a simples existência das organizações de classe. Para levar essa ofensiva a bom porto, é preciso que ela disponha de correias de transmissão dentro do movimento operário. Se bem que esta ofensiva da destruição da classe operária como classe para si esteja há muitos anos em andamento — como se viu em formas como *Occupy Wall Street* (nos Estados Unidos), *Nuits debout* (em França) ou os ‘indignados’ (Espanha), todas elas tentativas de impor como forma dominante movimentos de protesto social supostamente exteriores aos partidos e apresentados como se tornassem os sindicatos inúteis — essas formas apartidárias, assindicais, quando não mesmo antipartidárias e anti-sindicais, não tinham, pelo menos até agora, a pretensão de substituir, à força se necessário, as organizações sindicais. Passo agora dado com os coletes amarelos. Este movimento, que não é movimento nenhum, esta cena, tem como denominador comum não apenas a rejeição de qualquer caracterização de classe, como a pretensão aberta de tomar o lugar de sindicatos e partidos, de mandá-los porem-se a reboque dela ou, melhor, de lhe cederem a dianteira, à força se necessário. E a característica da fronteira assim franqueada é, sobretudo, haver forças que intervêm abertamente dentro das organizações sindicais, tanto das dirigidas por reformistas como das dirigidas por ex-estalinistas, a exigir que as organizações sindicais renunciem à sua independência e se subordinem às ordens e decisões dos coletes amarelos, que, convém repetir, não só não têm natureza de classe definida, como reivindicam essa mesma ausência de natureza de classe.

16 — Os camaradas que acompanham a actualidade francesa sabem que há já várias semanas que, nas organizações sindicais, a CCI está na primeira linha a exigir que elas se subordinem aos coletes amarelos, que pretendem “ser o povo todo”. Com esta ofensiva para diluir o movimento sindical nos coletes amarelos desempenham os militantes da CCI um papel particularmente corrosivo e destrutivo. As *Informations ouvrières* reproduzem, semana a semana, um discurso totalmente contraditório com o que este jornal ainda há poucos anos era, mesmo depois de 2015. Ali se lê, por exemplo, que a saída é “rejeitar todo o sistema”, esclarecendo o mesmo artigo que, “para os coletes amarelos, os sindicatos fazem parte do sistema” (*Informations ouvrières* de 2 de Maio). Ali se lê que “os aderentes do POI são parte integrante da luta de classe travada pelos coletes amarelos, pelos sindicatos no ensino e nos hospitais, pelas organizações de aposentados”, todos postos no mesmo pé (*ibidem*). Quando as organizações sindicais, nomeadamente a CGT e a Force Ouvrière, são agredidas fisicamente nas manifestações do 1º de Maio numa provocação combinada que integra as forças policiais, os “black block” e uma parte dos coletes amarelos, ao ponto de dois sindicatos, a FO e a FSU, se verem obrigados a recolher os seus cartazes e desistir de desfilar, as *Infor-*

mations ouvrières denunciam o ataque da polícia, mas saúdam o movimento, que “*passa ao lado das direcções das confederações operárias*” (IO de 9 de Maio), isto quando grupos de coletes amarelos agrediam cortejos sindicais! As *Informations ouvrières* publicam, sem comentário nem demarcação, declarações do tipo “*Nós, os coletes amarelos, não queremos ouvir falar de nenhum sindicato e de nenhum partido*” (IO de 9 de Maio).

17 — Seria um erro identificar nisto uma “*deriva francesa*”, porquanto o centro liquidacionista do nº 87 da rue du Faubourg Saint-Denis decidiu alargar a orientação colete-amarelista a toda a Europa. No dia 4 de Maio decorreu uma reunião europeia que as *Informations ouvrières* relataram desenvolvidamente. O encontro foi convocado por um apelo de militantes, a maioria deles autodefinidos como coletes amarelos, mas entre os quais se encontravam igualmente vários dirigentes da CCI, como Patrick Hébert, responsáveis das *Informations ouvrières* e o deputado da *France insoumise* Alexis Corbière. Esta última presença obedece a uma lógica: os responsáveis da *France insoumise* e, muito em particular, Alexis Corbière, não se cansam de repetir, atrás do seu dirigente Jean-Luc Mélenchon, que recusam caracterizações de classe, sejam elas quais forem, e, até, referências à esquerda. “*Não sou nem de esquerda nem de direita*”, diz Alexis Corbière, “*sou republicano*”. Claro que conhecemos perfeitamente o produto adulterado que há décadas vem sendo servido aos trabalhadores à pala da “*esquerda*”. São os partidos ditos de esquerda que, logo que chegam ao governo, fazem políticas idênticas às dos partidos de direita, subordinadas, portanto, à classe capitalista. Sabemos bem como a oposição entre “*esquerda*” e “*direita*” perdeu todo o significado para tantos trabalhadores e jovens. Mesmo assim, ela continua a ser uma referência deformada e refractada daquilo que se constituiu historicamente entre forças do progresso e forças da reacção e se transferiu depois, de maneira deformada, para as relações de classe. Mas à força de cultivarem o ‘*nem direita nem esquerda*’, os partidários dos coletes amarelos alimentam equívocos, no mínimo, perigosos. A palavra de ordem “*nem direita nem esquerda*” é, tradicionalmente, em França e em muitos países, uma palavra de ordem da extrema direita. No encontro europeu de 4 de Maio (que as IO desenvolvidamente relatam), um colete amarelo vindo dos Países Baixos declarou “*concordar com quem se levanta contra os dogmas da esquerda e da direita que nos dividem*”. Nem esquerda nem direita são fórmulas que costumamos encontrar fora do movimento operário... mas que o semanário *Informations ouvrières* passou a reproduzir sem a mínima reserva. Mas há pior: as *Informations ouvrières* de 16 de Maio, ao darem conta do seguimento do encontro europeu, dão a palavra, em meia página, à representante de um movimento ucraniano chamado Resistência Autónoma, que afirma: “*Somos contra os partidos porque queremos manter-nos independentes (...) Na Ucrânia, há quem nos considere socialistas, antifascistas ou anarquistas,*

há quem nos associe aos fascistas, aos nacionalistas, à extrema-direita; porquê, não sei. O que acontece é que nós não temos preconceitos em relação ao passado, mas nunca diremos que somos isto ou aquilo. É assim como que o nosso princípiozinho”. Em suma, fascistas ou antifascistas, quer-se lá saber! “*A Resistência Autónoma não tem preconceitos em relação ao passado*”, proclama afoita a representante do movimento, que se esquece de esclarecer que o movimento é uma dissidência de um partido abertamente nazi, o Partido Nacional do Trabalho da Ucrânia, que se reivindicava publicamente do nacional-socialismo. Dir-se-á que é lá com ela. Talvez sim, mas nota-se que as *Informations ouvrières* tão-pouco têm “*preconceitos em relação ao passado*” e que, à força de comprometerem os critérios de classe, à força de aceitarem esta diluição do movimento operário e mesmo de a promoverem, se acabam por esquecer todos os princípios mais elementares, e se convidam fascistas e antifascistas para virem confraternizar em conferências europeias organizadas pela direcção da CCI, que está manifestamente metida numa deriva desenfreada.

18 — Nas notas sobre a Europa adoptadas pelo pretense Secretariado Internacional da IVª Internacional, reunido em 31 de Janeiro e 1 de Fevereiro, publicadas no nº 101 de *La Vérité*, pode ler-se a seguinte declaração: “*Em 1945, o imperialismo americano vitorioso partilhou com Estaline a tarefa de manter a ordem (...) Hoje estamos num cenário político completamente diferente. Todos os partidos políticos (de direita como de “esquerda”) que têm animado a vida política no âmbito do Estado nacional são varridos, vestígios deste Estado nacional ultrapassado e desfeito pelo ariete dos monopólios imperialistas.*”

Esta descrição puramente jornalística introduz, para pretensos marxistas, uma inovação: os partidos políticos não serem reflexo, ainda que deformado, das forças sociais em presença, mas “*vestígios de um Estado nacional desfeito e ultrapassado*”! No mais, ao nível estritamente factual, a afirmação é falsa. Nem todas os partidos desapareceram: embora seja parcialmente verdade em França, em Espanha e em Portugal os partidos social-democratas não só não desapareceram, como ainda dispõem do apoio de grande parte do eleitorado operário e popular. O que é igualmente verdade na Grã-Bretanha e na Alemanha. Adiante.

Prosseguem as notas: “*Todos os partidos políticos, a começar pelos partidos estalinistas e social-democratas de todos os países europeus, são rejeitados pelas massas que reclamavam representar. (...) Rejeição esta que desestabiliza profundamente os aparelhos dirigentes das organizações de classe (...) E nesta combinação que se há-de procurar a origem da explosão espontânea dos coletes amarelos. É lá que se há-de procurar a causa de seu impacto na base das organizações de classe, em França como em todos os países europeus*”.

Que há rejeição dos partidos cuja origem está no movimento operário, em França em particular, mas também na Itália e noutros países, é indiscutível, >>>

● NOTAS PREPARATÓRIAS

>>> como o é que, em alguns casos, tais partidos tenham desaparecido. Daí a afirmar que o movimento dos coletes amarelos tem “impacto” na base das organizações de classe em França, como em todos os países europeus, ainda é preciso demonstrá-lo. Mesmo em França, tirando os sindicatos em que a CCI, por um lado, algumas fracções ligadas à *France insoumise* ou a sectores do aparelho estalinista, por outro, têm feito um *forcing para* submeter o sindicato aos coletes amarelos, tirando esses sectores, o que domina, no movimento sindical em França, é a busca da luta pelas reivindicações e não a busca de submissão aos coletes amarelos. Tanto o último comité confederal da Force Ouvrière como o último congresso confederal da CGT adoptaram resoluções que, apesar da presença de número significativo de delegados da CCI, não fazem nenhuma referência positiva ao movimento dos coletes amarelos. Ainda mais assim é nos outros países da Europa. É preciso ter um ponto de vista bem chauvinista para acreditar que a classe operária de toda a Europa está de olhos postos nos coletes amarelos franceses. Só que esta distorção da realidade, que é perfeitamente consciente, visa a um objectivo político.

Ao pretenderem, com certo exagero, que os coletes amarelos representam “o surgimento à luz do dia desta maioria da população empobrecida e progressivamente excluída dos seus direitos fundamentais”⁽⁴⁾, as “notas” continuam: “o movimento dos coletes amarelos indica-nos em que direcção e com que linhas de força a classe operária e as imensas massas pauperizadas irão procurar armar-se com ferramentas que lhes permitam superar o obstáculo das direcções e abrir uma saída política acorde com os interesses da grande maioria.” A crise de direcção do proletariado/crise da humanidade reduz-se então à capacidade dos coletes amarelos para resolvê-la? Tudo isto para chegar a isto: “Se era certo, por exemplo em França a seguir à greve geral de Maio-Junho de 1968, tomarmos para nosso eixo os elementos que emergiam da crise das velhas organizações e, portanto, elaborar formas de transição que respondessem às aspirações desses militantes a reconstruir o autêntico partido operário que os seus partidos haviam deixado de ser; se era certo decalcar as formas de organização que lhes propúnhamos no modelo do “partido” (PT, POI); se a luta que nesta linha travámos durante anos para construir a CCI construindo primeiro o PT e depois o POI para nos implantarmos na classe, lutando pela defesa da independência das organizações de classe em torno do jornal Informations ouvrières (...) teve o resultado — que não há que desdenhar — de que a nossa corrente “trotskista-lambertista” ficasse claramente identificada no movimento operário pela sigla POI (note-se o uso do imperfeito - NdR); já hoje cumpre reconsiderarmos o nosso método de construção em função do período.”

Reconsiderar? Em que termos? “Todos os velhos partidos praticamente se desintegraram ou estão em desintegração. Na camada de jovens militantes que está emergindo para ajudar as massas

a abrirem caminho, a desconfiança para com todas as direcções é extensiva a tudo o que, de perto ou de longe, se assemelhe à tentativa de fazer renascer formas e estruturas de ‘partido’.” O caso, aqui, já não é simplesmente rejeitar direcções ou políticas dos partidos, é rejeitar todas as formas de todas as estruturas que possam assemelhar-se a um partido. “Na véspera de um surto de massas em toda a Europa, não temos tempo para formar e implantar um partido capaz de desempenhar um papel dirigente.” Os dirigentes da CCI já não têm, então, tempo para construir um partido? Não faz mal, porque toda a gente rejeita os partidos. É preciso, portanto, outra coisa. “Neste sentido, a forma flexível, “aberta”, que temos experimentado com os comités locais de resistência e reconquista (CLRR), que hoje põem à disposição dos quadros sindicais e dos coletes amarelos o quadro que lhes permite encontrarem-se e estabelecerem um laço organizado de solidariedade em previsão das lutas vindouras, representa — tanto quanto se possa avaliar — o melhor cadinho para a construção do partido.”

O centro liquidacionista anuncia, então, publicamente a sua desistência de construir um partido. Motivo: a iminência da crise revolucionária... Exactamente o oposto do que fez Trotsky quando se atirou com todas as suas forças à preparação do congresso constituinte da IVª Internacional exactamente por causa da iminência da guerra que aí vinha e dos acontecimentos revolucionários que ela traria. No mais, é a confirmação da acusação que há quatro anos havíamos deduzido ao darmos à nossa tendência dentro da CCI, antes de sermos expulsos, o nome de “Pelo regresso a uma política de construção do partido”. Em vez de construirmos um partido, os dirigentes do centro liquidacionista propõem-se, consoante nos anunciam, constituir um cadinho ou, por outra, rebaptizar os seus comités locais de resistência e reconquista, desprovidos de toda e qualquer vocação reivindicada a qualquer forma de construção de um partido ou representação política e a pôr a questão do poder, e fazer deles “um cadinho”. Cadinho em que se hajam, por assim dizer, de fundir quadros sindicais e coletes amarelos. Com que critérios, em que base de classe? Nada, é claro, se define. A que ritmo, com que prazo? Nada se sabe. Mas, sobretudo: esse metal em fusão, supondo que ele alguma vez se forme no tal cadinho, que objecto tem, para que servirá? Não se sabe. Convém lembrar que, se o cadinho é indispensável para, por exemplo, fabricar aço, o objectivo não é, no fim de contas, o cadinho, mas o aço.

A constituição da classe trabalhadora em partido não é uma questão de forma, mas de conteúdo. Arredar a urgente necessidade de separar politicamente o proletariado da burguesia, substituindo-a por uma espécie de reunificação social que dilui a classe operária num todo informe onde se encontra a pequena burguesia, a média burguesia e alguns elementos mais no cimo da escala social (é o “nós somos o povo” dos coletes amarelos agrupados à volta da bandeira tricolor e da Marselhesa), não é

⁽⁴⁾ Independentemente do seu carácter social e politicamente heterogéneo, algumas das manifestações dos coletes amarelos juntaram incontestavelmente muitos participantes, chegando a 240.000 manifestantes reivindicados para a maior delas, o que é um resultado significativo, comparável a certas jornadas de luta sindical, sem por isso representar “a maioria da população empobrecida” de um país que conta 68 milhões de habitantes.

nem mais nem menos do que negar o *Manifesto do Partido Comunista* e, com ele, quase duzentos anos de luta de classes e de cristalização da luta de classes na constituição de um corrente política operária independente. Sim, é ao *Manifesto do Partido Comunista* que chegamos. Se já não há necessidade de separar politicamente burguesia e proletariado, que significa isso? Que deixou de haver exploração? Que deixou de haver extorsão de mais-valia, lucro? Que deixou de existir um sistema em que, de um lado, a burguesia acumula lucros monstruosos e, do outro, a classe operária é cada vez mais esmagada? Repita-se: não estamos simplesmente perante o arredar uma dada forma de construir, mas perante a desistência da construção de um partido.

19 — É impossível ignorar que se assiste aqui a um salto qualitativo. Arredar o *Manifesto do Partido Comunista* de 1848, dizer que a classe operária já não precisa de partido, é dizer que ela já não tem o objectivo de tomar o poder. É uma situação nova. Gente que ousa reivindicar o trotskismo rejeita tudo, teoricamente, desde o Marx de 1848, por um lado, e, por outro lado, na prática, trabalha para traduzir essa rejeição, isto é, pelo desmantelamento das organizações que fazem da classe classe para si.

Estes renegados do trotskismo estão dando este salto qualitativo. De certo modo, isso reforça a responsabilidade que recai sobre nós.

20 — A reunião do CORQI de 24, 25 e 26 de Maio deve responder com clareza à seguinte pergunta: nós, que rompemos com o centro revisionista liquidacionista, nós, que analisamos com toda a lucidez o lugar que esses ex-partidários da IVª Internacional hoje ocupam na ofensiva de destruição do movimento operário organizado, nós temos agora que dizer claramente que lugar pretendemos ocupar. Lugar que não se pode resumir à defesa das organizações operárias, embora tenhamos uma responsabilidade importante nessa área. Não se pode resumir à defesa das conquistas dos trabalhadores, apesar de essa ser uma questão fundamental. Em primeiro lugar, há que responder claramente à pergunta: qual é a nossa orientação de construção do partido, não em geral, de maneira abstracta, mas em cada um dos nossos países? E, a um tempo, esclarecer a relação, às vezes confusa, entre construção da IVª Internacional e orientação da transição na construção do partido. Para começar, recordemos uma evidência que às vezes se esquece: se falamos de transição na construção do partido, é que essa transição tem que transitar para algum lado. Transita para a IVª Internacional, para a construção de partidos revolucionários, secções da IVª Internacional. Antes, portanto, de lidar com particularidades nacionais, começemos por esclarecer entre nós o que, na construção do partido, é intocável e o que pode estar sujeito a variações e modificações, particularmente para levar em conta situações nacionais, períodos, momentos da história e forças acumuladas.

21 — O que para nós é intocável é a necessidade de um partido revolucionário assente no programa da IVª Internacional. É intocável, portanto, a necessidade de um partido que se proponha abertamente o objetivo de instaurar o poder da classe operária para acabar com o regime capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção e proceder à apropriação colectiva dos meios de produção.

Não menos intocável é o entendimento de que, sejam quais forem as condições em que se constitui e a sua história, esse partido revolucionário terá forçosamente que se apropriar do programa da IVª Internacional e constituir-se em secção da IVª Internacional, se não tiver já, naturalmente, a forma que tem hoje a organização filiada no CORQI.

Porquê? Porque a IVª Internacional é o programa da IVª Internacional. Esse programa é um concentrado de todo o acervo teórico e das experiências práticas da classe operária desde que o capitalismo é capitalismo. Ele reconduz-nos sempre ao ponto de partida: o *Manifesto do Partido Comunista*. Não há necessidade de reinventar. O Manifesto lançou as fundações, demarcando o “*objectivo dos comunistas*” nos seguintes termos: “*constituição dos proletários como classe, derrube do domínio da burguesia, conquista do poder político pelo proletariado.*”

Terá um só destes três termos — constituição dos proletários como classe, separando-se, portanto, da classe burguesa, recusando dissolver-se em grupos vários e variados; derrube do domínio da burguesia (governo operário); conquista do poder político — perdido hoje actualidade?

Para afastar dúvidas, o manifesto esclarece: “*Os comunistas podem resumir a sua teoria nesta fórmula única: abolição da propriedade privada (...) Os comunistas apoiam, em todos os países, todos os movimentos revolucionários contra a ordem social e política existente. Em todos esses movimentos, eles colocam a questão da propriedade, seja qual for o grau de evolução a que ela tenha chegado, como questão fundamental do movimento.*” Admitir-se-á que, além de nós, mais ninguém defende hoje que a questão central de todas as questões é a do regime de propriedade: propriedade privada dos meios de produção ou propriedade socializada.

É por compreendermos que esta questão da propriedade privada está no âmago de tudo, que compreendemos também que o poder está hoje nas mãos da classe capitalista e que todos os governos que se lhe submetem, denominem-se como se denominarem, são governos capitalistas. Se os comunistas ajudam a classe a constituir-se como classe separada e a tomar o poder, é precisamente para abolir esse regime de propriedade.

Assim, ao falar do programa da IVª Internacional, está-se a falar, em primeiro lugar e acima de tudo, de todo este acervo do *Manifesto do Partido Comunista*, que nada perdeu da sua validade.

A este acervo do *Manifesto do Partido Comunista* >>>

● NOTAS PREPARATÓRIAS

>>> agrega o Programa da IVª Internacional os ensinamentos da história mais recente: a magistral análise do imperialismo como estágio supremo do capitalismo, de Lenine, portanto a degenerescência do capitalismo e a sua tendência para destruir as forças produtivas em vez de continuar a desenvolvê-las, conferindo urgente necessidade à revolução socialista, face ao declínio da humanidade; depois, as conquistas e a experiência da própria revolução russa; ao que, claro, se acrescenta a magistral análise de Trotsky da degenerescência estalinista da IIIª Internacional e da URSS e a necessidade da luta pela revolução política e da IVª Internacional; e, ainda, toda a experiência do longo combate pela reconstrução da IVª Internacional.

Dizer que o partido revolucionário não pode ser senão a secção da IVª Internacional não quer dizer: somos nós e mais ninguém. Significa, sim, que este programa, verificado pelos acontecimentos, é a única fundação possível para um partido que se proponha acabar com o regime da exploração e abrir caminho a uma sociedade nova. É isto que é intocável.

Uma estratégia de transição na construção do partido supõe que se começa por dizer que a transição é para transitar para o partido revolucionário da IVª Internacional assente no programa aqui muito esquematicamente resumido. Há muita coisa que pode ser sujeita a debate na IVª Internacional. Porém, aquele que diga: o objectivo não é separar a classe operária das outras classes; ou aquele que arrede a necessidade de socializar os meios de produção ou a necessidade do poder da classe operária — esses não têm lugar nas nossas fileiras, pois o que estariam a comprometer é a essência do programa.

22 — De intocável, estamos conversados. O que pode variar consoante as circunstâncias? Nós temos a compreensão de que o curso da história e as situações sociais e económicas conferem aos acontecimentos configurações extremamente variáveis. Um partido revolucionário constrói-se, fundamentalmente, com um mesmo programa, mas não com as mesmas formas e nas mesmas condições, num país capitalista desenvolvido, onde os sindicatos estão subordinados a um partido burguês, como nos Estados Unidos; num país dominado pelo imperialismo, mas que experimentou uma poderosa revolução através de uma guerra revolucionária contra o domínio colonial, como a Argélia; num país como a China, dominado por uma burocracia que abre cada vez mais o país ao capitalismo, mas ainda retém, por enquanto, o monopólio do poder político e, de certo modo, da economia, planificada, embora burocraticamente controlada; num país como a Rússia, saída da degenerescência da maior revolução operária que o mundo conheceu e caída para o lado do regime da propriedade privada dos meios de produção, sem que por isso emergisse uma burguesia nacional, mas sim uma espécie de máfia militar-industrial-financeira-estatal subordinada ao imperialismo, mas aproveitando-se da crise deste para ten-

tar defender os seus interesses próprios, sem que isso se baseie num impulso dado às forças produtivas nacionais, mas numa extensão e generalização de um parasitismo económico de magnitude sem precedentes. Em cada caso, as formas nacionais irão influenciar as formas nacionais do movimento operário e, assim, a maneira de a IVª Internacional se inscrever nos processos em curso.

Nós não somos uma seita. A nossa política não consiste em ir ter com os trabalhadores dos vários países para lhes dizer: eis o programa revelado da IVª Internacional, ajoelha-te e adora-o. O partido revolucionário está condenado a inserir-se nos processos da luta de classes nas formas específicas em que eles se desenvolvem. E, portanto, a entabular o diálogo com os trabalhadores e com sectores do movimento operário que têm a sua própria história e as suas próprias aspirações e ilusões.

Esta reunião do CORQI tem que começar a responder a esta pergunta: em cada um dos nossos países, e levando em conta as formas particulares, qual é a nossa estratégia de construção da secção da IVª Internacional e que formas transitórias há-de ela tomar? Um documento discutido no XVIIIº congresso da secção francesa, em 1972, recordava: “*Não há processo espontâneo na luta pela construção do partido revolucionário*”.

De facto, a classe pode entrar espontaneamente em movimento pelas suas reivindicações. Mas a consciência da necessidade de construção de um partido revolucionário não surge espontaneamente do movimento da classe. É nele introduzida pela vanguarda. Essa vanguarda só existe como tal porque ela própria dispõe da arma do programa. Este mais não é do que a generalização teórica da experiência prática do proletariado. É, porém, o canal que faz com que a vanguarda seja capaz de formular a questão do partido e introduzi-la no movimento da classe.

Ao rejeitar a hipótese de haver movimento espontâneo para a construção do partido, o documento de 1972 conclui: “*É preciso construir um partido que faça, na teoria e na prática, a junção entre a experiência ganha pelos próprios trabalhadores no seu próprio movimento e os princípios, que permitem iluminar a variada experiência.*” O termo ‘junção’ aqui utilizado é essencial: junção teórica e prática entre experiência adquirida pelos trabalhadores e princípios da IVª Internacional, que permitem esclarecer a situação e abrir uma perspectiva.

Os trabalhadores não se voltam para o partido virgens de experiência e reflexão. Carregam a sua própria experiência, as suas ilusões, as suas aspirações e uma série de reflexões e exigências. Saber operar a junção, a um tempo política, teórica e prática, com os elementos mais avançados da classe, ganhando-os à IVª Internacional pela combinação da discussão e da acção comuns: tal é a arte de uma política bolchevique correctamente assimilada.

23 — Neste centésimo aniversário do assassinato de Rosa Luxemburgo, a alternativa é, mais do que nunca, “socialismo ou barbárie”. Marcha para a guerra, para a destruição da democracia (passando pela destruição das organizações operárias e das conquistas obtidas pela classe e que a constituem como classe para si) ou marcha para a revolução e para a vitória da revolução. Para os partidários da IVª Internacional e da sua reconstituição, a marcha para a revolução não pode significar outra coisa que não seja o compromisso de construção do partido revolucionário e, portanto, de definir a estratégia concreta de construção do partido nos quarenta países onde há grupos e organizações do CORQI. Estes grupos e organizações actuam, intervêm na luta de classes, fazem campanhas, os seus militantes ocupam responsabilidades sindicais. Haverá, no entanto, em cada um destes países, ou mesmo na maioria deles, uma verdadeira estratégia de construção do partido? Uma linha que responda à pergunta: como, em que base, segundo que plano ordenado recrutamos para a IVª Internacional? Em particular, como se faz a articulação entre a publicação de um órgão de imprensa, o seu papel de organizador colectivo, a sua difusão e o recrutamento para a IVª Internacional, assim como o reforço das formas transitórias, sejam elas quais forem, no sentido da construção de um autêntico partido operário? Perguntas que evocam outra: como organizar o intercâmbio político ao nível internacional, como se há-de o CORQI e a instância que o centraliza e anima constituir-se em centro de ajuda à construção de secções? Estas são as perguntas a que a reunião do secretariado alargado do CORQI tem que começar a responder. Não, uma vez mais, de maneira geral, mas de forma diferenciada e circunstanciada. É este princípio de elaboração que tem que continuar depois do encontro do secretariado alargado do CORQI, alastrando para dentro das próprias organizações do CORQI e desembocando em se esclarecer a orientação para a construção de cada uma das nossas organizações, primeiro passo da preparação política e condição necessária para podermos realizar a IIIª Conferência do CORQI.

24 — Para os partidários da IVª Internacional norteados pela marcha para a revolução proletária, esta passa, mais do que nunca, pela defesa das conquistas da classe operária, pela defesa dos sindicatos e dos direitos colectivos. Quando a clique liquidacionista envereda abertamente pela destruição das organizações operárias, a decisão da nossa secção francesa de reeditar o magistral livro de Trotsky *Em Defesa do Marxismo* mostra o que está em jogo. A demonstração de Trotsky incide na defesa da URSS, que foi entretanto, como se sabe, destruída pelos arietes combinados do imperialismo e da sua correia de transmissão dentro do Estado operário que era a burocracia estalinista contra-revolucionária. Nem por isso as lições dessa luta são menos candentes. Trotsky elaborou magistralmente o programa da luta pela revolução política, da luta pelo derrube da burocracia contra-revolu-

cionária pela via da mobilização independente das massas, restaurando a democracia dos soviets. Isto, pronunciando-se, do mesmo passo, pela frente única com a burocracia estalinista, contanto que esta desse um passo, um passo que fosse, para defender a propriedade social contra as forças do imperialismo, que procurava derrubá-la. Para Trotsky, não havia contradição, antes pelo contrário, entre construção do partido revolucionário, encarnando a luta pela revolução política para derrubar a burocracia sanguinária, e frente unida para defender as conquistas saídas da revolução proletária de Outubro de 1917 e, em primeiro lugar, de uma base económica assente na abolição da propriedade privada dos grandes meios de produção, passados à propriedade do Estado. É a esta orientação que cabe hoje aos militantes da IVª Internacional dar corpo nas condições específicas de cada país: frente única com os militantes de todas as tendências, contanto que no terreno da defesa das organizações e conquistas operárias; frente única com os militantes, incluindo os responsáveis, se necessário, por esta orientação: e, ao mesmo tempo, independência total, traduzida na construção do partido revolucionário para ajudar a classe a constituir os seus próprios órgãos para o derrube da ordem burguesa.

25 — Só estando esta orientação claramente assimilada é possível estabelecer a relação entre luta pela reconstituição da IVª Internacional e luta por agrupar politicamente, de maneira alargada, segundo o eixo da defesa da independência do movimento operário e da sua reorganização-reconstituição-reconstrução. Incumbe-nos a responsabilidade de adoptar, nomeadamente com o Comité Operário Internacional, todas as iniciativas necessárias sob esta orientação, na condição, repita-se, de esclarecer a estratégia de construção de secções da IVª Internacional em cada país. O mesmo se aplica ao seguimento da concentração de Estrasburgo em 11 de Maio, que foi um êxito como expressão internacionalista à escala do continente europeu. Cabe-nos agora dar vida às decisões tomadas na ocasião, nomeadamente o comité de ligação de militantes de 12 países, respeitando os acordos estabelecidos com os militantes de várias tendências que compareceram em Estrasburgo. Isso só será, todavia, possível se esclarecermos a orientação estratégica da construção de cada uma de nossas secções.

26 — Estas notas não focaram, deliberadamente, o desenvolvimento da situação mundial da crise do capital no seu conjunto, a situação económica, a marcha para a guerra que o imperialismo norteamericano vem impulsionando. Teremos oportunidade de fazê-lo no período próximo. Ao preparar a IIIª Conferência do CORQI, uma das tarefas a cumprir será, nomeadamente, a de analisar os desenvolvimentos mundiais em curso, tendo já sido dados elementos para essa análise em artigos d'*A Internacional* (especialmente do nº 12). As notas aqui apresentadas concentraram-se deliberadamente >>>

● NOTAS PREPARATÓRIAS

>>> nas lições a extrair dos processos revolucionários na Argélia no ponto de vista das tarefas de construção da IVª Internacional, das palavras de ordem, dos métodos de organização, da relação entre construção, palavras da ordem democráticas, palavras de ordem proletárias e transição para a construção do partido. Destes primeiros elementos, inevitavelmente parciais, ressalta a seguinte conclusão: o CORQI, constituído em Fevereiro de 2016 como instrumento para defender e preservar as forças vivas da IVª Internacional ameaçadas de liquidação pelo centro revisionista, enfrenta hoje uma nova situação: preservaram-se, constituíram-se ou reconstituíram-se núcleos trotskistas. Estes investiram-se, quando não era o caso antes, ou continuaram a investir-se, quando já o era, na luta de classes concreta de cada país, lutando para ajudar a mobilizar as massas. Agora, há um passo a dar: definir um eixo de construção do partido que, na sua linha geral, tem imperativamente que pôr a questão da construção de secções da IVª Internacional com o seu programa e com as formas transitórias adequadas a cada país. Em cada país em que há núcleos da IVª Internacional que se batem, que estratégia de construção do partido adoptamos e, nomeadamente, com que formas transitórias e

com que lugar para a nossa imprensa? A resposta a esta pergunta, seja qual for o tamanho, a história e as tradições de nossas organizações e sejam quais forem as condições nacionais, tem imperativamente que passar por responder às seguintes perguntas:

— Que orientação de independência na luta de classes, em particular na linha da constituição de comités operários constituídos pelos próprios trabalhadores, seja em que forma for, de comité de greve, comité de fábrica, conselho, delegados?

— Qual é o eixo de defesa das organizações da classe operária e das conquistas operárias?

— Que formulações públicas usar na construção do partido, incluindo a transição?

— Que sistema de imprensa nos permite agrupar? E, nesse contexto, é claro, que sistema de recrutamento para a IVª Internacional.

A linha geral destas notas foi adoptada por unanimidade pela reunião do secretariado alargado do CORQI de 24, 25 e 26 de Maio de 2019. ●

Centenário do assassinato de Rosa Luxemburgo (2ª parte)

De 1907 ao 4 de Agosto de 1914

De 18 a 24 de agosto de 1907, realiza-se, em Estugarda, o congresso internacional da IIª Internacional. As oposições que caracterizaram Jena e Mannheim, o extremar de posições, especialmente no partido alemão, cuja delegação estava dividida ao meio, vieram a dominar também a Internacional. Nas suas notícias sobre o congresso dos socialistas de Estugarda, Lenine foca-o⁽¹⁾, citando abundantemente Clara Zetkin, que publicara o seu relatório em “*Die Gleichheit*” (“*A Igualdade*”): “*Os cinco temas a que o congresso de Estugarda se limitou nas suas deliberações foram: a política colonial, o militarismo, a relação partido/sindicatos, a imigração e emigração e o direito de voto das mulheres. Em todas estas questões se manifestou a oposição entre a posição de princípio e o oportunismo*”⁽²⁾.

No ano de 2019, não precisaríamos de grande actualização à ordem do dia do congresso dos socialistas de 1907, se considerarmos as guerras no Médio Oriente, em África, na Iugoslávia, se olharmos para os milhares de refugiados afogados e escravizados, se pensarmos na opressão das mulheres no mundo, nos direitos políticos e sindicais, etc., confrontados com os países imperialistas, a UE, o FMI, a OMC, o Banco Mundial, etc. E tão-pouco mudaria que a intransponível oposição entre concepções “principistas” e oportunismo sobressairia do mesmo modo.

Rosa Luxemburgo reatou com Mannheim, ao declarar: “*E um facto que a grande massa do proletariado alemão desautorizou as opiniões de Völlmar. Foi no congresso de Jena que se votou por quase unanimidade uma resolução que demonstrava que o partido alemão era um partido revolucionário que aprendera com a história. Nessa resolução, o partido declarava a greve geral, que durante anos rejeitara como anarquismo, forma de luta susceptível de uso em circunstâncias dadas. O que pairava sobre as deliberações de Jena era... o espectro vermelho da revolução russa. (...) Depois da intervenção de Völlmar e, até certo ponto, da de Bebel, achamos necessário endurecer a resolução de Bebel, pelo que elaborámos uma emenda que ainda apresentaremos.*”⁽³⁾

Lenine escreve: “*(...) o apelo a não contemplar apenas os métodos parlamentares de luta, o apelo a acção conforme com as novas condições da guerra e das futuras crises foi acentuado pelos sociais-de-*

mocratas revolucionários, especialmente por Rosa Luxemburgo, na sua intervenção. Em conjunto com os delegados sociais-democratas russos (Lenine e Martov, solidários nesta matéria), Rosa Luxemburgo apresentou emendas à resolução de Bebel, acentuando-se nessas emendas a necessidade de fazer agitação entre a juventude e de aproveitar a crise trazida pela guerra para acelerar a queda da burguesia, acentuando-se que a agudização progressiva da luta de classes e a modificação da situação política inevitavelmente exigiam alterar igualmente métodos e formas de luta.”⁽⁴⁾

Lenine salienta a importância desta resolução: “*Ela combina ao rigor de uma análise ortodoxa, portanto a única análise marxista científica, a recomendação das medidas de luta mais resolutas e mais revolucionárias para os partidos operários. Não é possível ler esta resolução à maneira de Völlmar*”⁽⁵⁾.

Face à ofensiva social (seguro legal de saúde, acidente e aposentação), às lutas pelo direito de voto (só no dia 19 de março, mais de um milhão de mulheres manifestaram-se na Áustria, na Suíça, na Dinamarca e na Alemanha pelo direito de voto, pela igualdade, pela paz), face às guerras e crises (a “crise de Marrocos” de 1911, as “guerras dos Balcãs” a partir de 1912), a classe operária mobilizou-se em assembleias e manifestações de protesto. A guerra era palpável: o imperialismo alemão mandara uma canhoneira (a “Panther”) para o porto de Agadir, agravando perigosamente o “conflito marroquino” entre a Alemanha e a França. O imperialismo britânico põe-se ao lado do francês. Na indústria pesada alemã, instala-se um ambiente regado a champanhe: “*Hurra, uma acção! (...) Um navio de guerra alemão está agora diante de Agadir. Os franceses são ainda livres de chegar a entendimento conosco sobre a divisão de Marrocos; se não quiserem, possa a “Panther” ter o efeito do telegrama de Ems.*”⁽⁶⁾

As forças de esquerda agrupadas com Rosa Luxemburgo já não conseguiram defender a sua posição sobre a greve de massas no congresso de Magdeburgo, contra centristas (que erigiram a “unidade do partido” em ultimato central disciplinador para tapar todas as intransponíveis diferenças) e revisionistas. Confrontada com a atitude da direcção do partido quanto ao ameaçador perigo de guerra, Rosa Luxemburgo fez uma crítica acerada, especialmente contra

● HISTÓRIA

>>> Molkenbuhr (dirigente da direita do SPD — NdR), que, em face da linha do governo e da indústria pesada, não percebia que urgência houvesse em convocar uma reunião do secretariado da Internacional Socialista.

Rosa Luxemburgo tornou pública a sua crítica, chamando sobre si a acusação, formulada por Kautsky e pelos revisionistas, de ter rompido a disciplina partidária, que tinha o objectivo de instaurar um processo disciplinar e impedir a discussão de fundo no congresso de Jena de 1911. Contra Kautsky, que negava às massas capacidade e disposição para actuar contra a guerra e fazer valer os seus interesses — enquanto a direcção do partido fazia tudo para impedir acções — e combatia o método da greve de massas, método dos “russos” que desgostaria as massas da luta pelos direitos parlamentares, escreveu Rosa Luxemburgo, em 1913, *“O Oficialismo da Teoria”*⁽⁷⁾. E faz a demonstração das forças que ela e os seus camaradas conseguiram agrupar: *“Se basta acentuar a necessidade de uma política ofensiva resoluta, de uma iniciativa táctica, de retomar energicamente a luta pelo direito de voto na Prússia e, nesse contexto, sopesar o problema da greve de massas, se isto basta para ser considerado golpista, aventureiro, sindicalista e “russo”, então tal categoria de malvados tem, todavia, uma representação numericamente assustadora no partido. Nesse caso, as organizações de Estugarda, Essen, Solingen, de todo o distrito do Baixo Reno, de Berlim, do ducado de Gotha, da Saxónia, as redacções da “Gleichheit”, dos jornais do partido em Brunsvíque, Elberfeld, Erfurt, Nordhausen, Bochum, Dortmund e de muitos outros sítios estão pejadas de aventureiros e sindicalistas, e há um formigueiro de “russos” na social-democracia alemã”*.

“Que nos sabe dizer Kautsky sobre o “método alemão” da greve de massas em alternativa ao “método russo”? Neste ponto, ele rejeita com indignação, antes de mais nada, quaisquer ideias que apontem para a intervenção decisiva dos não sindicalizados. (...) A teoria kautskiana da oposição rígida entre a vanguarda organizada e a restante massa do proletariado é tão pouco dialéctica, tão errada e insuficiente para a acção habitual de classe no terreno sindical e parlamentar como para momentos especiais, das grandes batalhas de massas. (...) A panaceia, o alfa e ómega. Parlamentarismo e nada senão parlamentarismo — eis tudo o que Kautsky hoje sabe recomendar ao partido.”⁽⁸⁾ Kautsky ia a caminho da sua teoria do “ultra-imperialismo” em que os monopólios organizam a economia capitalista mundial, eliminam todas as contradições e, com elas, crises e guerras. A resposta deu-a Lenine, em 1916, com *“O Imperialismo, Estádio Supremo do Capitalismo”*⁽⁹⁾.

Kautsky e outros dirigentes da IIª Internacional deitaram todo o “lastro” borda fora, tudo fazendo para que o Manifesto de Basileia sobre a Guerra caísse no esquecimento. A sua aprovação datava de 24 e 25 de novembro de 1912 no congresso extra-

ordinário de Basileia da IIª Internacional. O documento reatava com a linha de pensamento da resolução do IIº congresso da Internacional, em 1907, inspirada por V. I. Lenine e Rosa Luxemburgo, de que, em caso de guerra imperialista, os socialistas teriam que aproveitar a crise económica e política dela resultante para a luta pela revolução socialista. Lenine escreveu, pois, em *“O Colapso da IIª Internacional”*, em junho de 1915: *“O colapso da IIª Internacional encontrou a sua expressão mais óbvia na traição de bradar aos céus da maioria dos partidos sociais-democratas oficiais da Europa às suas convicções e às resoluções solenes de Estugarda e Basileia.”*⁽¹⁰⁾

E, relativamente aos congressos, Lenine analisa: *“Pegando, por exemplo, no alinhamento das orientações no congresso socialista de Estugarda de 1907, vê-se que o marxismo internacional está contra o imperialismo, mas o oportunismo internacional está, já então, com o imperialismo.”*⁽¹¹⁾

Na véspera da 1ª guerra mundial, Rosa Luxemburgo e os seus camaradas encontravam-se diante de um partido em que as relações de força e de maioria dentro da direcção com o “oficialismo” do partido se tinham alterado fundamentalmente, apesar das decisões do partido e contras elas, em questões tão decisivas como, por exemplo, a luta contra a guerra e a greve política de massas. Com a união de centristas com revisionistas, as duas orientações dominavam a direcção do partido e — há mais tempo — dos sindicatos.

Os revolucionários estavam muito longe de representar uma estrutura programaticamente consolidada e homogeneizada dentro da social-democracia alemã. *“O principal era que os quadros e membros, fielmente devotados ao dogma da ‘unidade política da classe operária’, não concebiam uma cisão, nem alguma vez o tinham feito, pois esta afigurava-se-lhes como o pior dos crimes.”*⁽¹²⁾

Pista para compreender a declaração de Karl Liebknecht de 21 de setembro de 1914, em que ele declara ter sido um erro ter aprovado os créditos de guerra e, portanto, ter-se submetido à disciplina de fracção. A 2 de dezembro, Liebknecht vota sozinho contra os créditos de guerra, em 18 de março de 1915 tem Otto Rühle do seu lado.

Os social-chauvinistas fazem, entretanto, propaganda por anexações extensas. Para dar um exemplo, Eduard David: *“Captura do Estado do Congo e formação de um grande império colonial alemão a toda a largura da África equatorial (...) Os camaradas são da mesma opinião e pensam também que a grande maioria do partido não oporá resistência.”* A direcção dos sindicatos declara: *“Hoje a bandeira alemã flutua sobre os escombros de Antuérpia, esperemos que para sempre.”*⁽¹³⁾

Na primavera de 1916, Lenine escrevera *“O Imperialismo, Estádio Supremo do Capitalismo”* contra o “kautskismo”, a corrente intelectual fruto da decomposição, do apodrecimento da IIª Internacional.

“O imperialismo é a época do capital financeiro e dos monopólios, que transportam para todo o lado o ímpeto, não da liberdade, mas da sujeição. Reacção em toda a linha, seja sob que sistema político for, agudização extrema das contradições também nesse domínio — tal é o fruto desta tendência. Também se agravam particularmente a opressão nacional e a sede da anexação, portanto de violação da independência nacional (já que a anexação mais não é do que a violação da autodeterminação das nações).”⁽¹⁵⁾

E, no prefácio à edição francesa e alemã de 1920, Lenine levanta a questão dos fundamentos económicos da guerra dos *“Scheidemann e Noske e companhia com a burguesia contra os espartaquistas.”* Diz: *“São exactamente o parasitismo e a podridão do capitalismo que caracterizam o o seu estádio histórico supremo, o imperialismo. (...) O capitalismo (deu) agora origem a uma mão cheia (...) de países particularmente ricos e poderosos, que saqueiam o mundo inteiro limitando-se a “recortar cupões”. (...) É evidente que (...) é possível subornar os dirigentes operários e a camada superior da aristocracia operária à custa desse gigantesco super-lucro. (...) Esta camada de trabalhadores emburguesados ou de “aristocracia operária”, completamente amesquinhada no seu modo de vida, pelo seu rendimento e em toda a sua visão intelectual, representa o pilar fundamental da IIª Internacional e, nos nossos dias, o pilar fundamental da burguesia. Eles são, na verdade, verdadeiros agentes da burguesia no movimento operário, lugar-tenentes operários da classe capitalista (labour lieutenants of the capitalist class), autênticos marca-passos do reformismo e do chauvinismo. Na guerra civil entre proletariado e burguesia, eles põem-se inevitavelmente do lado da burguesia em número não negligenciável, do lado dos “de Versalhes” contra os “da comuna”. Sem entender as raízes deste fenómeno, sem pesar a sua importância política e social, é impossível dar um passo que seja para dar solução às tarefas práticas do movimento comunista e da revolução social vindoura.”*⁽¹⁶⁾

A luta de Rosa Luxemburgo, com os seus camaradas, contra o oportunismo e o revisionismo, contra a consumada separação da direcção sindical do programa e, em última análise, do partido — enquanto organização, ela podia, no partido, bloquear as resoluções deste — e, mais recentemente, contra os centristas de Kautsky por causa da hostilidade destes para com a palavra de ordem e o método da greve política de massas, abarca mais de década e meia. O congresso de Magdeburgo de setembro de 1910 marcou a viragem definitiva no combate dos revolucionários. Estavam remetidos já a lutas de resistência contra aquele que era o principal pilar da IIª Internacional e principal pilar da burguesia. Enquanto corrente da social-democracia, Rosa Luxemburgo e os seus camaradas não representavam um bloco homogéneo. Não tinham uma base política comum que os reunisse como

tendência ou fracção no partido e os destacasse como pólo para a organização de outras forças.

Para o desenvolvimento do partido e da nova Internacional Operária — “Socialismo ou Barbárie”

No dia 14 de agosto de 1921, Lenine escreveu aos comunistas alemães: *“Por causa da cisão demasiado tardia, por causa da pressão da maldita tradição de “unidade” com o bando corrupto (os Scheidemann, Legien, David e companhia) de laços do capital, os trabalhadores alemães não dispunham, no momento da crise, de um partido verdadeiramente revolucionário.”*⁽¹⁷⁾ A discutir: o facto que de uma das lições a tirar — por analogia com os princípios formulados por Trotsky na altura do entrismo na SFIO — consiste em analisar exactamente qual o momento de sair, pois *“em si mesma, a entrada num partido reformista ou centrista não encerra nenhuma perspectiva de longo prazo. É apenas uma fase, que, em determinadas circunstâncias, se pode limitar a um episódio.”*

A crise e o perigo de guerra têm um efeito duplo. Começam por criar as condições que tornam sequer possível a entrada. Por outro lado, forçam, porém, o aparelho dirigente a expulsar os elementos revolucionários.”⁽¹⁸⁾

No dia 17 de dezembro de 1913, Julian Marchlewski (J. Karski), Franz Mehring e Rosa Luxemburgo declaram ter *“decidido pôr os seus trabalhos jornalísticos à disposição da imprensa do partido, passando a publicar uma correspondência a partir do dia 1 de janeiro de 1914. (...) Esperamos, com estes artigos de correspondência, prestar um serviço à imprensa partidária e colaborar no aprofundamento do movimento proletário.”*⁵⁸ Os revolucionários levantam o repto de influenciar a imprensa partidária da social-democracia, fazendo assinaturas da *“Correspondência Social-Democrata”*.

Depois da *“Correspondência Social-Democrata”*, que cada vez menos jornais sociais-democratas assinavam, ao ponto de Rosa Luxemburgo e Franz Mehring cessarem a sua colaboração em dezembro de 1914, estes desenvolveram o *“Material de Informação e Consulta”*, chegando rapidamente à ideia de que era necessária uma revista marxista específica. Dada a censura e a situação financeira, a publicação do primeiro número d’*“A Internacional”* mostrou-se extremamente difícil. Organizativa e politicamente, a publicação repousava exclusivamente sobre os ombros de Franz Mehring, que, na introdução à edição de 15 de abril de 1915, realçava: *“A revista mensal deve o seu aparecimento à camarada Luxemburgo. (...) A nossa tarefa é idêntica à da primeira revista mensal internacional, editada por Karl Marx: informarmo-nos e entendermo-nos sobre os combates do nosso tempo. Este entendimento tornou-se necessário em virtude da nefasta confusão que o turbilhão da guerra mundial causou no mundo operário internacional e mais ainda no mundo operário alemão.”* >>>

● HISTÓRIA

>>> *Trata-se, assim, de voltar a experimentar a força unificadora, concentradora e reforçadora que o marxismo tem conseguido ser em todos momentos decisivos para o destino da luta pela emancipação do proletariado. A profissão na sua prática e teoria é o simples programa desta revista.*⁽²⁰⁾ Rosa Luxemburgo abre “A Internacional” com o seu texto “A Reconstrução da Internacional”⁽²¹⁾. “A 4 de Agosto de 1914, a social-democracia alemã abdicou politicamente, do mesmo passo que a Internacional Socialista se afundava. (...) Socialismo ou imperialismo — nesta alternativa se resume a orientação política dos partidos operários na última década. (...) Kautsky, que enquanto representante do chamado “centro marxista” ou, falando politicamente, enquanto teórico do pântano, vem há já muitos anos degradando a teoria em criada benevolente da prática oficial das “instâncias do partido” e, assim, contribuindo com a sua honesta quota-parte para o actual afundamento do partido (...). Com o 4 de Agosto, a social-democracia alemã, muito longe de se ter “calado”, assumiu uma função de altíssima importância: a de escudeiro do imperialismo na guerra actual.

(...) A reconstrução da Internacional só poderá começar depois da ‘completa e metódica ridicularização das suas próprias meias-tintas e fraquezas’, da sua própria queda moral desde o 4 de agosto, depois da completa liquidação do que foi a táctica desde 4 de agosto.”

A caminho da fundação da IIIª Internacional

A Iª Conferência de Zimmerwald foi um primeiro passo. De 5 a 8 de setembro de 1915, reuniu-se, na aldeia suíça de Zimmerwald, perto de Berna, a primeira conferência socialista internacional contra a Primeira Guerra Mundial, em que participaram trinta e oito delegados de onze países. O manifesto — escrito por Trotsky — foi adoptada pela conferência por “unanimidade e aclamação” apenas com alterações mínimas. O manifesto tira o balanço de que:

“E tal como os partidos individualmente falharam, faliu também a representação mais qualificada dos socialistas de todos os países, o secretariado da Internacional Socialista.

Estes factos são uma parte da razão por que a classe operária internacional que não se entregou ao pânico nacional do primeiro período da guerra ou dele se libertou não conseguiu ainda, até ao dia de hoje, no segundo ano do massacre dos povos, encontrar formas e meios para travar, simultaneamente em todos os países, a luta enérgica pela paz.

Nesta situação insuportável, nós, representantes dos partidos socialistas, dos sindicatos e das suas minorias (...) reunimo-nos para reatar os fios rasgados das relações internacionais..”⁽²²⁾

Para prosseguir a luta comum pela paz, pela consolidação dos reatados laços da Internacional, criou-se um ponto central, um Comité Socialista Internacional..”⁽²³⁾

Isto, segundo Lenine em “Um Primeiro Passo” (11 de outubro de 1915), significa, na prática, a formação de uma nova internacional socialista, contra o velho secretariado, com base no manifesto que condena a táctica do velho secretariado e em que — sendo um compromisso — “*a fórmula’ da IIIª Internacional é ‘dada’, posto que inconsequentemente, incompletamente, não pensada até às suas últimas consequências.*”⁽²⁴⁾

As condições dos revolucionários na Alemanha caracterizavam-se por uma perseguição maciça, de que foi mormente vítima Rosa Luxemburgo. Ela esteve na prisão de 18 de fevereiro de 1915 a fevereiro de 1916 e de novo de julho de 1916 até 9 de novembro de 1918. No dia 1 de maio de 1916, Karl Liebknecht foi preso na Potsdamer Platz depois de abrir um discurso diante de cerca de 10.000 manifestantes com as palavras “*Abaixo a guerra! Abaixo o governo!*”. Condenado a quatro anos de prisão correcional, só seria libertado a 23 de outubro de 1918, ao abrigo de uma amnistia geral para presos políticos. Ernst Meyer, que tinha assumido a direcção do grupo espartaquista, foi igualmente preso. Leo Jogiches, que assumiu a direcção a seguir a ele, foi metido na prisão em março de 1918... A capacidade de trabalho da direcção do “*grupo A Internacional*” e seguidamente do grupo espartaquista teria presumivelmente podido dar resultados mais enérgicos com uma comunicação melhor e permanente entre os camaradas acerca da intervenção na luta de classes viva, “*(...) se as nossas fileiras não estivessem tão desbastadas nem tantos de nós — e, creiam-me, não os piores — não estivéssemos vegetando atrás dos muros da prisão, como a camarada Rosa Luxemburgo, ou da correcional, como o camarada Karl Liebknecht.*”⁽²⁵⁾ Franz Mehring, autor desta descrição do problema da direcção encarcerada, foi ele próprio, doente e com mais de setenta anos, posto em “prisão preventiva” em 15 de agosto de 1916.

Perseguida pelo aparelho de Estado do regime da “concordia”, que tudo apostava em reprimir e silenciar, ou entregar ao massacre na frente, a direcção da luta contra a guerra imperialista, e pela Internacional, o trabalho político de Rosa Luxemburgo e seus camaradas ficou extremamente tolhido. Apesar disso, nas mais difíceis condições e assolada pela doença, Rosa Luxemburgo prosseguiu, durante os quatro anos de prisão (“prisão preventiva militar”⁶⁵), da “prisão feminina de Barnim” a Breslau, os seus trabalhos políticos de actualidade e teóricos: escreveu “*A Internacional*”, as “*Cartas Espartaquistas*”, “*A Crise da Social-Democracia*” (Junius) ou “*A Revolução Russa*”, entre outras.

Na segunda tese das “*Teses de Junius*” (“*A Crise da Social-Democracia*” (Junius)), Rosa Luxemburgo escreve: “*Perante a traição das representações oficiais dos partidos socialistas dos principais países aos objectivos e interesses da classe operária, perante o seu abandono do terreno da Internacional proletária pelo terreno da política burguesa imperialista, vem a ser, para o socialismo, uma necessidade*

vital criar uma nova Internacional Operária que assuma a direcção e coordenação da luta de classes revolucionária contra o imperialismo em todos os países.”⁽²⁷⁾

As teses, aprovadas com emendas na Conferência do Grupo A Internacional em 1 de janeiro de 1916, fazem parte da “brochura de Junius” que moveu Lenine a exclamar: “Aparece enfim ilegalmente na Alemanha (...) uma brochura social-democrata consagrada às questões da guerra.”⁽²⁸⁾

Lenine coloca a sua crítica ao carácter incompleto das considerações de Junius e a dois erros (*) no contexto de “que o fazemos por mor da necessária autocritica dos marxistas e do exame das posições que hão-de servir de base ideológica à IIIª Internacional. A brochura de Junius é, no essencial, uma excelente obra marxista, sendo muito possível que os seus defeitos tenham, até certo ponto, carácter aleatório.” Para Lenine, “A Crise da Social-Democracia” tem indubitavelmente o seu lugar na construção da IIIª Internacional. Pois: “Seria naturalmente muito triste que, num momento em que a fundação da IIIª Internacional só é possível no terreno do marxismo não vulgarizado, a “esquerda” pecasse por falta de cuidado relativamente à teoria do marxismo.”⁽²⁹⁾

E Lenine aponta de novo o ponto decisivo: “A maior falha do marxismo revolucionário no seu conjunto na Alemanha é a falta de uma organização ilegal sólida que avance sistematicamente com a sua linha e eduque as massas no espírito das novas tarefas: uma organização assim teria que tomar uma posição inequívoca tanto em relação ao oportunismo como em relação ao kautskismo.” Salientando: “No entanto, Junius não se libertou completamente, em primeiro lugar, do “meio” social-democrata alemão, inclusive do da esquerda, que teme a cisão e tem medo de articular até ao fim as palavras de ordem revolucionárias. É um falso medo, e os sociais-democratas de esquerda alemães têm que se libertar dele e hão-de-se libertar dele.”⁽³⁰⁾

Pela sua importância, a luta por essa construção tinha, e continua a ter, maior actualidade do que nunca, conforme a nossa luta pela reconstituição da IVª Internacional é agora, de novo, testemunho. Aquilo que Rosa Luxemburgo há mais de cem anos observou na brochura de Junius mantém hoje, com efeito, não menor veracidade:

“Friedrich Engels disse certa vez: a sociedade burguesa está perante um dilema: ou transição para o socialismo ou retrocesso para a barbárie. O que significa um “retrocesso para a barbárie” a partir da altura a que chegou a nossa civilização europeia? Estas palavras, temos-las nós lido e repetido sem pensar; provavelmente todos nós, sem supor a terrível seriedade que as habita. Basta olhar à nossa volta hoje para perceber o que significa o retrocesso da sociedade burguesa para a barbárie. Esta guerra mundial — é um retrocesso para a barbárie. O triunfo do imperialismo conduz

à liquidação da cultura: esporadicamente, enquanto durar uma guerra moderna; definitivamente, se o período de guerras mundiais que agora principia prosseguir sem peias até às suas últimas consequências. Estamos, pois, hoje, exactamente como Friedrich Engels previu há uma geração, há quarenta anos, postos perante uma escolha: ou o triunfo do imperialismo e a decadência de toda a cultura, como na Roma antiga, despovoamento, desertificação, degenerescência, um grande cemitério. Ou vitória do socialismo, portanto da luta consciente do proletariado internacional contra o imperialismo e o seu método: a guerra.”⁽³¹⁾

A luta pela construção de estruturas organizativas (em grandes etapas) continua com o 1º de setembro de 1916, a publicação da primeira Carta Espartaquista. A “Comunidade Trabalhista Social-Democrata” (A.G.) convoca a conferência da oposição do SPD para o dia 7 de janeiro de 1917 em Berlim. A 18 de janeiro de 1917, a direcção de Ebert-Scheidemann decide expulsar a oposição do SPD. No dia 5 de março de 1917, a Conferência Espartaquista decide formar um novo partido com os centristas. A conferência de fundação do USP(D) dá-se em Gotha de 6 a 8 de abril de 1917.

Em 25 de dezembro de 1916, o grupo espartaquista havia já estabelecido, nomeadamente, que só ficaria no Partido Social-Democrata enquanto isso não tolhesse nem prejudicasse a sua acção política autónoma. Proibição de pagamento de quotas da oposição ao partido, apresentação de candidaturas próprias às eleições. “Não vamos em esperanças de que a A.G. aceite as nossas exigências. (...) Mesmo assim, achamos que podemos pronunciar-nos pela participação na conferência. A A.G. alberga, na verdade, (...) uma quantidade de elementos operários, que nos pertencem intelectual e politicamente e só seguem a A.G. por falta de contacto conosco ou ignorância das verdadeiras relações internas da oposição, ou outras causas aleatórias. Tem, para nós, a maior importância esclarecer estes elementos, arrancá-los à influência da A.G. e acelerar, de modo geral, o processo de separação dentro da A.G.”⁽³²⁾

Em 7 de outubro de 1918, dá-se, conforme se relata no nº 12 do “Spartacus”, a conferência conjunta do Spartakus e dos radicais de esquerda (grupos de oposicionistas do SPD implantados, nomeadamente, em Bremen — NdT). No mesmo nº 12 do “Spartacus” faz-se o balanço de que “em lado nenhum se fizeram experiências favoráveis com o USPD.” Assim se reparou o que Franz Mehring observara na “Carta Aberta aos Bolcheviques” de 3 de junho de 1918: “Só nos enganámos numa coisa: quando, depois da fundação do partido independente (o USPD — NdT) nos juntámos organicamente a ele — ainda que mantendo, evidentemente, o nosso ponto de vista autónomo —, na esperança de poder empurrá-los para a frente. Tivemos de abandonar tal esperança. Todas as tentativas desta índole falharam”⁽³³⁾.

● HISTÓRIA

>>> A conferência decide de imediato meter-se, em todo o lado, à formação de conselhos de operários e soldados. “Realizou-se a junção entre o Movimento Radical de Esquerda e a Organização Spartakus. A entrada no USP não lhe está vinculada.”⁽³⁴⁾

“A Revolução Russa é o Facto mais Prodigioso da Guerra Mundial”^{5*}

A “*Rote Fahne*” (“*Bandeira Vermelha*”) — órgão central do Partido Comunista da Alemanha (Liga Spartakus) —, fundada por Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, publicou-se como diário a partir de 9 de novembro de 1918, em Berlim. Em 11 de novembro de 1918, é fundada a Liga Espartaquista. A 14 de dezembro de 1918 a “*Rote Fahne*” publica as teses programáticas formuladas por Rosa Luxemburgo “*O que quer a Liga Espartaquista?*”. Porventura uma das teses mais importantes reza: “*Estabelecimento imediato de contacto com os partidos irmãos no estrangeiro, por forma a dar uma base internacional à revolução socialista.*”⁽³⁵⁾

O programa é adoptado pelo congresso de fundação do KPD como programa do partido. A 30 de dezembro de 1918, principia o congresso de fundação do KPD. Rosa Luxemburgo articula com clareza o lugar do Spartakus e do Partido Comunista:

“*Crucificai-o! clamam os capitalistas, tremendo pelos seus cofres fortes. Crucificai-o! clamam os pequeno-burgueses, os oficiais, os anti-semitas, os lacaios da imprensa burguesa, que tremem pelos tachos do domínio de classe da burguesia. Crucificai-o! clamam os Scheidemanns, que, como Judas Escariote, venderam os operários à burguesia e tremem pelas moedas de prata do seu poder político. Crucificai-o! repetem também, como o eco, camadas iludidas, intrujadas, abusadas do operariado e dos soldados, ignorantes de, ao esbravejarem contra a Liga Espartaquista, estarem a esbravejar contra o seu próprio sangue. No ódio e na calúnia contra a Liga Espartaquista reúne-se tudo o que é contra-revolucionário, antipopular, anti-socialista, ambíguo, alérgico à luz, pouco claro. Confirmando assim que nela bate o coração da revolução, que a ela pertence o futuro.*”⁽³⁶⁾

A 20 de dezembro de 1918, Rosa Luxemburgo, servindo-se de Eduard Fuchs (“o tio”), transmite o texto “*O que quer a Liga Espartaquista?*”, assim como uma carta, a Lenine. Nesta lê-se: “*Caro Vladimir! Aproveito a viagem do tio para vos mandar a todos saudações cordiais da nossa família, do Karl, do Franz e dos outros. Queira deus que o próximo ano cumpra todos os nossos desejos. Cumprimentos! O tio vos contará da nossa vida e actividade. Entretanto aperto-vos as mãos e saúdo-vos. Rosa.*” A carta foi publicada na “*Pravda*” de 2 de fevereiro de 1919, com o comentário de ela mostrar “*como é íntima e sólida, e continuará a sê-lo no futuro, a aliança entre o comunismo alemão e o russo.*”⁽³⁷⁾

A 27 ou 28 de dezembro de 1918, Lenine escreve: “*Cam. Chicherine! Temos de preparar o mais rapidamente possível (ainda antes de o “espartaquista” [ou seja, Eduard Fuchs] partir, obter a confirmação do Comité Central) a conferência socialista internacional de fundação da IIIª Internacional. (...) Para isso, é preciso a) formular os princípios de uma plataforma (acho que podemos usar (α) a teoria e prática do bolchevismo (...)) (β) além disso, “O que quer a Liga Espartaquista?”). Os princípios de uma plataforma ressaltarão bem claros de α + β.*”⁽³⁸⁾

Assim, Rosa Luxemburgo ocupou o seu lugar — mesmo depois de assassinada — na fundação formal da IIIª Internacional; formal porque a verdadeira fundação se dera, segundo Lenine, em Zimmerwald.

“... não a salvaguarda da democracia burguesa, e sim a ditadura do proletariado”

Lá por 15 de janeiro de 2019, voltaremos — como já foi o caso por ocasião dos debates sobre a revolução russa — a ouvir todo o género de coisas acerca da posição de Rosa Luxemburgo sobre a revolução russa. Ai do aventureiro que se decida a meter-se ao caminho de tentar instrumentalizar Rosa Luxemburgo e virá-la contra os comunistas e o marxismo. O escrito que para tal efeito é sistematicamente referido é “*Da Revolução Russa*”, que, como escreve Paul Frölich, foi editado em toso por Paul Levi, em 1922. Paul Frölich: “*O escrito de Rosa Luxemburgo está envolto em lendas.*”

Os factos que enquadram as lendas são, segundo Paul Frölich: “*Leo [Jogiches, NdR] era, de facto, contra a publicação do escrito, porque Rosa, em pontos essenciais, mudara de opinião e estava a pensar em escrever um livro sobre a revolução russa. Aquele escrito havia, em contrapartida, de encontrar o seu lugar na obra completa de Rosa Luxemburgo. (...) O manuscrito tinha sido salvo durante os dias de janeiro por um camarada que depois o esqueceu. Foi encontrado dez anos mais tarde. (...) Rosa Luxemburgo não fazia a mínima tenção de abrir uma campanha contra os bolcheviques. Ela era sempre parca em elogios e nunca falou de pessoas e de um partido com tão entusiástico reconhecimento como dos bolcheviques neste escrito.*”⁽³⁹⁾ Idênticas descrições se encontram em Clara Zetkin ou Karl Radek⁽⁴⁰⁾.

Rosa Luxemburgo regista que “*Os bolcheviques elaboraram também de imediato, como finalidade desta tomada do poder, a totalidade do programa revolucionário mais avançado: não uma qualquer salvaguarda da democracia burguesa, sim a ditadura do proletariado com o fito de realizar o socialismo. Chamaram, desse modo, a si o indelével mérito histórico de terem proclamado pela primeira vez as finalidades últimas do socialismo como programa directo da política prática.*”⁸⁰

O veredito de Trotsky, em 1932, em “Não Toquem em Rosa Luxemburgo!”:

“Rosa Luxemburgo produziu, no ano de 1918, da prisão, uma crítica muito severa e, no seu conjunto, errada da política bolchevique. Contudo, mesmo nesse trabalho — que se conta entre os mais cheios de erros de avaliação que produziu —, as asas da águia [ver abaixo] são visíveis. Foi este o juízo geral que fez da insurreição de outubro: ‘Tudo o que um partido é capaz de engendrar, num momento histórico, em termos de coragem, energia, visão revolucionária e consequência, tudo isso conseguiram sem reservas Lenine, Trotsky e seus camaradas. Toda a honra e capacidade de acção revolucionária que faleceu à social-democracia no Ocidente esteve presente nos bolcheviques. A sua insurreição de outubro foi não apenas a salvação de facto da revolução russa, foi também a salvação da honra do socialismo internacional.’ Será isto a voz do centrismo? Luxemburgo submete a dura crítica, nas páginas que se seguem, a política dos bolcheviques em matéria agrária, a palavra de ordem da autodeterminação nacional e a renúncia à democracia formal. Nessa crítica, que é dirigida tanto contra Lenine como contra Trotsky, não fazendo ela, diga-se de passagem, qualquer distinção entre os pontos de vista de um e outro, soube Rosa Luxemburgo ler, entender e reconhecer gradações. Nem lhe passou pela cabeça acusar-me, quando eu me declarei solidário de Lenine quanto à questão agrária, de ter mudado de posição quanto ao campesinato. Posições que ela, diga-se, bem conhecia, pois havia-as exposto em pormenor na sua revista polaca no ano de 1909... Rosa Luxemburgo conclui a sua crítica com a exigência de ‘na política dos bolcheviques, distinguir o essencial do irrelevante, o núcleo do aleatório’. Essencial é para ela, ‘a energia das massas, a vontade de poder do socialismo de modo geral’. ‘Nesse aspecto’, escreve, ‘Lenine e Trotsky foram, juntamente com os seus amigos, os primeiros a dar o exemplo ao proletariado mundial, continuam a ainda ser os únicos que podem, com Hutten, exclamar: Ousei!’⁽⁴²⁾

No mesmo texto “Não Toquem em Rosa Luxemburgo!”, Leão Trotsky defende a grande revolucionária contra as “calúnias insolentes e desavergonhadas de Estaline contra Rosa Luxemburgo”⁽⁴³⁾.

Em fevereiro de 1922, Lenine tomou posição muito resoluto sobre Levi, que publicara o “tosco” do texto, e, nesse sentido, sobre Rosa Luxemburgo: “Paul Levi pretende agora granjear especiais méritos junto da burguesia — e, conseqüentemente, da IIª Internacional e da IIª Internacional e meia, seus agentes — reeditando precisamente os textos de Rosa Luxemburgo em que ela não teve razão. (...) Rosa Luxemburgo errou quanto à independência da Polónia; errou, em 1903, na avaliação que fez do menchevismo; errou na teoria da acumulação do capital; errou quando, em julho de 1914, intercedeu, ao lado de Plekhanov, Vandervelde, Kautsky e outros, pela unificação dos bolcheviques com os mencheviques; Errou nos seus escritos da prisão de 1918 (tendo, aliás, ela própria corrigido, em grande

parte, esses erros depois de sair da prisão, no final de 1918 e início de 1919). Contudo, apesar de todos estes erros, ela foi e nunca deixou de ser uma águia; e não só a lembrança dela continuará sempre a ser cara aos comunistas de todo o mundo, como a sua biografia e a edição completa das suas obras (no que os comunistas alemães estão impossivelmente atrasados, o que só em parte se pode desculpar com o número sem precedentes de vítimas que sofreram na sua difícil luta) serão ensinamento muito útil para a educação de muitas gerações de comunistas de todo o mundo. ‘A social-democracia alemã tornou-se, no dia 4 de agosto de 1914, num cadáver fedorento’ — com este pronunciamento de Rosa Luxemburgo entrará o seu nome na história do movimento operário de todo o mundo. Contudo, nas traseiras do movimento operário, por entre os montes de esterco, galinhas da estirpe de Paul Levi, Scheidemann, Kautsky e de toda essa cambada sentirão, evidentemente, especial encantamento com os erros da grande comunista. A cada um o que merece.”⁸³

Depois dos combates de janeiro em que o KPD e os delegados revolucionários sofreram pesadas perdas, Rosa Luxemburgo escreveu no n° 14 da “Rote Fahne”, de 14 de janeiro de 1919, o seu último artigo, “Reina a Ordem em Berlim”. Nele, faz a pergunta: “Como se afigura a derrota desta chamada semana espartaquista à luz da questão histórica acima mencionada? Foi uma derrota vinda do ímpeto da energia revolucionária e da insuficiente maturidade da situação, ou da tibieza e inconseqüência da acção?” Dá ela própria a resposta: “Ambas as coisas! O carácter ambivalente desta crise, a contradição entre a actuação enérgica, resolutamente ofensiva das massas de Berlim e a indecisão, hesitação e inconseqüência da direcção de Berlim é a característica específica deste mais recente episódio. A direcção falhou. Mas a direcção pode e deve ser recriada outra vez pelas massas e delas para fora. As massas são o decisivo, são elas o rochedo em que se edifica a vitória final da revolução.

As massas estiveram à altura, fizeram desta “derrota” um elo mais da cadeia de derrotas históricas que fazem o orgulho e a força do socialismo internacional. E é por isso que a vitória futura florescerá do chão desta “derrota”. “A ordem reina em Berlim!” Capangas obtusos! A vossa “ordem” está construída na areia. A revolução “reerguer-se-á com estrondo já amanhã” e proclamará, para vosso pavor, ao som de trombetas: Fui, sou, serei!”⁽⁴⁵⁾

A derrota tem, contudo, ainda outra dimensão. Lenine explica, na “Carta aos Comunistas Alemães”, que a traição de revisionistas e centristas à linha do Manifesto de Basileia provocou entre os operários honestos com consciência de classe um ódio tremendamente acutilante ao oportunismo da velha social-democracia. Este ódio “cegou, roubou a possibilidade de reflectir com sangue frio e elaborar uma estratégia própria, correcta, em resposta à brilhante estratégia dos capitalistas armados, organizados, ensinados pela “experiência russa”, apoiados pela Entente, pela França, pela Inglaterra e pela América. O ódio arrastou-os para insurreições prematuras.”⁸⁵

● HISTÓRIA

>>> Leão Trotsky escreveu, em 24 de junho de 1935: “*Temos por várias vezes tomado a defesa de Rosa Luxemburgo contra as difamações grosseiras e estúpidas da parte de Estaline e da sua burocracia. Continuaremos a fazê-lo (...). A nossa defesa de Rosa Luxemburgo não é, todavia, incondicional. As partes fracas da doutrina de Rosa Luxemburgo foram demonstradas teórica e praticamente. (...) Apesar do seu escrito da prisão sobre a revolução soviética, não publicado e teoricamente muito fraco, o trabalho subsequente de Rosa permite concluir com segurança que ela se estava aproximando, dia após dia, da concepção leninista, teoricamente calibrada com precisão, da relação entre direcção consciente e espontaneidade. Foi certamente esta circunstância que a impediu também de tornar público o seu escrito contra a política bolchevique, que depois seria tão vergonhosamente aproveitado. (...) Deixando de lado o que a história ultrapassou, temos todo o direito de colocar o nosso trabalho pela IVª Internacional sob a égide dos “três Ls”, não só de Lenine, como também de Liebknecht e Luxemburgo.*”⁽⁴⁷⁾

Para o nosso trabalho de construção pela reconstrução da IVª Internacional, para ganhar novos e novas camaradas para a construção do Partido Revolucionário baseado no “Programa de Transição”, é forçoso reconquistar aquilo que — quatro dias antes de ser assassinada — Rosa Luxemburgo disse dos espartaquistas, a saber “*que os “espartaquistas” representam, em grande parte, uma geração fresca, livre das tradições embrutecedoras do “velho, provado partido” — é nisso que se tem que pegar; aceitando tanto os lados de luz e os lados de sombra.*”⁽⁴⁸⁾

Esta “geração fresca” encontrará nos escritos de Rosa Luxemburgo uma das fontes da sua luta. ●

Max Schumacher, 7 de janeiro de 2019

NOTAS

- (1) V. I. Lenine: “O Congresso Socialista Internacional de Estugarda”. In: Obras de Lenine, vol. 13, p. 66-85. Berlim: 1982.
- (2) Clara Zetkin: “O Congresso Socialista Internacional de Estugarda”. In: Die Gleichheit, revista pelos interesses das operárias”, Estugarda, 2 de setembro de 1907.
- (3) Rosa Luxemburgo: discurso à comissão “militarismo e conflitos internacionais”. In: Obras Completas, vol. 2, p. 237. Berlim: 1972.
- (4) V. I. Lenine: “O Congresso Socialista Internacional de Estugarda”. In: Obras de Lenine, vol. 13, p. 83-84. Berlim: 1982.
- (5) Ibidem, p. 72.
- (6) Citado em: *História do Movimento Operário Alemão*. Vol. 2, ... até 1917. P. 167. Berlim: 1966.
- O telegrama de Ems foi um imbróglio diplomático que serviu de pretexto para iniciar a guerra franco-alemã de 1871.
- (7) Rosa Luxemburgo: “O Oficialismo na Teoria”. In: Obras Completas, vol. 3, p. 300. Berlim: 1973.
- (8) Ibidem, pp. 308, 309, 316.
- (9) V. I. Lenine: “O Imperialismo, Estádio Supremo do Capitalismo”. In: Obras de Lenine, vol. 22, pp. 189-309. Berlim: 1971.
- (10) V. I. Lenine: “O Colapso da IIª Internacional”. In: Obras de Lenine, vol. 21, p. 252. Berlim: 1960.
- (11) V. I. Lenine: “O Socialismo e a Guerra”. In: Obras de Lenine, vol. 21, p. 311. Berlim: 1960.
- (12) Pierre Broué: “A Revolução Alemã” 1918 – 1923. p. 12. Viena: 2005.
- (13) Citado em: *História do Movimento Operário Alemão*. Vol. 2, até 1917. P. 248. Berlim: 1966.
- (14) V. I. Lenine: “O Imperialismo, Estádio Supremo do Capitalismo”. In: Obras de Lenine, vol. 22, pp. 196. Berlim: 1971.
- (15) Ibidem, p. 302.
- (16) Ibidem, p. 198.
- (17) V. I. Lenine: “Carta aos Comunistas Alemães”. In: Obras de Lenine, vol. 32, pp. 538. Berlim: 1963.
- (18) Cf. Leão Trotsky: “Against false passports in politics” (16 de dezembro de 1935) e “Lessons of the SFIO entry” (30 de dezembro de 1935). In: “The Crises of the French Section”. New York: 1977.

(19) In: Rosa Luxemburgo: Obras Completas, vol. 3, p. 358. Berlim: 1973.

(20) Franz Mehring: Da Introdução. In: “Die Internationale”, caderno 1, editado em 15 de abril de 1915, p. 1. Düsseldorf: 1915 (Reimpresso na editora Dietz. Berlim: 1965).

(21) Rosa Luxemburgo: “A Reconstrução da Internacional”. In: Die Internationale, op. cit. pp. 1 – 10. Também in Obras Completas, Vol. 4, pp. 20 – 32.

(22) O Manifesto de Zimmerwald. In: Leão Trotsky: “Lições — Experiências Políticas na Era da Revolução Permanente”, pp. 85-86. Franqueforte/Meno: 1981.

(23) Cartas políticas, nº 10, de novembro de 1915. In: “Cartas Espartaquistas”, p. 82. Berlim: 1958.

(24) V. I. Lenine: “Os Marxistas Revolucionários na Conferência Socialista Internacional”. In: Obras de Lenine, vol. 21, p. 398. Berlim: 1960.

(25) Franz Mehring: “Carta Aberta aos Bolcheviques” de 3 de junho de 1918. In: “História do Movimento Operário”. Vol. 3, de 1917 a 1923, p. 460. Berlim: 1966.

(26) Nota a respeito da prisão preventiva: o presidente da “21ª Comissão de Preparação do Projecto de Lei em Matéria de Prisão Preventiva durante uma Situação de Guerra” foi Scheidemann. Com a lei de 1916, “reformava-se” a prisão preventiva definida em 1850, que autorizava as autoridades prussianas — invocando ameaças à segurança e ordem públicas — a efectuarem perseguições e encarceramentos políticos à revelia dos tribunais. Numerosos membros do “Grupo A Internacional” e/ou do Grupo Espartaquista estiveram em prisão preventiva militar enquanto os membros do grupo parlamentar do SPD aprovavam a “reforma”, embora, como refina Landsberg, “o estado de sítio, fundamento da ordem de prisão preventiva, é ilegal; mais, a prisão preventiva, portanto a ordem de prisão dada sem mandado de captura judicial, é incompatível com o sentimento de justiça de um povo apegado à liberdade. (...) Ainda assim, o projecto representa, para a maioria dos infelizes presos, um melhoramento do insustentável estado de coisas em vigor, pelo que o aceitaremos.” (acta da 74ª sessão do Reichstag, 4 de novembro de 1916, pp. 2081-2082. Não menos, pela “Comunidade Trabalhista Social-Democrata”, se comporta à estadista Hasse, observando que “a chamada prisão preventiva... é quase sempre imposta por razões políticas, não militares (...)

Como, contudo, o projecto de lei, no seu conjunto, traz melhoramentos à maioria dos infelizes presos, dar-lhe-emos o nosso acordo (...) a título de remédio urgente.” (op. cit., p. 2082).

(27) Rosa Luxemburgo: Projecto para as Teses de Junius (teses sobre as tarefas da social-democracia internacional) In: Obras Completas, vol. 4 pp. 45/46. Berlim: 1974.

(28) V. I. Lenine: “Acerca da Brochura Junius”. In: Obras de Lenine, vol. 22, pp. 310. Berlim: 1960.

(*) Na 5ª tese, Rosa Luxemburgo escreve: “Na era deste imperialismo desenfreado, deixa de poder haver guerras nacionais.” Comentário de Lenine: “Uma guerra nacional pode converter-se em guerra imperialista e vice-versa.” O segundo erro, segundo Lenine: Ele (Junius; o autor) propõe “opor” à guerra imperialista um programa nacional. Ora: “A guerra civil contra a burguesia também é uma categoria da luta de classes, e só esta categoria da luta de classes livraria a Europa (toda a Europa e não só um país) do perigo de invasão.”

(29) V. I. Lenine: “Acerca da Brochura Junius”, op. cit., p. 317.

(30) Ibidem, pp. 312; 324.

(31) Rosa Luxemburgo: “A Crise da Social-Democracia (Junius)”. In: Obras Completas, Vol. 4, p. 62. Berlim: 1974.

(32) Circular do Grupo Espartaquista, nº 23, de 25 de dezembro de 1916. In: Cartas Espartaquistas, p. 208-209. Berlim: 1958.

(33) Franz Mehring: “Carta Aberta”, op. cit., p. 461.

(34) Cartas Espartaquistas, op. cit., p. 470.

(35) Rosa Luxemburgo: “O que Quer a Liga Espartaquista?”. In: Obras Completas, vol. 4, p. 449. Berlim: 1974.

(36) Ibidem, p. 450.

(37) Citado em Vladislav Hedeler/Alexander Vatlin (ed.): “O Partido Mundial de Moscovo — O Congresso de Fundação da Internacional Comunista em 1919”. P. XXV. Berlim: 2008.

(38) V. I. Lenine: “Carta a G. V. Chicherine”. In: Obras de Lenine, volume complementar 1917-1923, p. 100. Berlim: 1971.

(39) Paul Frölich, op. cit., pp. 305 e seg.

(40) Cf. Clara Zetkin: “Acerca da Posição de Rosa Luxemburgo sobre a Revolução Russa”. Hamburgo: 1922. Ou ainda: Karl Radek: “Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht, Leo Jogiches”. Hamburgo: 1921.

(41) Rosa Luxemburgo: “Acerca da Revolução Russa”. In: Obras Completas, vol. 4, p. 341. Berlim: 1974.

(42) Leão Trotsky: “Não Toquem em Rosa Luxemburgo”, op. cit., pp. 333 e sg.

(43) Leão Trotsky: “Não Toquem em Rosa Luxemburgo”, op. cit., p. 323.

(44) V. I. Lenine: “Notas de um Publicista”. In: Obras de Lenine, vol. 33, p. 195. Berlim: 1971.

(45) Rosa Luxemburgo: “A Ordem Reina em Berlim”. In: Obras Completas, vol. 4, pp. 537-538. Berlim: 1974.

(46) V. I. Lenine: “Carta aos Comunistas Alemães”. In: Obras de Lenine, vol. 32, p. 538. Berlim: 1982.

(47) Leão Trotsky: “Rosa Luxemburgo e a IVª Internacional (Observações Fugitivas sobre uma Questão Importante)”. In: Leão Trotsky: “Escritos sobre a Alemanha”, vol. 2, p. 686. Franquefortel Meno: 1971.

(48) Rosa Luxemburgo: “Carta a Clara Zetkin de 11 de janeiro de 1919”. In: Correspondência Completa, vol. 5, p. 426 e sg. Berlim: 1984.

● HISTÓRIA

O movimento revolucionário dos estudantes e trabalhadores chineses de 1989, há trinta anos

por Alain Frandor

(1) A Comissão Internacional de Inquérito do Movimento Operário e Democrático contra a Repressão na China publicou em 1994 um opúsculo que apresentava o corajoso trabalho de Ding Zilin, que compilou metódicamente os nomes das vítimas de Tiananmen e as circunstâncias das suas mortes. Professor na Universidade do Povo e membro do PCC, Ding Zilin, cujo único filho fora já morto ao dirigir-se para a praça Tiananmen, continua a trabalhar apesar do incessante assédio policial que há trinta anos sofre.

(2) Relatório produzido pelo Secretariado Internacional do Comité Internacional pela Reconstrução da IV^a Internacional, já que a IV^a Internacional só seria proclamada em 1993 sob a direcção de Pierre Lambert.

(3) As reformas económicas decididas em finais de 1978 eram medidas de abertura ao mercado mundial. Passavam, nomeadamente, pela reforma agrária nos campos (descolectivização) e pela criação de quatro zonas económicas especiais (entre as quais a de Shenzhen, a mais conhecida) abertas aos capitalistas estrangeiros. Acompanhavam-nas uma descentralização que oferecia aos quadros do PCC ampla autonomia na direcção das províncias e cidades. Era apenas o começo.

Durante os meses de Abril e Maio de 1989, milhões de jovens e trabalhadores chineses sublevaram-se contra o poder da burocracia. São bem conhecidas as imagens da ocupação da praça Tiananmen pelos estudantes, no centro de Pequim, que os meios de comunicação difundiram em todo o mundo. Igualmente conhecida, a fotografia de um corajoso manifestante, só, face a uma coluna de blindados.

Não deixa essa, contudo, de ser uma visão redutora de uma revolução que principiava: mais de um milhão de manifestantes em Pequim, mobilizações de massas em dezenas de grandes cidades, constituição de organizações estudantis e operárias independentes, constituição de um “*órgão representativo da cidade de Pequim*” que juntava delegados operários e estudantis.

Nesses meses de Abril-Maio-Junho de 1989, o poder da burocracia vacilou.

Porém, na noite de 3 para 4 de Junho, os dirigentes do Partido Comunista Chinês (PCC) deram ordem para assassinar a revolução a golpes de tanques e metralhadoras na praça Tiananmen. Contar-se-ão milhares de vítimas numa única noite. O número de mortos ainda hoje é segredo de Estado⁽¹⁾. O terror alstrou às grandes cidades de uma ponta à outra do país. As primeiras execuções sumárias de operários deram-se nos dias 21 de Junho em Xangai e 22 de Junho em Pequim. Continuariam por muito tempo (a burocracia sangrenta impôs que as famílias pagassem a bala que servira para a execução).

Qual a razão desta fúria contra a juventude e a classe operária chinesa? Que acontecimentos foram esses que fizeram vacilar o poder? Mencioná-los na China pode, ainda hoje, trinta anos depois, acabar em detenção, senão prisão. Os documentos que os relatam não são acessíveis.

Ora, este movimento revolucionário suscita questões essenciais para o futuro da China. A jovem geração de militantes operários e estudantis tem de poder discuti-lo livremente. Este artigo pretender ser uma contribuição para essa reflexão.

Ele estriba-se num relatório, publicado em 22 de Junho de 1989 pelo secretariado internacional da IV^a Internacional⁽²⁾, que se esforçou por tirar os primeiros ensinamentos destes acontecimentos revolucionários (que precederam de alguns meses a queda do muro de Berlim na Alemanha, a que se seguiu o desmoronamento da burocracia estalinista na URSS).

Recapitulando os factos

No dia 15 de Abril de 1989, morre Hu Yaobang, antigo secretário-geral do Partido Comunista Chinês, entre 1980 e Janeiro de 1987. Dez anos depois das reformas económicas e da abertura ao capital estrangeiro decididas em finais de 1978, os conflitos sociais multiplicam-se e a cólera sobe na população. Alguns sectores da burocracia preocupam-se e consideram que a estabilidade se manteria melhor com menos repressão, e até com uma certa dose de liberdade. Hu Yaobang parece ter feito parte desse grupo, podendo aparecer aos olhos de muitos intelectuais e estudantes como protector, face à fracção mais repressiva. Em Dezembro de 1986, ele recusara-se, na verdade, a reprimir os estudantes que se manifestavam na rua pela liberdades de expressão, opinião e reunião. Logo no mês seguinte, foi demitido das suas funções.

No dia seguinte ao da sua morte, 16 de Abril, um milhar de estudantes de uma universidade de Pequim dirigem-se à praça Tiananmen, gritando “*Viva a democracia, viva a liberdade!*”.

A 17 de Abril, já são 6.000 a gritar “*Abaixo a corrupção e a burocracia!*” e a cantar a *Internacional*. Nos dias que se seguem, são dezenas de milhar a sair à rua em Pequim, mas também em Xangai, Wuhan, etc. Lê-se num cartaz, numa faculdade: “*Liberdade de imprensa incondicional; reavaliação das manifestações de finais de 86; eliminação da subida dos preços; Estado de direito; actas integrais da última reunião do Parlamento.*”

Uma agência de imprensa relatava assim as intervenções na praça Tiananmen: “*Os oradores pronunciaram a responsabilidade colectiva do governo do primeiro-ministro Li Peng. O chefe do PC Chinês, Zhao Ziyang, tão-pouco desperta o entusiasmo dos manifestantes. A burocracia e a corrupção têm sido os principais temas a preocupar os jovens manifestantes. Correspondem de muito perto ao sentimento popular, que lhes acrescenta as subidas de preços.*”

A política de reformas fez explodir a corrupção

Dez anos de reformas⁽³⁾ fizeram inchar a corrupção dos quadros a uma escala jamais vista, assistindo-se aos dirigentes a todos níveis a rebolarem-se num luxo insuportável, ao passo que a inflação corroía os salários do povo (+ 27 % em Fevereiro de 1989). As greves intermitentes são moeda corrente. Uma centena de greves operárias em 1987 (como em 1988) respondem aos despedimentos que começam a multiplicar-se, num país em que o operário e o empregado tinham antes emprego garantido para toda a vida. Segundo o jornalista Liu Binyan, era “*a prova de um descontentamento popular em vias de generalização, que dava a entender*

que uma crise grave estava iminente, que já se tinha instalado.”

“O que ainda torna mais intolerável o arbítrio da burocracia, que a juventude de Pequim denuncia, e a que opõe a democracia, é o grau de corrupção visível dos que o exercem. Este lado disposto a tudo pelo dinheiro dos grandes e pequenos responsáveis, esta venalidade generalizada, este nepotismo grosseiro, o aspecto mafioso das direcções locais e dos clãs dentro da administração burocrática, tudo isso reflectia a realidade de uma camada dirigente roída pelo dinheiro e que perdeu, colectivamente, todo o respeito tanto da população trabalhadora como dos intelectuais. Os estudantes passaram a ser porta-vozes de todos, exprimindo a condenação do regime”, lia-se na análise da IVª Internacional, citando uma carta aberta dos estudantes de Tianjin: “70 anos depois do 4 de Maio de 1919, o nosso país continua pobre e é dirigido por lobos.”⁽⁴⁾

A 21 de Abril, dia das obséquias de Hu Yaobang, há 200.000 na praça Tiananmen e vizinhanças. Na véspera, o *Diário do Povo*, órgão do PCC, avisara: “Quem tentar minar a unidade e estabilidade, seja sob que pretexto for, será severamente punido.”

No entanto, sem medo das ameaças da polícia, ciclistas, empregados de escritório, intelectuais, mas igualmente operários, marcham pelas ruas toda a tarde. A homenagem a Hu Yaobang foi um pretexto. Na praça, canta-se *A Internacional*, denunciando a corrupção e a burocracia. Na manhã de 22, a multidão imensa lá continua. Ao chegar o cortejo dos funcionários, assoma o grito de cólera: “*Tremam, corruptos, o povo desperta.*”

Uma viragem

Nos dias 23 e 24 de Abril, os 2.000 estudantes da universidade de Tsinghua elegem os seus delegados à formação de um sindicato estudantil independente. Os delegados de 19 universidades apelam à greve geral às aulas em todo o país até as reivindicações serem satisfeitas, com uma plataforma reivindicativa em sete pontos.

Facto novo e de grande alcance: os estudantes constituíram, assim, uma organização cujos dirigentes são eleitos, uma organização independente do Estado e do PCC. Que apela a actuar à escala nacional, propondo a greve geral aos estudantes de toda a China.

Começam a circular cartas de operários, uma associação independente dos operários de Pequim faz perguntas ao Comité Central do PCC, nomeadamente sobre os rendimentos dos quadros. O poder tem que renunciar momentaneamente a exercer a força contra as manifestações cuja proibição decretara. São demasiado poderosas. Além disso, propagaram-se a outras grandes cidades — mas, sobretudo, já não são compostas unicamente por estudantes: muitos os operários, empregados, donas de casa.

Lê-se no relatório — que acima referimos — apresentado à discussão pelo secretariado da IVª Internacional: “*Os trabalhadores e a juventude chineses lutam pela democracia, pelos seus direitos a organizarem-se, formarem organizações sindicais independentes do Estado, pelo direito a decidirem o seu próprio destino.*”

O seu movimento mergulha as suas raízes e prolonga a longa luta do povo trabalhador da China

pela sua emancipação nacional e social. É com razão que ele reivindica o 4 de Maio de 1919, a grande mobilização popular contra a dominação imperialista e os seus agentes e pela democracia, de que os estudantes deram o sinal de partida (...).

Com o 4 de Maio de 1919, abriu-se uma era tumultuosa, de luta pertinaz do povo chinês pela sua emancipação nacional e social. Em 1925-27, a acção revolucionária dos operários e camponeses chineses, formando o seu sindicato, o seu comité democrático de operários e camponeses, fez tremar a dominação imperialista e dos que dela lucravam.

Objectivos democráticos e sociais que são os mesmos que encarnaram na revolução de 1949. Esta afirmou a vontade do povo trabalhador da China de instaurar uma verdadeira democracia, acabar com a pilhagem do país, com o terror e a miséria que os grandes latifundiários faziam reinar nos campos, acabar com a exploração.

Que fizeram disto, contudo, estes burocratas que pretendem representar o socialismo e que dizem aos trabalhadores e estudantes: “*Vocês não têm a competência necessária para discutir os problemas do país.*”? Puseram de pé um sistema antidemocrático, esclerosado que o povo chinês justamente denuncia como sistema dos novos mandarins, tão corrompidos como os antigos.”

A burocracia chinesa neste documento da IVª Internacional evocada é aquela camada social de quadros do PCC que exerce o controlo exclusivo do poder e se identifica com todos os corpos e instituições do Estado. Na revolução vitoriosa de 1949, a direcção do PCC fez tudo para se subtrair ao controlo das massas operárias e camponesas, exercendo a sua repressão contra o mínimo embrião ou forma de comité operário ou camponês. É por isso que, confrontada com a constituição de uma organização independente dos estudantes, a direcção tem de reagir rapidamente, sob pena de perder o controlo da situação. Dá o tom um editorial do *Diário do Povo* de 26 de Abril, ditado por Deng Xiaoping, o inspirador oficial das reformas de 1978, que denuncia uma “*conspiração*” contra o Partido Comunista Chinês! Não obstante, as hesitações da cúpula deixam entrever uma reunião com os representantes do sindicato independente dos estudantes de Pequim. Só que equivaleria a reconhecer uma organização independente do Estado e do PCC...

Cai nesse momento a corajosa decisão do sindicato estudantil de manter o apelo à manifestação no dia 27 de Abril, contra as calúnias e as metirs da imprensa oficial. Apesar das ameaças do poder veiculadas no “*editorial de 26 de Abril*”, 500.000 estudantes, operários, funcionários, empregados desempregados e professores invadem o centro de Pequim. Num cartaz, lê-se: “*O Diário do Povo não tem nada que nos ditar a sua lei.*” É uma vaga de fundo.

Agravam-se as oscilações na cúpula do Estado. Na mesma noite, a televisão oficial anuncia que o governo está disposto a discutir com os estudantes “*sob certas condições*”. O diário americano *Washington Post* escreve: “*Os dirigentes chineses estão especialmente preocupados com o apoio que o movimento estudantil possa receber dos operários, muitos dos quais estão descontentes por causa da inflação. Havia operários entre as multidões que aplaudiam o cortejo estudantil (...). O governo destacou forças policiais para as proximidades de algumas fábricas de Pequim, para prevenir o desenvolvimento de greves.*”

⁽⁴⁾No dia 4 de Maio de 1919, os estudantes levantam-se em poderosas manifestações contra o projecto de tratado de Versalhes, através do qual as potências imperialistas querem impor a oferta ao Japão de territórios chineses. Esta mobilização anti-colonialista adquire rapidamente um conteúdo social, com a entrada em cena da classe operária. O movimento de Maio de 1919 será o prelúdio da segunda revolução chinesa.

● HISTÓRIA

>>> Passava-se das ameaças a ofertas de diálogo. Porém, a oferta do poder só se valia para o sindicato oficial dos estudantes subordinado ao PCC, não para o sindicato independente que tinha acabado de se constituir, com representantes e delegados eleitos. Os porta-vozes do sindicato independente aceitam o diálogo, mas põem igualmente as suas condições, insistindo, nomeadamente, em que os porta-vozes dos estudantes que fossem dialogar com o governo fossem livre e democraticamente escolhidos.

Democratização ou democracia?

Os estudantes mantêm a ordem de greve. A manifestação que organizam no dia 4 de Maio junta menos gente, mas o movimento alarga-se a mais de dez grandes cidades da China. A situação caracteriza-se por uma oscilação: por um lado, os operários ainda não estão em greve; por outro, embora o núcleo da manifestação continue a ser composto por estudantes, estes estão agora em minoria relativamente aos jovens trabalhadores vindos manifestar o seu descontentamento com a inflação e a corrupção.

A fim de evitar que esta junção entre estudantes e trabalhadores se estreite, alguns sectores do aparelho burocrático acham melhor negociar com o sindicato estudantil independente. Mas com quem e sobre quê?

No quartel-general dos estudantes, as discussões sobre a tática a seguir sucedem-se acesas: uma parte dos delegados é partidária de parar a greve para dialogar. Outros hesitam.

Acaba por se decidir voltar para as aulas, mas mantendo a exigência de “abertura de um diálogo sobre a democratização do regime”. A direcção do PCC recusa-se, contudo, a reconhecer o sindicato independente dos estudantes. Então, a 13 de Maio, um milhar de estudantes iniciam uma greve da fome ilimitada na praça Tiananmen, até à abertura de “diálogo genuíno”. Mas o que é um “diálogo genuíno”?

Não é a primeira vez que os estudantes e operários se deparam com estas questões. Em 1958, o período das Cem Flores, iniciado por uma fracção da burocracia que apelava a dar rédea solta à crítica, acabou brutalmente no envio de dezenas de milhares de militantes para a prisão ou campo de trabalho.

Em 1967, a revolução cultural combina mobilização de massas e luta entre fracções do aparelho. Mao mobiliza a juventude pelos interesses próprios de uma fracção do PCC na sua luta contra outras fracções da burocracia propensas a ceder mais rapidamente às exigências do imperialismo. Esta mobilização ir-lhe-á escapar parcialmente.

Em Xangai, os trabalhadores põem de pé “comités de produção” eleitos que correm com os burocratas do partido e da administração. Estribando-se nestes comités, a Comuna de Xangai foi instaurada no dia 5 de Fevereiro de 1967. Os trabalhadores da grande cidade portuária reivindicam o modelo da Comuna de Paris, por intermédio da qual os trabalhadores parisienses instauraram em 1871 o primeiro governo da classe operária com delegados eleitos e revogáveis. Propõem esse modelo como nova forma de poder para toda a China. Mao replica imediatamente, em “consignas” lidas nos comícios: “A Comuna de Paris, a Comuna? Não temos nós dito que

uma nova edição da Comuna de Paris seria uma nova forma de poder de Estado? (...) Se se transformasse tudo em comunas, que seria do Partido (...) Poderá a Comuna porventura substituir o partido? (...). A população de Xangai gosta muito da Comuna Popular e, se isso vier publicado no Diário do Povo, o país inteiro irá querer adoptar essa denominação. (...) Isso importaria, nesse caso, inevitavelmente, uma mudança do sistema político.” Para preservar o poder da burocracia, Mao irá organizar a repressão com o exército. Foi sangrenta.

Ao entrar em cena a classe operária, que vai ter com os estudantes, volta-se a pôr a questão: democratização ou democracia? Reformar o PCC ou acabar com o monopólio do poder político do PCC? Reformar o PCC para melhorá-lo ou estender e generalizar aos operários e camponeses a eleição democrática de delegados, como os estudantes começaram a fazer?

O relatório da IVª Internacional articula um ponto de vista: “A maioria já não está disposta a tolerar uma minoria de privilegiados e corruptos. Hoje, é a experiência quotidiana de milhões de trabalhadores que lhes indica que a burocracia corrupta e incompetente ameaça directamente as conquistas conseguidas pela revolução, que está abrindo caminho à restauração do regime capitalista. (...) O que foi afirmado pelos milhões de manifestantes que transformaram Pequim inteira em cidade proibida aos representantes da burocracia foi que ninguém pode falar em seu nome. É a eles que cabe decidir, organizar-se livremente, democraticamente, para salvar o país da catástrofe. A democracia é o povo a eleger livremente os seus mandatários, a controlar a execução do seu mandato, a deter o poder de os revogar.

Democracia é a lei da maioria. A maioria não está disposta a continuar a tolerar que uma minoria de privilegiados corruptos se arrogue o direito de falar em seu nome. Democracia não são os despedimentos em nome da competitividade nem a redução do nível de vida pela inflação. Democracia é ter a possibilidade de se opor ao despedimento, de actuar para defender o nível de vida. Democracia é o direito dos trabalhadores, estudantes e camponeses a constituírem as suas organizações independentes do Estado, especialmente organizações sindicais.

Exercício efectivo da democracia e supressão da corrupção como modo de existência de uma camada social inteira é derrubar o poder da burocracia, destruir os instrumentos desse poder.”

Uma “Comuna de Pequim” abortada

Na noite de 14 para 15 de Maio – em contradição com o apelo do secretário-geral do PCC Ziyang a não perturbar a chegada de Gorbachov⁽⁵⁾ –, 300.000 manifestantes saem à rua para proteger os grevistas da fome na praça Tiananmen. Nos dias seguintes, o povo de toda a Pequim ocupa a sua cidade, proibindo o acesso à praça aos deputados, ministros, representantes do regime. Gorbachov entra na Cidade Proibida por uma porta de serviço. Um milhão de manifestantes nas ruas da capital. Em outras 21 cidades, os trabalhadores juntam-se aos estudantes.

É nesse ponto que, reatando com o que fora a busca da Comuna de Xangai em 1967, se constitui a “Comuna de Pequim”, de 16 a 19 de Maio de 1989.

⁽⁵⁾ Gorbachov, secretário do PCUS ainda por mais algum tempo, visita oficialmente Pequim. Anuncia querer “convencer a direcção chinesa de que novas reformas podem reforçar a estabilidade política, restaurar a reputação do partido e legitimar a sua autoridade.”

“A população trabalhadora, ao ocupar pacificamente a sua cidade, proibia o acesso aos representantes odiados e desprezados. Toda a capital foi então Cidade Proibida aos burocratas de todo o jaez, incluindo Gorbachov”, observa o relatório do Secretariado Internacional.

Nas manifestações dos dias seguintes, observa-se a participação massiva dos operários, mas também de trabalhadores membros do PCC, daqueles que asseguram o funcionamento normal do Estado: o exército, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, a rádio estatal, a redacção do *Diário do Povo*, a escola de quadros do PCC, centenas de quadros do sindicato oficial ACFTU... “durante dezenas de anos, tivemos que manter o silêncio; agora que voltámos a tomar a palavra, não nos voltaremos a calar. A reforma e a abertura não nos trouxeram nada. Os salários aumentaram nos últimos dez anos, sim, mas não o suficiente para acompanhar a inflação”, diz um dos operários da fábrica de produtos químicos número 2. O aparelho de Estado fractura-se debaixo da força do surto das massas. Para o aparelho de Estado e, portanto, para o PCC, em risco directo de soçobrar, é preciso reagir.

É isso que faz Li Peng, o primeiro-ministro, ao proclamar a lei marcial, no dia 20 de Maio. Os camiões militares encarregados de restabelecer a ordem, ao chegarem a Pequim, vêem-se, contudo, bloqueados pela população, que apela à confraternização com os soldados. A população e os estudantes explicam a situação, e os soldados confraternizam com eles, oferecem-se flores, reabastecem-se os soldados de água e comida, milhares de soldados e graduados recusam-se, na prática, a restabelecer a ordem, o próprio general que comanda a operação renuncia.

A confraternização do exército com um povo em movimento é, sempre, a marca de uma situação revolucionária.

“No dia 21 de Maio, na Pequim invadida por milhões de operários e estudantes, surge um apelo para uma reunião constitutiva de um “*órgão representativo da cidade de Pequim*”, que junte delegados operários, estudantes, de moradores da capital, membros das JC, exceptuando membros do governo e do aparelho. É, na verdade, a Comuna de Pequim”, refere o relatório. Aliás, uma das palavras de ordem que emergem é: “Somos a Comuna de Pequim, vamos derrubar o imperador mau!”. Ainda no dia 21 de Maio, o comité popular da União Autónoma dos Operários de Pequim, que acaba de se constituir, declara: “No movimento democrático, só temos as nossas cadeias a perder e todo o mundo a ganhar.” A referência implícita ao *Manifesto do Partido Comunista* de Marx e Engels ergue-se contra o poder da burocracia corrompida. Os objectivos deste sindicato operário independente do poder são a obtenção de reconhecimento oficial e lutar pelo nível de vida face à inflação, pela liberdade de imprensa e pela democracia. A luta pela democracia combina, deste modo, exigências sociais e políticas, pondo, de facto, a questão de quem exerce o poder.

A revolução que começa na China é uma revolução política

Por um lado, as massas ocuparam as ruas da capital, manifestações gigantescas desenrolaram-se nas principais cidades do país, estudantes e operários constituíram as suas organizações independentes, lançou-se um apelo à constituição de “um *órgão representativo da cidade de Pequim*”.

Por outro lado, o PCC está dividido, o aparelho de Estado fractura-se, divide-se na cúpula e desfaz-se na base. A situação pode cair para um lado ou para o outro. Acabou por cair para o lado da repressão sangrenta, na noite de 3 para 4 de Junho.

Na véspera, Deng Xiaoping declarou: “*Temos de nos preparar para uma luta de dimensão nacional e esmagar esta agotação sem fraquejar. Senão, os dias sossegados acabarão para sempre. Eu disse a Bush: “Se a China autorizasse grandes manifestações, como havíamos de falar de estabilidade?”*”⁽⁶⁾.

A cúpula da burocracia, profundamente dividida, solda-se de novo para salvar o monopólio do poder, que consente a expectativa de “dias sossegados” de pilhagem até ao infinito da propriedade do Estado e da propriedade colectiva. Os interesses gerais da casta burocrática vista no seu todo em luta esmagam as posições especiais, importando a liquidação política de dois secretários-gerais do PCC em menos de três anos: Hu Yaobang, a seguir Zhai Ziyang, que, opondo-se à intervenção militar, chora, na praça Tiananmen, a sorte dos estudantes. Acabará os seus dias em prosa domiciliária.

Que significa então democracia para o povo trabalhador, segundo a IVª Internacional? O relatório da IVª Internacional apresentado para discussão referia — há trinta anos — que “*não, democracia não é o regresso à situação em que a China era presa de potências estrangeiras. em que os senhores de guerra faziam partilhas do país. Democracia, para o povo trabalhador da China, é o seu direito a exercer o controlo sobre as conquistas da revolução, designar livremente os seus representantes e garantir que eles lhes prestam contas.*”

Esta vontade de não consentir que uma camada social descontrolada e alcandorada acima do povo usurpe por sua conta e viva parasitariamente à custa das conquistas arrancadas pelo sacrifício de milhões de trabalhadores, esta vontade tem-se afirmado amiúde na China, como também na URSS e na Europa de Leste (...).

É a recusa de ver regiões inteiras do país leiloadas para lucro do capital imperialista e dos burocratas que lhe servem de intermediários e consequências regressivas de reformas em conformidade com as exigências do FMI. Estas são as aspirações que estão no coração do imenso movimento que hoje faz vacilar todo o edifício da ditadura burocrática na China e que faz com que, uma vez mais, a China abale o mundo.

A revolução que principia na China, revolução política porque não tem em mira substituir por novas fundações a base social instaurada pela revolução de 1949, mas, antes pelo contrário, preservá-las da ameaça que a burocracia sobre elas faz pesar; é uma revolução popular, pois reúne, contra a casta privilegiada, os seus beneficiados e pretorianos, a imensa maioria dos que trabalham manual e intelectualmente (...).

Hoje, pelo seu combate pela democracia e pelo socialismo, os trabalhadores e a juventude da China estão-se impondo como factor de primeira ordem à escala internacional (...) na construção da organização mundial dos trabalhadores, na organização que realizará o apelo do velho canto de luta dos trabalhadores do mundo, que milhões de operários e estudantes têm cantado em Pequim e Xangai: “Uma terra sem amos, a Internacional”. ●

⁽⁶⁾ George Bush, pelo seu lado, irá explicar, depois do massacre: “*Mantenho a esperança de que Pequim regressasse rapidamente ao caminho das reformas políticas e económicas (...). Não é o momento para uma resposta emocional aos acontecimentos da praça Tiananmen.*”

● HISTÓRIA

Zimbabwe

Não às indemnizações aos fazendeiros brancos!

História do combate pela terra

De 1890 até ao ano 2000, os antigos colonos espoliaram e expulsaram os nossos pais, roubaram o nosso gado, exploraram os nossos recursos mineiros e sobre-exploraram as nossas terras aráveis. Enriqueceram injustamente graças a mais de noventa anos de colonialismo, de dominação e de crimes contra a humanidade. Uma vez obtida a sua independência, o Zimbabwe devia ter recebido reparações da parte dos rodesianos brancos. A luta pela independência baseou-se na luta pela terra. O compromisso a que se chegou permitiu aos fazendeiros brancos continuarem a ocupar as terras, instituindo-se um sistema de compra e venda assente no acto mútuo voluntário. Dois por cento da população branca possuía 70% da terra arável.

De 1890 a 1896, a BSAC (Companhia Britânica e Sul-Africana) atribuiu praticamente 16 milhões de arpentos⁽¹⁾ aos colonos europeus que se tinham apresentado como voluntários para pegar em armas para defender a colónia durante a segunda Chimurenga⁽²⁾, na época em que os nossos pais e mães se sublevaram contra a instalação dos colonos. Foi a terra dos nossos antepassados que permitiu aos brancos alcançarem um estatuto político e económico superior, fruto da pilhagem e do roubo das nossas terras. Depois da Segunda Guerra Mundial, o rei de Inglaterra mandou os antigos combatentes britânicos para a Rodésia (actual Zimbabwe). Em agradecimento por terem combatido pela Grã-Bretanha, atribuiu-lhes fazendas tiradas de terras ocupadas pelos negros. A luta armada acabou com as conversações de Lancaster House⁽³⁾.

Os Acordos/Constituição de Lancaster House

O governo britânico não respeitou os Acordos de Lancaster House. Consequentemente, os fazendeiros não têm direito a nada da parte do Zimbabwe. Pelos Acordos de Lancaster House, o governo comprometeu-se a conceder assistência téc-

nica e financeira à redistribuição de terras, compromisso que acabou por não ser cumprido. A Conferência de Lancaster House emperrou por causa da questão da terra, tendo os americanos feito a promessa verbal de que supririam fundos ao novo governo do Zimbabwe para aquisição de terras em conformidade com um sistema de compra e venda baseado no acordo mútuo entre vendedores e compradores. O governo dos Estados Unidos nunca desembolsou esses fundos. A Constituição de Lancaster House revelou-se um documento vazio, engendrado pelos britânicos para assegurar que os privilégios de que os colonos brancos gozavam se manteriam. O Reino Unido rompeu os compromissos que tomara em 1979, traíndo a sua promessa de assegurar um acordo. O governo de Margaret Thatcher tinha grande interesse em proteger os direitos de propriedade da minoria branca.

A revolução agrária no Zimbabwe

Nos anos noventa, houve revoltas pela restituição das terras. Tudo começou com o movimento Svosve de ocupação de fazendas pelos antigos combatentes, encolerizados pela lentidão dos processos ou pela ausência sequer de progressos e impacientes por reaverem as suas terras. Em 2000, generalizaram-se as ocupações de terras pelos camponeses sem terra. Foram confiscadas mais de 5000 fazendas ocupadas por 4500 fazendeiros brancos. Hoje, no Zimbabwe, as massas orgulham-se de serem proprietárias das suas terras, já que centenas de milhares de famílias puderam reinstalar-se em milhões de hectares de terra arável. Os colonos tinham-se apoderado de algumas das melhores terras agrícolas, e grande parte delas tinha ficado nas mãos dos fazendeiros brancos depois da independência em 1980, ao passo que muitos negros continuaram sem terra. (...)

Para além do seu impacto directo, a revolução agrária no Zimbabwe maltratou o direito de propriedade. Para os seus detractores, a revolução agrária passou a ser sinónimo de negação do direito de propriedade. O Zimbabwe tomou conta das terras que eram propriedade privada dos brancos e fez delas propriedade do Estado. O Zimbabwe foi, assim, amplamente acusado de pôr em causa um princípio fundamental do capitalismo, o direito à propriedade privada. Entre as terras apropriadas durante a revolução agrária figuravam fazendas que beneficiavam dos BIPPA (acordos bilaterais de promoção e protecção dos investimentos). Na prática, acordos entre países destinados a proteger de aquisições os investimentos recíprocos.

⁽¹⁾ Oito milhões de hectares.

⁽²⁾ A “sublevação” contra as incursões e a colonização britânicas dos territórios ndebele.

⁽³⁾ Os acordos de Lancaster House (ou Zimbabwe Act) assinados em Dezembro de 1979 entre os dirigentes do regime racista da Rodésia do Sul e os dirigentes dos movimentos de libertação negros, ZAPU e ZANU, sob a égide da antiga potência colonial britânica concediam uma independência formal em troca do respeito dos direitos de propriedade da minoria branca.

Sanções económicas ilegais

Em resposta à revolução agrária, os governos ocidentais impuseram sanções económicas ilegais ao Zimbabwe fora do quadro das Nações Unidas. As sanções arruinaram o sistema de saúde, a educação ficou fora do alcance de muitos habitantes, e a economia ficou paralisada, moribunda. Os trabalhadores subsistem a muito custo e têm necessidade desesperada de um salário que lhes permita viver. Em 2001, as sanções impostas pelos Estados Unidos ao Zimbabwe através da ZIDERA (lei pela democracia e pela recuperação económica do Zimbabwe) exigiam “o respeito da propriedade e dos títulos de propriedade”. Ao renovar as sanções contra o Zimbabwe no ano passado, em 2018, Washington considerou que indemnizar os brancos era uma reforma fundamental e condição prévia para se poder levantar as sanções. (...)

Indemnizações e capitulação neoliberal

Indemnizar os fazendeiros brancos é uma constante nos esforços desenvolvidos pelo governo do Zimbabwe para restabelecer ligações com o capital internacional. O governo do Zimbabwe quis demonstrar progressos em matéria de indemnizações antes da conferência que acaba de se desenrolar com o FMI em Washington, na primavera de 2019.

Obter fundos para indemnizar quem nos invadiu é a razão para as medidas de austeridade tomadas pelo ministério das finanças, que estão empobrecendo o país. As indemnizações aos fazendeiros brancos são uma realidade, vendo-se o nosso país albardado com uma dívida de entre 9 e 30 mil milhões de dólares. O governo do Zimbabwe indemniza fazendeiros brancos que nunca pagaram nem ofereceram qualquer compensação. São milhões de dólares que podiam ser mais bem utilizados para tornar produtivas as fazendas que os camponeses adquiriram através da revolução agrária. É dinheiro que podia servir para dar nova vida à nossa indústria em mau estado. Os imperialistas fazem pressão sobre o governo do Zimbabwe para pagar indemnizações aos fazendeiros brancos. O governo do Zimbabwe devia organizar um referendo, de modo que o povo possa tomar uma decisão sobre esta questão sensível da terra ou para conseguir aprovação parlamentar. A questão da terra é um problema nacional, matéria para o povo tomar a sua decisão. (...)

As vítimas somos nós, e quem tem de receber indemnizações somos nós, antes de os poucos recursos raros de que dispomos irem beneficiar saltadores, ladrões e esclavagistas. O dinheiro tem de servir para resolver os problemas sócio-económicos de que sofrem os nossos concidadãos, não para indemnizar os fazendeiros brancos. (...)

O Zimbabwe concluiu um acordo com o Fundo Monetário Internacional para instaurar um programa de política económica e de reformas estruturais como condição para restabelecer laços com as instituições financeiras internacionais. Actualmente, o Zimbabwe tem pagamentos em atraso junto do Banco Mundial, do Banco de Desenvolvimento de África e do Banco Europeu de Investimentos da ordem de 2.200 milhões de dólares. Em 2018, o governo declarou ter pago 200 milhões a 240 fazendeiros brancos a título de in-

demnizações.

Elevam-se algumas vezes, entre os fazendeiros brancos mais extremistas, chamando a atenção para a cláusula da lei ZIDERA que prevê o “*respeito da propriedade e dos títulos de propriedade*” como condição para levantar as sanções. O que implica reverter a reforma agrária, quando os fazendeiros brancos são apoiados pelos bancos ocidentais e recebem condições para resgatar a terra. Houve quem se dirigisse ao Congresso dos Estados Unidos. O governo tem de ser muito cauteloso, pois pode acabar por desperdiçar milhares de milhões em indemnizações sem que os fazendeiros brancos mais raivosos fiquem satisfeitos, continuando estes a fazer pressão para as sanções se manterem. Foi o que aconteceu no Haiti.

Haiti-Zimbabwe, semelhanças e ensinamentos

Em 1804, o Haiti foi a primeira república independente da América Latina e a segunda em todo o continente americano depois dos Estados Unidos. O Haiti foi também o primeiro Estado moderno fundado por negros, o primeiro a abolir a escravatura e continua a ser o único Estado fundado e mantido por escravos que conquistaram a sua liberdade pela força das armas. (...)

O Haiti sucumbiu às pressões para conseguir o reconhecimento diplomático da parte da França. Teve que pagar indemnizações aos colonos e aos fazendeiros franceses pelas propriedades, terras e escravos que estes tinham perdido. O presidente haitiano, Boyer, assinou um acordo sob pressão e ameaças de ainda maior isolamento económico. Acabou por se ver obrigado a pedir dinheiro emprestado a um banco francês. O efeito do fardo da dívida fez-se imediatamente sentir para os haitianos comuns. O presidente Boyer impôs uma série de impostos para arranjar receitas para pagar as indemnizações.

As indemnizações nada fizeram para melhorar a situação económica do Haiti. O que fizeram foi esvaziar o tesouro haitiano. O país demorou cento e vinte e dois anos a pagar a dívida da independência. O Haiti reembolsava, quatorze anos após a abolição da escravatura e oitenta e cinco anos após a proclamação da emancipação. No mesmo ano em que os nazis pagavam pelos seus crimes, entre os quais a escravatura, em Nuremberga, o Haiti ainda se debatia para conseguir pagar o dinheiro da liberdade que os seus pais fundadores haviam dado a vida para conquistar. É, para o governo do Zimbabwe, uma lição a que tem de estar muito atento.

A actual pobreza do Haiti está inextricavelmente ligada à dívida da independência. (...)

O Zimbabwe e a dívida herdada do colonialismo

O ministro das finanças do Zimbabwe explica que a dívida do país ascende a 16.900 milhões de dólares, compreendendo uma dívida interna de 9.500 milhões de dólares e uma dívida externa de 7.400 milhões. O Zimbabwe está a liquidar a dívida de 2.500 milhões junto do Banco Africano de Desenvolvimento e a reestruturar os 2.800 milhões devidos aos membros do Clube de Paris. Actualmente, o Zimbabwe tem que aguentar o reembolso dos empréstimos contraídos pelo governo supremacista branco de antes da independência. (...)

>>>

● HISTÓRIA

>>> Estas dívidas são constantemente reactivadas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, apesar de dizerem respeito a secas e catástrofes naturais. Entretanto, o Zimbabwe teve de recorrer à intervenção do FMI para remediar a destruição e os movimentos de populações causados pelo ciclone Idai. O FMI mostrou-se muito interessado em prorrogar o termo do empréstimo, na condição de se executarem reformas de ajustamento estrutural. Em linguagem corrente, isto significa austeridade, cortes nas despesas públicas, liberalização do comércio, congelamento de salários, fim dos subsídios, fim do controlo estatal das trocas comerciais. As consequências de longo prazo desta política reformista são catastróficas, mesmo se feita por um governo de boa vontade. Este género de política tem arruinado muitos países menos desenvolvidos.

O Zimbabwe continua a sofrer a pressão desta dívida colonial, trinta e nove anos após a independência, assim como das políticas ditadas pelo Ocidente. O que o Zimbabwe tem de exigir é, sim, que a dívida seja imediatamente anulada, reclamando igualmente ajuda autêntica e investimentos não condicionados a reformas de liberalização dos mercados. É preciso que os governos ocidentais e as instituições financeiras internacionais apresentem as suas desculpas pelos crimes passados.

As implicações para a libertação em África

A decisão de indemnizar os fazendeiros brancos irá aniquilar a política de expropriação de terras na África do Sul e em todo o continente africano. Toda a África tinha os olhos postos no Zimbabwe, considerando que o país era pioneiro e chefe de fila do movimento pela libertação total e pela autodeterminação em toda a África. O que se passa no Zimbabwe em matéria de indemnização fará jurisprudência para a África do Sul, a Namíbia e para todos os outros países de África que tentam

reaver a terra dos colonos. Oferecer indemnizações aos fazendeiros brancos equivale a reverter os progressos que têm sido feitos no movimento pela terra em todo o continente. (...)

Conclusões

Mesmo de futuro, a dívida continuará a pesar com todo o seu peso sobre os governos, pois é o direito internacional que manda que os governos não possam desautorizar acordos executórios simplesmente por ocorrer uma mudança de governo. (...) Esta dívida vai ficar connosco, será preciso uma centena de anos para reembolsá-la, e, entretanto, o nosso país continuará a vegetar por causa dela. O socialismo não pode existir sem terra. É preciso recordar aos trabalhadores e aos camponeses que o que está na base da revolução é a terra. (...) Os países de África e os negros de todo o planeta têm de exigir compensação e reparação pelas perdas e humilhações que sofreram durante o colonialismo e a escravatura, passe isso inclusive por sanções. ●

**Mafa Kwanisai Mafa, *Chimurenga Vanguard*,
secção do CORQI no Zimbabwe**

A Internacional

Revista do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional)

Assina!

Assino A Internacional - 6 números: 24 euros

Apelido, nome:

Endereço:

Endereço electrónico:.....

Cheques à ordem de 'Réveil ouvrier' - 67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil, França

A Internacional

publica-se em versão alemã, árabe, espanhola, francesa, húngara, inglesa, italiana e portuguesa



